

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Nº 0002/AM/20, de 30/06/2020

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, nesta Cidade de Pombal, no Auditório da Biblioteca Municipal de Pombal, pelas dezasseis horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João Paulo Antunes dos Santos, Maria Adelaide Pereira da Conceição, José Gomes Fernandes, João Pedro Abegão Matias, Manuel Sobreiro Ferreira, Cláudia Sofia da Costa Duarte, Felismino da Conceição Neves Carreira, Edite Maria Pascoal da Silva, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, Manuel António Rodrigues dos Santos, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Aires da Conceição da Ponte, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Manuel Simões Rodrigues Marques, Cláudia Sofia de Almeida Oliveira Caetano, João Patrício Dias Ferreira, Carlos António Gameiro Lopes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Elisabete Maria dos Santos Alves, Victor da Conceição Gomes, Henrique Jorge Magalhães Menezes Falcão, Liliana Adelina Gonçalves da Silva, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sílvio da Mota Santos, Pedro Manuel Neves da Silva, Gonçalo José Simões Ramos, José Manuel Pedrosa Marques, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, Nelson da Silva Pereira, Pedro Alexandre Faustino Pimpão dos Santos, Paulo Manuel Lucas Duarte, Daniel Brito, Ferreira, Manuel Henrique Nogueira de Matos e Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28/02/2020;

Ponto 1.2 – Leitura/resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Ratificação da 2.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) ao Orçamento de 2020 e GOPS 2020/2023;

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais, Certificação Legal de Contas e do Relatório do Auditor Externo – Ano de 2019;

Ponto 2.4. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo do Artigo 76º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sobre as Contas Individuais do Município de Pombal - Ano de 2019 - Para conhecimento

Ponto 2.5. Apresentação e discussão do Balanço Social referente ao ano de 2019 - Para conhecimento;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2019;

Ponto 2.7. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo do Artigo 76º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, sobre as Contas Consolidadas do Município de Pombal – Ano de 2019 - Para conhecimento;

Ponto 2.8. Apresentação e discussão do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana, E.E.M. e respetivo Relatório do Fiscal Único – 4.º Trimestre de 2019 – Para conhecimento;

- Ponto 2.9 Apresentação e discussão do Relatório de Gestão e Prestação de Contas - Exercício de 2019 - da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana, E.E.M. – Para conhecimento;
- Ponto 2.10. Apresentação e discussão do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana, E.E.M. e respetivo Relatório do Fiscal Único – 1.º Trimestre de 2020 – Para conhecimento;
- Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contratação de Empréstimo Bancário para Investimento até ao montante de € 5.804.635,03;
- Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contratação do Fornecimento de Gás Natural para os Edifícios Municipais. Assunção de Compromissos Plurianuais;
- Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Minuta da 3.ª Modificação de Contratos Interadministrativos – Gestão de Combustível;
- Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara relativa à alteração de Júris de Concursos;
- Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Reabertura Procedimento Concursal para provimento do Cargo de Direção Intermédia de 3.º grau – Chefe da Unidade de Cultura;
- Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Alienação de Prédios Rústicos para Afetar a Construção Industrial – Minuta de Contrato de Compra e Venda;
- Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação de uma Moção de Censura emanada pela Bancada do Partido Socialista;
- Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;
- Ponto 2.19. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Boa tarde a todos.

Informo que esta sessão não será aberta ao público no âmbito das medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid-19 e que, devido às restrições em vigor, estamos a reunir a nossa Assembleia neste espaço.

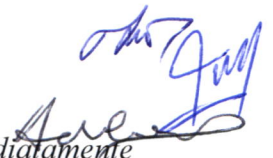
Informo que qualquer deputado que queira usar da palavra, ou os Srs. Presidentes de Junta, têm aqui pessoas que levam o microfone junto de cada um de vós. Portanto, é só levantarem o braço, e depois ser-vos-á dada a oportunidade para usarem da palavra.

Informo ainda que em virtude de renúncia apresentada pelo Sr. Deputado Edgar Domingues, foi chamado a ocupar o seu lugar o elemento a seguir na lista, neste caso, Nuno Carrasqueira, que chamado a ocupar o seu lugar, veio pedir renúncia, tendo sido imediatamente chamado o membro eleito seguinte, Edite Pascoal, que após ter sido devidamente identificada, se chama a ocupar o seu lugar, tomando assim posse. Eu já pedi para ela se sentar, em virtude das circunstâncias em que estamos aqui, nesta reunião. Portanto, a Sra. Edite Pascoal já tomou posse como deputada efetiva desta Assembleia.”

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições:

“Da Bancada do Partido Social Democrata:

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, João Pedro Abegão Matias;


De Pedro Daniel Jordão Ferraz, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Felismino da Conceição Neves Carreira;

Da Bancada do Partido Socialista:

De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Joel Bouça Gomes, o qual pediu para ser substituído chamando-se para o cidadão seguinte, Victor da Conceição Gomes.

Mais informou que a falta do Senhor Deputado Guilherme Manuel Gameiro Domingues, se encontra justificada.

Nesta altura o Senhor Deputado **Carlos Lopes**, da Bancada do PS, pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Eu acho que era importante clarificarmos o ponto n.º 2.17, que diz Apresentação, discussão e votação de uma moção emanada pela Bancada do Partido Socialista, porque, como a Sra. Presidente se lembrará, quando eu enviei o e-mail a pedir o agendamento, a redação que nós propusemos não foi exatamente esta. E portanto, era importante que ficasse cá “Apresentação, discussão e votação de moção de censura apresentada pela Bancada do Partido Socialista”, porque aparecendo aqui “moção”, poderá ser moção de censura, poderá ser moção de confiança, e não é explícito o que consta aqui. E portanto, queria propor que fosse feita esta alteração a esta redação.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Se concordarem, a alteração está efetuada. Portanto, o Ponto n.º 2.17 passa a ler-se “Apresentação, discussão e votação de uma moção de censura apresentada pela Bancada do Partido Socialista”.

Muito obrigada, Sr. Deputado.”

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28.02.2020.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

“A ata foi-vos enviada. Neste ponto, alguém quer fazer alguma intervenção?”

Colocada a ata da sessão ordinária de 6 de dezembro de 2019 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com sete abstenções, por ausência na respetiva sessão.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

Presidente da Assembleia Municipal:

“A correspondência que vai chegando aos serviços de apoio à Assembleia, peço para que vos façam chegar. No entanto, ontem chegou-nos uma correspondência da Assembleia de Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca, dando-nos conta das moções que foram apresentadas pelas várias forças políticas presentes naquela Assembleia de Freguesia. Portanto, se quiserem consultar, está aqui na Mesa, à vossa disposição.

Posto isto, vamos passar em seguida a apresentar um voto de pesar. Eu vou ler, é o seguinte:

“A Mesa da Assembleia Municipal de Pombal propõe que seja expresso um voto de pesar pelas vítimas do Município de Pombal que não resistiram ao Covid-19, vírus que já matou em todo o mundo mais de quinhentas mil pessoas, desde dezembro de 2019.

Mais propõe um voto de consternação e pesar pelo falecimento dos cidadãos Pombalenses Cristina Portela Fragoso, que integrou esta Assembleia como membro eleito nas listas do PSD, Nélson Rocha, a quem se deve a existência do Museu de Arte Popular Portuguesa, criado devido à doação de milhares de peças de artesanato que constituem a sua vasta coleção particular, e ainda Gentil Figueira da Silva Guedes, que ocupou o lugar de Vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal de Pombal, no mandato 1994-97.

Propõe-se ainda que seja respeitado um minuto de silêncio em memória das vítimas do Covid, Cristina Fragoso, Nélson Rocha e Gentil Guedes.”

De seguida cumpriu-se um minuto de silêncio.

Presidente da Assembleia Municipal:

Em seguida, dar-vos conta do seguinte: chegaram à Mesa da Assembleia duas moções, que nós designámos por Moção 1 e Moção 2.

E a Moção 1 diz o seguinte “Não à ampliação da zona industrial da Guia a nascente da linha férrea do Oeste”; a Moção 2, “Lusiaves: sim ao investimento, mas na localização certa”.

A Mesa aceitou as moções, e agora vamos proceder à votação, no sentido de saber se os Srs. Deputados aceitam, ou não, as moções para serem discutidas. Neste ponto, vou colocar à votação. Quem vota contra a admissão destas moções para serem discutidas?

Sr. Deputado Carlos Lopes, se faz favor.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado.

Foi com alguma perplexidade que tomei nota destas moções que nos chegaram, via e-mail, no final da manhã. E digo isto porque já na última Assembleia se gerou aqui um incidente desta natureza, e eu recordava mais uma vez que em fevereiro de 2019, nós tivemos uma reunião com os Líderes de Bancada, e penso até que o Prof. Manuel António esteve presente nessa reunião, em que acertámos, exatamente, os termos em que as moções seriam apresentadas.

E portanto, estas moções, com todo o respeito por quem as apresentou, e não descurando a importância que, efetivamente, este tema tem, não cumprem com aquilo que foi o acordo de cavalheiros, assim como também não cumpre com o Regimento, para serem incluídas na ordem de trabalhos.

Portanto, o Partido Socialista vai votar contra a admissão destas moções, exatamente porque temos um acordo de cavalheiros, e nós fazemos jus a que esse acordo seja cumprido. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Boa tarde a todos e a todas.

Pelas mesmas razões da última Assembleia de fevereiro, e de muitas outras, sempre que o Bloco de Esquerda apresentou propostas em cima da hora, foram todas rejeitadas, sem sequer serem lidas. Portanto, eu não concordo ali com o deputado Manuel António, a importância das propostas, cada um sabe, e não podem ser lidas sem ser votadas para ir à Mesa.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Muito obrigada, Sra. Deputada. Sra. Deputada Ofélia Moleiro, se faz favor.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Obrigada.

Sra. Presidente, a minha intervenção vai no sentido da dos dois deputados anteriores, precisamente porque em todas as Assembleias, costuma ser o Bloco de Esquerda a apresentar uma série de moções, sem serem previamente apresentadas para estudo, consideração e ponderação, para podermos votar, e estas que aparecem hoje, eu li hoje à

noite – ou de madrugada, já nem sei – e portanto, nem sequer estamos prontos para votar aquilo que lá está escrito.

E é nesse sentido que nós vamos votar contra a admissão destas duas moções.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Coucelo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Boa tarde a todos. Cumprimento a Sra. Presidente da Assembleia, os Srs. Secretários, digníssimos Srs. Vereadores.

Eu entendo que estas moções têm, realmente, algum carácter de preocupação, e nós devemos sempre respeitar a audição das Juntas de Freguesia, das associações das freguesias, em assuntos de importância para as comunidades locais. Mas, é evidente que nós já tivemos anteriormente situações congéneres. Esta moção aparece-nos – embora nós saibamos que é um problema por resolver – em cima da hora, e em concordância com os meus colegas de Assembleia Municipal que anteriormente se expressaram, eu entendo também que, por uma questão de coerência relativamente a atitudes anteriormente tomadas, que nós não devemos aceitar a admissão destas duas moções.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Henrique Falcão.”

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Vereadores:

Relativamente a este assunto, eu compreendo e estou de acordo com tudo o que foi dito até agora. No entanto, chamo à atenção que no Ponto n.º 2.16, há uma implicação direta deste assunto. E portanto, se estas moções não forem discutidas, se calhar não faz sentido, depois, tratarmos o Ponto n.º 2.16.

Nesse sentido, devido a essa importância, por nós, discutíamos as moções.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal :

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Mas, parece-me que são pontos diferentes.

Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

Obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento todos os presentes, a Mesa na pessoa da Exma. Sra. Presidente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal, os Srs. Vereadores, e aqui os demais deputados presentes.

No seguimento daquilo que já disseram anteriormente também os deputados sobre a não aceitação para discussão desta moção, efetivamente, só para reforçar que estes assuntos são de extrema importância, não podem ser discutidos em cima do joelho. O e-mail que foi enviado foi por volta das quinze horas (15h00), é discutir este assunto em cima do joelho, e nós não podemos analisá-lo aqui com rigor, e com a seriedade e o cuidado que merecem estes temas. E portanto, eu pedia às pessoas que apresentaram esta moção que a retirassem hoje, e que pedissem uma Assembleia Municipal Extraordinária para a podermos discutir. É só.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Gomes Fernandes, se faz favor.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Muito boa tarde.

Pensei inicialmente em votar contra. Entretanto, comuniquéi à Mesa que me iria abster, porque entendia que há um outro assunto que está correlacionado com estas moções. Porém, pelas razões que os restantes deputados, quer do Bloco de Esquerda, quer do Pombal Humano, quer do Partido Socialista, aqui referiram, e de facto, foi conversado, e eu também tive essa conversa, embora não tendo participado na tal reunião, terei de reconhecer que eu próprio defendi nas Assembleias esta posição que agora foi lembrada. E quero dar a cara, assumindo aqui essas outras posições que eu tomei.

E nesse sentido, não me vou abster, terei de votar contra.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Manuel António, se faz favor.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

Sra. Presidente, caros deputados e Srs. Presidentes de Junta, eu vou ser muito rápido, ou vou tentar ser rápido, atendendo a que, ainda por cima, quem esteve a tratar do assunto até às três (03h00) ou quatro da manhã (04h00) fui eu, e fiz chegar à Sra. Presidente estas moções por volta das dez e meia (10h30), onze da manhã (11h00). E por isso, peço a todos, e principalmente aos membros do PSD, desculpa, por não ter preparado previamente, mas não tive alternativa a não ser isto.

De qualquer forma, é bom que toda a Assembleia tenha a noção do seguinte: este assunto não fica resolvido. Nós estamos a fugir a uma questão que é de fundo. Ao contrário daquilo que possam pensar, aquilo que me move é o interesse público, aquilo que me move é única e exclusivamente o interesse público. Por isso, é bom que se saiba o seguinte: a Bancada do PS fez uma sugestão, salvo erro a Dra. Elisabete terá dito que isto deveria ser tratado a seguir; eu acho bem que este assunto não caia, porque isto é uma premissa para situações futuras, e é bom que o desenvolvimento equilibrado, sustentado do Concelho de Pombal, se faça realmente equilibrado.

Reparem, a Sra. Presidente não informou uma coisa, que esta moção foi unicamente subscrita por mim próprio. É bom, porque alguns deputados não sabem, eu fui Presidente da Junta de Freguesia da Guia. Lamento que o meu Presidente de Junta de Freguesia cobardemente se esteja a esconder atrás desta situação. Agora, a seguir, obviamente essa análise será feita a posteriori.

Sra. Presidente, aquilo que eu tenho para dizer é uma coisa muito simples: este é um assunto importante, é uma premissa que é importante, que o Concelho de Pombal não se venda de uma forma literal – ou seja, é uma situação muito simples, o desenvolvimento sustentado do Concelho de Pombal deve ser feito realmente com equilíbrio. Vocês têm a proposta, têm a minha Moção 1 e 2, a sequência é aquela mesma, 1 e 2, e eu lamento profundamente que um assunto do interesse municipal seja desta maneira despachado, desta forma. Obviamente, como o Carlos Lopes disse há pouco, como Líder da Bancada do PS, isto foi um acordo de Líderes de Bancada, e tenho a impressão de que terei participado pontualmente numa situação de falta do Dr. João Coucelo. Isto é de interesse municipal, aquilo que eu estou a dizer. E se repararem bem, a moção, ou as duas moções, acreditem que não está em causa o investimento empresarial.

Por isso, fica para a seguir, este assunto não fica resolvido, é bom que não fique, até porque como disse, e muito bem, no Ponto n.º 2.16, ele será falado, e eu espero bem que nós não deturpemos as boas intenções que estão subjacentes à moção, que são simplesmente evitar que o Concelho de Pombal tome medidas que de alguma forma vão contra aquilo que é o interesse futuro – não é presente, mas futuro – das comunidades e o desenvolvimento económico, e ter algum cuidado com algumas posições de alguém, que, naturalmente, deverão ser acauteladas, que é o interesse local das populações, e salvaguardar, obviamente, outras situações, para evitar situações que não são do interesse do Concelho de Pombal.

Tenho dito. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal :

“Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos, então, passar à admissão das moções para discussão. A Moção 1, “Não à ampliação da zona industrial da Guia a nascente da linha férrea do Oeste”, vai ser votada a sua admissão.

Mas, permitam-me que recue um pouco e que vos diga o seguinte: aquilo que o Dr. Carlos Lopes disse está correto, estive presente, esteve presente o Dr. Carlos Lopes, penso que

estiveram presentes todos os Líderes de Bancada, e isso foi acordado, foi sim, senhor. E de tal maneira que assim é que nós estipulámos um tempo para a apresentação da moção, o proponente tem três minutos para apresentar a moção, e cada força política tem quatro minutos para discutir a moção, isto para evitar situações como já aqui vivemos, em que estivemos aqui a discutir moções para cima de duas horas.

A situação é esta: se cada uma das moções for aceite para discussão, o proponente tem três minutos para a apresentar, e cada uma das forças políticas tem quatro minutos para fazer a sua apreciação.”

Colocada a aceitação da Moção 1 “Não à ampliação da zona industrial da Guia a nascente da linha férrea do Oeste” a votação, foi a mesma rejeitada com 28 votos contra, cinco votos a favor e três abstenções.

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, é bom que a Assembleia Municipal tenha a noção do seguinte: nós estamos a falar exatamente do interesse público – público – e não vale a pena, a seguir, nós fazermos de conta que não estamos a falar do interesse público. É bom que esta situação venha a ser falada nos momentos próprios. E aquilo que me move, volto a dizer, é única e exclusivamente o interesse público. Os Srs. Presidentes de Junta, quando tiverem uma situação em que os vossos interesses locais sejam lesados, depois não se queixem. Gonçalo, não te queixes, está bem?

Por isso, é importante que vocês tenham a noção do seguinte: estamos a servir o interesse público. Aquilo que é a minha moção, e no futuro trarei aqui para defender, é o interesse público.”

Colocada a aceitação da Moção 2 “Lusiaves: Sim ao investimento mas na localização certa”, a votação, foi a mesma rejeitada com 27 votos contra, cinco votos a favor e quatro abstenções.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Temos declarações de voto. Faça favor.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Boa tarde a todos os presentes.

O CDS-PP vota favoravelmente a apresentação desta moção, pelo seguinte: entendemos que não há qualquer dúvida de que está em causa o interesse público, contrariamente ao que já foi discutido relativamente à apresentação de outras moções. Esta moção trata de um assunto de interesse para o nosso concelho, interesse urgente. E digo “urgente” por quê? Porque temos o Ponto n.º 2.16 da ordem de trabalhos, que está intimamente relacionado com o assunto que estas moções apresentam.

Portanto, o que nós propomos, o CDS propõe, tal como fizera em sede de Assembleia de Freguesia, é que seja possível discutir este assunto de outra forma, que haja uma reunião de preparação deste assunto, e que os deputados sejam devidamente esclarecidos.

Eu sinto hipocrisia, é o que eu sinto em relação a este assunto.

Obrigada.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Muito boa tarde a todos.

Eu quero fazer aqui uma declaração de voto também, votei favoravelmente a inclusão do ponto. Fi-lo porque ao contrário daquilo que aqui é dito, não me acobardo, e não tenho medo dos temas, e dou muito valor aos temas que, de facto, representam os assuntos mais importantes para a nossa terra.

Estas moções foram, efetivamente – e acho que também deve ser informação aqui à Assembleia – apresentadas à Assembleia de Freguesia, também em cima da hora, foram devidamente discutidas e foram devidamente votadas. A Assembleia de Freguesia fez o encaminhamento também à Câmara Municipal, deduzo eu, estas moções não chegaram aqui apenas pela mão do Sr. Deputado Manuel António, a quem eu quero dizer que mantendo a

elevação que este órgão merece – mantendo a elevação que este órgão merece – não baixarei ao seu nível. Agora, também não tenho que ficar com o rótulo de covarde, porque, de facto, não é assim que eu me revejo, e quero dizer-lhe que me sinto muito bem conversando consigo em relação a valores, porque, de facto, de valores já o senhor, ao longo destes anos, tem mostrado aquilo que vale.

Muito obrigado.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, demais deputados:

Obviamente que os comentários que foram feitos anteriormente pelo meu Presidente de Junta não vão receber resposta. Mas, é importante que nós tenhamos noção do seguinte: Não está em causa o investimento da Lusiaves; cabe à Câmara Municipal encontrar uma localização alternativa. O Sr. Deputado Carlos Lopes achou que este assunto devia ser tratado a posteriori, e a primeira e a segunda proposta estão ligadas. Não é por acaso que a Assembleia de Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca aprovou, na síntese, as duas propostas, porque estão preocupados, o desenvolvimento económico e social não pode ser desenvolvido à custa de danos maiores. Por isso, eu espero que esta Assembleia Municipal não se encolha no sentido de analisar aquilo que é o interesse maior de todos nós, porque isto cria um precedente no concelho.

Por isso, tenho dito, o meu voto é um voto vencido, e obviamente que quando as causas são justas, Sra. Presidente, é óbvio que quando se está sozinho, ou pouco mais acompanhado, as causas justas são aquelas que devem ser defendidas, e é assim que eu me sinto.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado.

Posto isto, vamos, então, passar às intervenções na generalidade.

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado, faça favor.”

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Tenho visto, e vi agora a apresentação do novo parque de estacionamento, ou miniparque, e só queria dizer que estou de acordo com ele, acho que a localização é um bom aproveitamento da zona. No entanto, queria chamar à atenção de um outro parque subterrâneo que está na praça, que penso que na altura em que é mais preciso, embora agora estejamos numa situação diferente, mas que, normalmente, nessas alturas, está fechado.

O outro parque, no Largo S. Sebastião, tem uma localização excelente, por enquanto ainda é gratuito, mas tenho verificado o seguinte: há várias viaturas que estão lá há muitos meses paradas, que aquilo não está a funcionar como parque, mas sim como depósito de viaturas. Relativamente à Assembleia de hoje, os deputados eleitos pelo CDS tinham intenção de apresentar uma moção, ou um voto de agradecimento à Assembleia. Mas, devido à importância do tema e à dignidade que lhe pretendemos dar, achámos melhor não apresentar essa moção em nome do CDS, mas sim desafiar toda a Assembleia para, em conjunto, apresentarmos um voto de agradecimento. E um voto de agradecimento a quem? Um voto de agradecimento a todas as pessoas direta ou indiretamente envolvidas no combate à pandemia, a todas aquelas pessoas que enquanto nós, cumprindo a Lei, ficámos em casa – ou a maior parte – continuaram no exercício da sua missão, desde o corpo médico, enfermagem, auxiliares, as pessoas dos lares de terceira idade, os funcionários da Câmara, da limpeza e higiene, toda a gente direta ou indiretamente envolvida, todos os Pombalenses, no concelho e fora do concelho, a cumprir essa missão, bem como todos os não

Pombalenses, mas que exerceram esse trabalho no nosso concelho. Acho que ficávamos bem se a Assembleia, por unanimidade, apresentasse e votasse esse voto de agradecimento a esses profissionais.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Coucelo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Faço minhas as palavras do meu colega Henrique Falcão, acho que é pertinente a sua intervenção.

Eu também vou tecer umas breves considerações sobre o que se passou em Pombal – não falou do país – com esta pandemia do SARS-CoV-2, mais conhecido por Covid-19.

Mas, antes disso, queria – embora já tenha sido feito aqui um voto de pesar – lembrar uma figura que desapareceu desta terra há oito dias, que foi Vereador desta Câmara, que foi o Gentil Figueira Guedes. O Gentil Guedes foi Vereador quatro anos, tive o prazer de trabalhar com ele no mesmo gabinete. Na altura, a Câmara não tinha nada a ver com o que é hoje. Partilhávamos um gabinete, trabalhávamos em conjunto, tínhamos uma secretária que nos assessorava, que era a Helena Matias.

O Gentil era meu amigo há mais de cinquenta anos, e foi uma lufada de ar fresco enquanto desempenhou funções políticas, até porque ele não era um político por natureza, mas era um homem com extrema qualidade e sensibilidade para as artes e para a cultura, e é a ele, como todos sabem, que devemos, aqui em Pombal, a Feira do Artesanato e Tasquinhas, com o auxílio do Nelson Rocha, que também já foi evocado, devemos o Festival de Teatro, devemos a Feira do Livro, enfim, inúmeras atividades de cariz cultural que perduram, e que são hoje ainda Ex-Libris do panorama cultural de Pombal. E recordo-me do entusiasmo com que ele abordava também os problemas das escolas, o aquecimento das escolas, como é que ia buscar as madeiras, chegou a alterar os procedimentos que havia na Câmara anterior, e ele fez um excelente trabalho nessa área.

Aqui em Pombal houve também inúmeros espetáculos de elevadíssima qualidade – lembro-me de um com o Pedro Abrunhosa, entrevistado no Salão Nobre da Câmara Municipal, e com tantos outros artistas de nomeada que aqui estiveram, tudo trazido pela mão do Gentil, com espetáculos com milhares de pessoas, no antigo parque.

O Gentil partiu. A sua paixão era o Alentejo, repousa no Alentejo junto dos seus amigos, junto à Senhora de Guadalupe, que é a canção de Serpa, que eu muitas vezes cantei com ele, com o Armando Torrão e com o Pedro Mestre, um homem da viola campaniça, e que sempre que me recordo, evidentemente que me emociono. Por isso, peço desculpa.

A Câmara Municipal de Pombal desenvolveu atividades, a exemplo de outras Câmaras, que foram extremamente importantes no combate à pandemia do Covid-19, apoiando as IPSS's, fazendo rastreios nas IPSS's, ajudando desde os bombeiros, o Centro de Saúde, com uma atividade em consonância com a Autoridade de Saúde Pública, desenvolveu inúmeras iniciativas – eu tinha aqui uma lista extensa, que prova, realmente, que a Câmara de Pombal fez um bom trabalho, a exemplo de outras Câmaras, mas também teve algumas coisas inovadoras, que outras fizeram mais tarde, nomeadamente na redução do valor das faturas de água e dos resíduos sólidos urbanos em cinquenta por cento (50%), uma medida a vigorar durante três meses, adquiriu também camas, através da Proteção Civil, camas de campanha, e apoiou com dezasseis camas a CERCIPOM. Quer dizer, preparou o território para dar resposta a nível de Pombal à Covid-19. Penso que apesar dos falecimentos que tivemos, fomos bem sucedidos em Pombal, pena é que não haja ainda a consciência de que isto não acabou, isto está num intervalo que começa a ter um crescimento de novo – não sabemos se é uma segunda vaga, se é apenas um crescimento temporário, mas nós não podemos baixar a guarda. E por isso, nós, mesmo aqui em Pombal, temos que continuar a

estar muito atentos ao que fazemos para proteger os nossos concidadãos, e cada um de nós é responsável pela proteção dos outros.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado.

Atendendo à proposta de moção do Sr. Deputado Henrique Falcão, que eu tomei nota, no final deste primeiro ponto da ordem de trabalhos, vamos votar a moção, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Liliana Silva, se faz favor.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Sr. Presidente, no dia 26, neste mesmo local, decorreu a sessão de apresentação pública da proposta de classificação do Projeto “Sicó – A dimensão cultural de uma paisagem protegida de âmbito regional”, promovido pela Terras de Sicó, com os respetivos seis Municípios envolvidos. O CDS-PP, em primeiro lugar, congratula-se com o avanço de uma proposta neste sentido. No entanto, receamos que a imposição política deste projeto, deixando inicialmente de fora a componente técnica e científica de quem está mais envolvido em termos de estudos da Serra de Sicó, possa condenar o projeto. Nós receamos que haja aqui alguma dificuldade no acolhimento da proposta apresentada por parte das forças que, no fundo, exploram e fazem a sua atividade nesta serra.

Conforme a Assembleia Municipal de fevereiro, o Sr. Presidente falou que iria, realmente, ser apresentada uma proposta, que estavam a ser desenvolvidos trabalhos neste âmbito. O CDS-PP gostaria de perceber até que ponto é que as Juntas de Freguesia foram envolvidas neste processo, quais os contributos das Juntas de Freguesia e dos Presidentes das Juntas de Freguesia para a elaboração desta proposta, porque ao analisar o projeto, percebemos que há regiões importantes, nomeadamente de Abiul, mas também da Redinha, e no meu entender também de Vila Cã, que ficam excluídas. A nossa questão é muito simples, perceber até que ponto é que foram ouvidos, qual o argumento técnico e científico, ou político, para limitar esta região em parte pelo IC8 – a resposta que nos foi dada aqui pela empresa tem a ver com a facilidade de identificação; ora, no nosso entender, esse argumento não é válido, porque há muito património cultural que fica, no fundo, de fora deste projeto, bem como os percursos da Grande Rota 26, que ficam excluídos do projeto que foi apresentado.

Gostaríamos também de solicitar a esta Assembleia a possibilidade de conhecermos o projeto técnico que foi elaborado pelos funcionários deste Município, uma vez que a justificação que nos foi dada também foi que foi o próprio Município de Pombal que sugeriu que fosse esse o limite, que o centro histórico de Abiul fosse excluído, teria sido por opção do Município.

Mais ainda, noutro ponto, gostaríamos de realçar aqui a questão dos vários projetos que nos têm sido apresentados. Seria bom que o Sr. Presidente esclarecesse a Assembleia acerca de onde provêm os fundos para os projetos de reabilitação da Várzea, da interface de ligação entre os comboios e a rede dos autocarros, que haja aqui um enquadramento do financiamento destes projetos, que se calhar traria alguma melhor compreensão por parte dos munícipes.

Para além disso, a bacia de retenção, em que ponto é está esse projeto, porque temos sido alertados para a urgência, estarmos a fazer obras de superfície quando há obras que estão ainda por resolver.

Para terminar, nunca vi Pombal tão pouco cuidado a nível de jardins. Pombal precisa de estar mais cuidado, mais florido. E portanto, deixamos esse apelo.

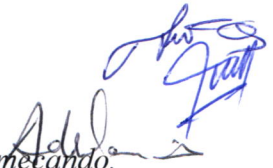
Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Pimpão, se faz favor.”

Pedro Pimpão (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente, Sr. Presidente, caros colegas.


Começo por associar-me aos votos de pesar que já aqui foram aprovados, começando, naturalmente, pelo Gentil Guedes. Tive o prazer de conhecer o Gentil na parte política, enquanto Vereador, tive o prazer de conhecer o Gentil na parte profissional, enquanto solicitador, mais tarde conhecer o Gentil enquanto empresário da restauração. E ficará para sempre nas nossas memórias, e na minha em particular, as memórias de um amigo e de um apaixonado por Pombal. E é mais do que justo o tributo que hoje a Assembleia Municipal lhe presta.

Queria também deixar aqui uma nota para o Nelson Lobo Rocha, porque também nos deixou neste período, e é uma personalidade que vai ficar para sempre indelevelmente ligada à história da nossa cultura, um apaixonado pela nossa cultura, foi um colaborador próximo do Eng.º Narciso Mota também, naquilo que era a prioridade de valorizar aquilo que era a componente cultural da nossa cidade. E naturalmente, queria deixar aqui também esta nota. E queria deixar outras duas notas, ainda neste âmbito. Faleceu Augusto da Graça, as pessoas que são de Pombal, todos conheciam o Augusto da Graça, foi um dos fundadores da Associação da Cumieira, uma pessoa com quem eu lidei também em termos cívicos e de participação associativa, e que merece também aqui este reconhecimento pelo trabalho que ele desenvolveu em prol da Cumieira, na luta pela Cumieira e aldeias vizinhas, e que também nos deixa a saudade. Mas, também uma vida cheia, uma vida rica de contributos para a nossa comunidade. Assim como ao Nuno Cravo, o Nuno, que era um jovem da minha idade, que era dirigente da Associação ADERS, e que também partiu cedo demais, mas que para além de dirigente associativo, era também um homem bom que nos deixa, e queria aqui também deixar as condolências, em meu nome pessoal, da Junta, e das pessoas amigas, à família e aos dirigentes da ADERS.

Mas, também não é só de pesar que nós, felizmente, vivemos, e esse voto de louvor que o Henrique há bocado aqui trouxe a esta Assembleia é mais do que justo e merecido, porque os profissionais de saúde estiveram desde a primeira hora na linha da frente no combate a um inimigo invisível, e merecem que a Assembleia Municipal dê esse testemunho e esse reconhecimento do trabalho que desenvolveram, que estão a desenvolver, como o Dr. João Coucelo disse, e que vão continuar a desenvolver, porque já percebemos pela característica do vírus, e de outros similares, que este não é um assunto que vai ficar por aqui. Portanto, é muito importante que nós tenhamos aprendido com os exemplos que tivemos nos últimos meses, para que tenhamos mais capacidade para enfrentar uma situação parecida nos próximos tempos.

Assim como merecem um voto de louvor todos os profissionais dos diversos setores de atividade que arriscando as suas próprias vidas, trabalharam dia e noite para que não faltasse nada nas nossas casas, e isso, é mais do que justo que seja hoje aqui salientado.

Assim como, porque nós somos autarcas, e gostamos do mundo autárquico, também é mais do que justo reconhecer o trabalho que a Câmara Municipal, que os Vereadores, que os técnicos da Câmara, que cada uma das Juntas de Freguesia, os Presidentes de Junta, os secretários, os tesoureiros, os nossos operacionais, fizeram neste período, porque eles nunca baixaram os braços para aquilo que era preciso fazer em prol da comunidade, e nós temos grandes exemplos. E este foi um período – eu já escrevi, e agora tenho de o dizer aqui – foi um período que demonstrou que é nos períodos mais difíceis que nós percebemos a fibra da nossa gente. E nós tivemos gente com um espírito de solidariedade que é extraordinário. Só na questão das máscaras, nós tivemos em dois dias mais de cem senhoras que se disponibilizaram para costurar gratuitamente máscaras, para fazerem milhares de máscaras para a comunidade, isto é extraordinário. E sempre que foi preciso entregar bens alimentares a pessoas idosas em situações difíceis, as nossas técnicas nunca se inibiram de o fazer; sempre que foi preciso fazer alguma coisa para ajudar cada uma das solicitações que nós tínhamos à nossa frente, os nossos técnicos nunca viraram a cara à luta, e isso também nos dá aqui um motivo de orgulho, de regozijo, mas hoje, na Assembleia Municipal,

de reconhecimento pelo trabalho e por esta intervenção social de proximidade, que nos torna mais robustos, mais fortes, e mais certos do caminho que estamos a seguir.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Cláudia Caetano, se faz favor.”

Cláudia Caetano (NMPH):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Presidentes de Junta:

A intervenção que trago a esta Assembleia foca vários pontos. O primeiro deles está relacionado com a área da educação. No contexto da pandemia do Covid-19, no terceiro período letivo, foi necessário recorrer ao ensino à distância. Uma das medidas adotadas por este Município foi o levantamento das necessidades de equipamentos informáticos junto dos Agrupamentos de Escolas do concelho, com o objetivo de assegurar que todos os alunos do 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário pudessem aceder ao ensino à distância.

No seguimento desse levantamento, o Município adquiriu cem computadores, cem routers de acesso à internet, que foram, então, distribuídos pelos alunos, seguindo determinados critérios, privilegiando os mais desfavorecidos. Mais tarde, a 29 de maio, foram também distribuídos aos Agrupamentos duzentos e oitenta e cinco tablets.


A primeira questão que eu coloco é se o número de equipamentos distribuídos foi suficiente para colmatar todas as necessidades.

Terminado o ensino à distância, pelo menos para este ano letivo, é tempo de avaliar aquilo que foi feito e averiguar se, efetivamente, as medidas adotadas pelo Município possibilitaram a continuidade das aprendizagens por parte dos alunos que não dispunham de meios informáticos. E por isso, lanço mais algumas questões: os alunos que receberam equipamentos informáticos frequentaram as aulas síncronas, realizaram as tarefas propostas, ou pelo contrário, mesmo tendo tido acesso a condições, aos equipamentos informáticos, não as realizaram, e impossibilitaram outros alunos, que provavelmente, numa fase inicial, não tinham sido identificados como necessitando de equipamentos informáticos, mas que por um conjunto vasto de razões o vieram a necessitar? É importante que o Município, conjuntamente com os Agrupamentos de Escolas, analise e reflita cuidadosamente sobre este assunto, pois muito provavelmente no próximo ano letivo teremos um ou outro momento em que será necessário recorrer ao ensino à distância.

Ainda na área da educação, a referir que no início do corrente mês foi anunciado pelo Ministério da Educação o programa de erradicação do amianto nas escolas, que custará sessenta milhões de euros (60.000.000€), e que será financiado por verbas comunitárias. Foi publicado também o despacho que identifica os quinhentos e setenta e oito estabelecimentos de ensino que serão alvo de intervenção, entre os quais, ao nível do Concelho de Pombal, se encontra a Escola Gualdim Pais.

Neste sentido, a minha pergunta é que diligências é que já foram tomadas pelo Município, relacionadas com a intervenção a efetuar na Escola Gualdim Pais, ou se poderão já avançar para quando é que está prevista essa intervenção. E depois, gostaria também de saber se além da Gualdim Pais, se ao nível do concelho existem outras escolas que não foram identificadas neste despacho, mas que necessitam também da remoção de amianto.

O próximo ponto da minha intervenção está relacionado com a limpeza de terrenos. Todos os anos, a Câmara Municipal informa, através de vários meios, os seus munícipes sobre as suas responsabilidades no que diz respeito aos trabalhos de limpeza de terrenos e gestão de combustível, sobre os prazos para a realização desses trabalhos, bem como das possíveis coimas a que estão sujeitos em caso de incumprimento. Como todos sabemos, cabe à Câmara Municipal garantir a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, devendo substituir-se aos proprietários e outros produtores florestais em incumprimento.


Adelino

Contudo, e uma vez que já terminou o prazo para a limpeza de terrenos por parte dos proprietários, ao percorrermos as freguesias do nosso concelho encontramos com muita facilidade situações que não estão a cumprir aquilo que está estipulado na Lei, e que põem em causa a segurança das pessoas e dos bens. E por isso, não basta realizar sessões de esclarecimento, não basta fazer distribuição de panfletos; é necessário que o Município tenha uma ação mais proativa nesta área, provavelmente terá que haver uma articulação mais estreita entre as Juntas de Freguesia, e um maior apoio às mesmas, que mais facilmente conseguem identificar os casos que não estão a cumprir a Lei.

Termino a minha intervenção pegando nos dados que foram apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística, no passado dia 15 de junho, e que mostram que entre 2011 e 2019, o Concelho de Pombal perdeu três mil, quinhentos e cinquenta e sete habitantes, o que corresponde a uma taxa de variação negativa de seis vírgula quarenta e sete por cento (6,47%). Depois dos Concelhos de Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere e Ansião, todos eles fazendo parte da região do Pinhal Interior Norte, e que refletem o problema de desertificação que se vive no interior de todo o país, o Concelho de Pombal é aquele que teve uma maior perda de população. Estes dados, Sr. Presidente, refletem aquilo que tem sido a sua ação política nos últimos tempos, que aposta essencialmente na regeneração urbana, ao invés de investir num desenvolvimento industrial e turístico sustentado num planeamento estratégico a longo prazo, e não a médio e curto prazo, como se tem verificado.

Termino esta minha intervenção com uma referência que foi retirada precisamente do Plano Diretor Municipal, e que diz o seguinte: “Criar condições para estar, trabalhar, viver e vivenciar o espaço são o mote para a proposta de ordenamento apresentada. Promover estímulos de mudança, tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico, valorizar recursos e aproveitar os pontos fortes e potencialidades existentes são a chave para o desenvolvimento concelhio.” Reflita sobre isto.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Acácio.”

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Eu queria informar esta Assembleia, e lamentar a falta de consideração com que o nosso Governo Central do Partido Socialista tem tratado algumas matérias aqui no nosso concelho. Falo do abandono do Pinhal de Leiria, no território de Pombal. A 12 de abril de 2019, o Município de Pombal recebeu um pedido de parecer por parte do ICNF para a rearborização com espécies florestais recomendadas. A 17 de abril de 2019, o Município respondeu favoravelmente. Mas, o que se verifica ao dia de hoje é o mesmo que estava nessa data. Não podemos aceitar que se tenha cortado a madeira com valor comercial, e o que não tem valor comercial continua de pé, e a grande maioria no chão, algumas junto a caminhos florestais, aceiros, estradões e estradas. Não podemos aceitar que foi dito aos portugueses que o valor do abate da madeira seria para reflorestar o Pinhal de Leiria. Onde é que está esse valor? O que aconteceu até ao dia de hoje foram umas campanhas de reflorestação, na sua grande maioria publicitárias, não cumprindo o plano geral para o Pinhal de Leiria, e o que foi plantado, na sua grande maioria não resultou. E com esta falta de vontade política do Partido Socialista, a natureza aproveita para fazer o seu trabalho, que é que estão a crescer pinheiros bravos em qualquer sítio, como por exemplo – e dou-vos este exemplo – junto às ciclovias, mesmo encostado ao alcatrão, entre as ciclovias e o alcatrão. A vegetação a crescer de forma desorganizada juntamente com a madeira que, por vezes, ainda não foi retirada, e na grande maioria das matas está muita madeira no chão, e nós sem uma solução à vista para uma matéria em que todos, mas mesmo todos, nos devemos preocupar, porque neste momento a responsabilidade é do ICNF e do Governo Socialista.

E por isso, permitam-me que eu peça à Bancada do Partido Socialista desta Assembleia que peçam responsabilidades ao vosso Partido nesta matéria. Não basta ir à comunicação social dizer que agora estamos melhor do que no passado; o que se espera é que o Partido Socialista venha ao terreno demonstrar essas grandes melhorias. E nós, nesta matéria, precisamos mesmo que o Partido Socialista reconheça o Pinhal de Leiria propriamente no Concelho de Pombal.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodrigues Marques.”

Manuel Rodrigues Marques (NMPH)

“Muito obrigado. Obrigado, Sra. Presidente.

A pandemia que estamos a viver colocou-nos no olho de um furacão, e não sabemos como é que nos devemos salvar, e salvar os nossos semelhantes, como aconteceu aos nossos avós, aquando da gripe espanhola, no início do séc. XX, que dizimou milhões de cidadãos, entre 1918 e 1920.

Nos dias de hoje, o poder político instalado, com a sua habitual manha, vai fazendo crer aos incautos dos cidadãos que tudo está a ser tratado, e que a economia real de bens transacionados está boa e se recomenda, que já foi apoiada em milhões de euros, quando na realidade continua tudo bloqueado pelos nossos queridos burocratas, devidamente engravatados, que nunca saíram das suas zonas de conforto nestes últimos quatro meses.

Eu não quero que o Estado que me dê nada; quero, sim, é que me tire menos, e isto porque dar, dá-se aos amigos, e o Estado não é meu amigo.

Na passada sexta-feira, celebrámos o Dia da Libertação, que é o último dia que, este ano, trabalhamos para o Estado, onze dias mais tarde do que em 2019, no estudo da ????. Pelas minhas contas, ainda tenho que trabalhar mais um mês, ou dois, para o Estado, este ano.

As esquerdas estão a preparar-se para, no Orçamento de Estado suplementar que estão a discutir, criar novos impostos para os “gordos”, como dizem. Todavia, por vida vivida, já sabemos que vão ser os mesmos de sempre a pagá-los.

A Segurança Social é um sufoco para os empregadores, com a entrega mensal da TSU; dizem que têm, por Leis feitas por eles, dez dias úteis para responder ao que lhes é solicitado, e quando têm que ajudar, foi o que se viu, respondendo tarde e a más horas, como é seu hábito. As Finanças cumprem com o seu objetivo, que é com base nas Leis da República sacar o mais possível aos pequenos e pobres, porque os poderosos e ricos não deixam. Uns intermediários que andam aí pelo caminho a garantir fazem mais parte do problema do que da solução. Os bancos fazem pela sua vidinha, e não há apelos que os demovam; continuam a aplicar as taxas e as taxinhas com base nas próprias Leis que fabricam, e o Estado cala-se, muito bem caladinho, porque também recebe nas operações bancárias qualquer coisa, em imposto de selo ou em IVA. O nosso banco, a Caixa Geral de Depósitos, criou uma taxa a que chama “comissão do pacote”. Do pacote? É uma vergonha.

A economia real de bens transacionados que se aguenta, ou que caia, como muito bem diz o Sr. Ministro da Economia. A Direção Geral de Saúde diz no mesmo dia que sim, e o seu contrário, apesar do esforço do nosso amigo Secretário de Estado da Saúde, António Sales. Estão, pois, reunidas todas as condições para que tudo corra mal, inclusivamente a fome que está a ser tratada pela caridade alheia, isto devido ao Estado não estar organizado em pirâmide, outrossim em células estanques, muito semelhante à Casa dos Bicos, em Lisboa, onde cada um trata da sua quintinha.

A esperança da nova ordem baseada na pessoa deu lugar à velha ordem, baseada no dinheiro e na ciência, com vista a amontoar dinheiro. Tudo como dantes, Quartel General em Abrantes. E o povo pergunta aos governantes o que é que eles levam no regaço para dar aos pobres, e eles respondem: “São gravatas, senhor, são gravatas”.

Disse. “

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado José Gomes Fernandes.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Muito boa tarde, os meus cumprimentos.

No seguimento até de uma intervenção que se referia à desertificação, quero fazer algumas considerações também.

As maiores dificuldades de instalação e funcionamento das empresas no interior do país, e nas zonas mais desfavorecidas, são a qualidade da energia elétrica, transportes, impostos, transferência da riqueza criada devido ao centralismo, criada com as sedes localizadas em Lisboa, transfere-se os impostos e as remunerações dos quadros para Lisboa, logicamente transfere-se a riqueza também. E portanto, isto é uma medida que o Governo centralista, Socialista, tem levado a cabo, com a transferência de riqueza.

Também quanto à energia, a energia elétrica é sobretudo o custo para as empresas, pois existem, segundo a entidade reguladora, dois níveis: o nível A é para cidades com mais de vinte e cinco mil habitantes e capitais de distrito, ou seja, pouca parte do país. Estamos nós, então, e as nossas empresas, privados de energia com qualidade, o que leva a cortes e microcortes repetidos, várias vezes no ano, que leva à paragem dos equipamentos, a serem reiniciados, a serem reprogramados, e com todos os prejuízos. Ora, isto é uma desigualdade que o Partido Socialista podia levar a cabo, e que tem oportunidade de o fazer, querendo, querendo fazer reformas, porque parece que as reformas pararam.

Quanto à eletrificação da Linha do Oeste, que também era necessário para o nosso concelho, e que também nos tem provocado a desertificação, ou a falta de eletrificação, porque os transportes ferroviários são mais baratos e conseguem aproximar os pontos de compra de matéria-prima e de venda das mercadorias, e conseguem levar também as mercadorias para o Porto da Figueira da Foz, para assim potenciar a redução de custos das empresas. Ora, esta linha no nosso concelho, ou a partir das Caldas para cima, parece que foi abandonada, apesar das promessas, a eletrificação.

Ora, quanto à requalificação do IC2, já verificámos que no Concelho de Pombal, as iniciativas que tivemos foi a Câmara Municipal, ali no Alto do Cabaço e nas Meirinhas, porque o Concelho de Leiria está a ser feito, ou já foi feito, mas no Concelho de Pombal, parece que há um esquecimento, e que penso também que o Partido Socialista local se deve preocupar.

Quanto aos financiamentos dos estragos causados pelo Furacão Leslie, em que haveria direito, segundo o programa de equipamentos de 2018, a setenta por cento (70%), e com 28 de junho de 2019 como data limite para apresentação das candidaturas, e o Município apresentou trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e dois euros, e vinte e quatro centimos (397.402,24€), mas o Orçamento Geral do Estado – que, como no tempo do Mário Soares, saía tarde e a más horas, este ano foi em março, lembrem-se que no tempo do Soares governávamos por duodécimos, porque o rigor era tanto que o Orçamento Geral do Estado nunca era aprovado, e agora também parece que voltámos ao mesmo, o Orçamento Geral do Estado já foi aprovado em março, com todos os atrasos devidos ao próprio Partido Socialista e a mais ninguém, e de facto, o Orçamento Geral do Estado não previu esta reparação dos danos.

Transportes públicos: foi suspensa devido ao Covid-19 a linha entre Pombal e Leiria, era suposto repô-la, e não foi repostada. Isto são apenas alguns dos exemplos do abandono a que o interior é votado, e que o centralismo e a preocupação de receber muitos votos na capital, por parte do Partido Socialista, tem levado o país, e tem levado também o nosso concelho a sofrer, e consequentemente os quadros que aqui se podiam fixar a ter que emigrar, a terem que ir para outros pontos do país, ou para o estrangeiro, como tem acontecido. Só basta agora o Partido Socialista, também, como nos está a parecer, deixar outra vez o país na ruína, e termos que ter mais uma ação de troika para podermos recuperar o país, e depois

responsabilizar ainda pelas dificuldades que eles próprios causarem, ao deixar as finanças delapidadas, até porque o Partido Socialista foi avisado de que não estava a preparar o país para uma crise. A crise está aí, o Partido Socialista ria-se, afinal disseram que vinha o diabo, e não veio o diabo, era esta a responsabilidade do Partido Socialista, quando fazia “piretes”, e tal, e os membros do Governo iam-se assim exibindo à opinião pública, e agora temos as consequências, porque levaram isto de forma petulante, sem responsabilidade, e estamos agora a sofrer as consequências, também porque não quiseram ter responsabilidade.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

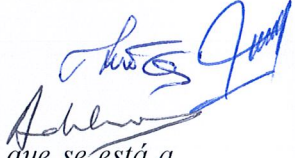
“Sra. Presidente, muito obrigado. Aproveito para cumprimentar a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os colegas da Assembleia, e peço desculpa por, há bocado, não o ter feito, penitencio-me por esse lapso.

Sr. Presidente, nós também, no Partido Socialista, estamos de acordo com aquilo que aqui foi dito acerca dos profissionais de saúde. Efetivamente, Sr. Presidente, no dia 11 de março de 2019 foi declarada oficialmente pela Organização Mundial de Saúde a situação de pandemia causada pelo vírus Covid-19, e Portugal também foi afetado por esta pandemia. E foi assim, Sr. Presidente, que diariamente assistimos a que os nossos profissionais de saúde, de uma forma empenhada, foram para a linha da frente para nos proteger, pondo de alguma forma até em risco as suas vidas. E é da mais elementar justiça que aqui se deixe, de facto, uma palavra de agradecimento, uma palavra de reconhecimento por aquilo que fizeram. Obviamente que esta palavra deve ser extensiva a todos os outros profissionais que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que a nossa vida fosse o mais normal possível – e refiro-me aqui, a título de exemplo, aos funcionários do Município, que não deixaram de exercer as suas funções para que as coisas pudessem, de facto, andar dentro daquilo que era a normalidade. E portanto, Sr. Presidente, a todos um bem haja por isto.

E na linha também daquilo que aqui foi dito, nós acharíamos que era oportuno, no final desta Assembleia, se a Sra. Presidente assim o entendesse, redigirmos um texto de louvor a estes profissionais, e que esse texto, de facto, fosse amplamente divulgado, amplamente publicitado, para que pudesse chegar ao maior número possível de pessoas, para que, de facto, elas tenham conhecimento de que esta Assembleia fez este reconhecimento.

Um segundo aspeto tem a ver, Sr. Presidente – e agora dirigindo-me diretamente ao Sr. Presidente da Câmara – com a questão da Caixa de Crédito Agrícola. Nós fomos confrontados com uma notícia no jornal, que nos dava conta de que o Município de Pombal queria conhecer o negócio entre a Caixa de Crédito Agrícola e a Adegas de Pombal, falava-se mesmo na situação de existir um processo no tribunal. Aquilo que nós sabemos, porque resultou da notícia, é que, de facto, a Adegas construiu as suas instalações num terreno que foi cedido pelo Município para esse efeito, sabemos também que a Adegas passou por momentos difíceis, e que acabou por determinar o seu encerramento, e achamos todos que é importante que a Assembleia Municipal, como órgão fiscalizador, tenha toda a informação possível. E nessa medida, nós perguntamos ao Sr. Presidente da Câmara que dúvidas é que, de facto, o Município tem acerca deste negócio entre a Adegas de Pombal e a Caixa de Crédito Agrícola, o que é que é necessário saber, e que nós também precisamos de saber, e perguntava também, finalmente, se o facto de o Município ter avançado com ação judicial significou que as informações que porventura possam ter sido pedidas não terão sido cabalmente dadas.

Finalmente, Sra. Presidente, e respondendo aqui ao repto do deputado municipal acerca da questão da Mata do Pinhal de Leiria, eu faria aqui um convite ao Sr. Deputado para que


dirigisse um requerimento ao ICNF e lhe perguntasse, exatamente, o que é que se está a passar, porque é muito fácil vir aqui para esta Assembleia fazer – e peço desculpa pela expressão – fazer queixas, e se calhar era mais pertinente que se fosse diretamente à fonte, e aí, depois, se a resposta não fosse cabal, se a resposta não fosse conclusiva, de facto, vir aqui a esta Assembleia levantar a questão.

Finalmente, ao meu ilustre colega, Dr. José Gomes Fernandes: Sr. Deputado, o senhor não se esqueça – e referente à Linha do Oeste – que não foi o Partido Socialista que quis dismantelar a CP, não foi o Partido Socialista que cortou nos investimentos para a ferrovia. E portanto, o que lhe posso dizer, porque tenho conhecimento disso, e todos nós também ouvimos a comunicação social, é que, de facto, esses investimentos irão ser retomados dentro daquilo que é possível, atendendo a que o país está a passar por esta pandemia.

Finalmente, Sr. Deputado, lançava-lhe uma pergunta: quem é que mais fez pelo interior deste país? Qual foi o Partido, qual foi o Governo que mais fez pelo interior deste país? Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou a palavra agora ao Sr. Deputado João Matias.”

João Matias (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente da Mesa. Na sua figura, quero cumprimentar todos os presentes, e as pessoas que hoje se veem obrigadas a assistir através dos meios digitais.

Começo a minha intervenção com uma referência muito breve ao Skate Park de Pombal. Esta é a primeira Assembleia Municipal na qual participo após a concretização do projeto, e portanto, tendo intervindo anteriormente em Assembleia Municipal, insistindo em que este era um projeto inadiável, é natural agora que sinta o compromisso de dar o devido crédito ao Executivo Camarário, que se manteve fiel ao seu compromisso e executou esta obra, que é, obviamente, destinada a todos os cidadãos, mas principalmente à juventude Pombalense. No entanto, não me quero focar neste assunto. Nós vivemos em tempos ímpares, e realmente, aquilo que merece agora a nossa atenção é a situação do Covid-19, nomeadamente os seus efeitos, a avaliação das medidas adotadas para combater a pandemia, e acima de tudo discutir o futuro que, sem dúvida, é substancialmente diferente daquilo que nós sonhávamos antes do distanciamento social ao qual fomos sujeitos, e ao qual ainda estamos sujeitos.

E portanto, eu queria focar-me na parte do ensino e no processo de aprendizagem das crianças e dos jovens. Relativamente aos efeitos do Covid-19, o ensino passou a ser online, as crianças viram-se privadas do contato direto com os professores e com os seus colegas, e há estudos que indicam que esta paragem do ensino presencial pode ter levado a uma perda de conhecimento correspondente a pelo menos um mês. Isto são, efetivamente, efeitos muito preocupantes, principalmente porque afetam as camadas mais sensíveis e os jovens de famílias mais carenciadas.

O Município, durante este tempo, tomou algumas medidas, não só a nível de materiais, mas aquelas que quero salientar é o acompanhamento dos jovens e a potenciação do sucesso escolar. Efetivamente, conseguiu-se, através das novas tecnologias, com distanciamento social, acompanhar estes jovens, e é de salientar a relevância destas medidas, pelo facto de estarem em linha com as recomendações da OCDE para os países do mundo.

No entanto, importa discutir o futuro. Atualmente, sabe-se muito pouco relativamente àquilo que o Governo do PS vai fazer quanto à recuperação do ensino para estes jovens mais carenciados, e para os jovens no geral. Sabe-se mais sobre a final da Champions League, sabe-se mais sobre a TAP, e sabe-se muito pouco sobre o que é que vai acontecer à educação, ao ensino, e a estes jovens que supostamente pelo menos perderam um mês de educação.

Portanto, importa não só dar relevância ao facto de que as medidas e os materiais disponibilizados permitiram que estes jovens não se distanciassem muito, mas é importante que agora, em setembro, não sei se duas semanas antes, ou no início, se dê oportunidade a que estes jovens com maiores carências sejam acompanhados, se permita ver se eles

realmente têm um atraso, ou não, com os alunos que são de famílias com maiores meios, e alertar principalmente o Município para atuar nestas crianças, para garantirmos que além de serem prejudicadas pelo Covid, não sejam agora prejudicadas porque nós não fazemos aquilo que é devido para solucionar o problema.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Vítor Gomes.”

Vítor Gomes (PS):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente, queria cumprimentá-la a si e à sua Mesa, Sr. Presidente da Câmara e a sua Vereação, distintos membros desta Assembleia, pomposamente apelidados de Srs. Deputados.

Eu queria falar apenas aqui sobre a requalificação em curso, sobretudo na área da Várzea, e requalificação da rede viária da estação e adjacentes.

Ora, em relação aos jardins, e começando pelos jardins, queria referir aqui nesta Assembleia, e queria também saber a vossa opinião sobre isto, que para mim, e para o Partido Socialista, os jardins são, pela sua natureza, ícones das cidades, são espaços onde nós criamos memórias, onde temos memórias de infância, de adultos, onde brincámos, onde namorámos, onde levámos os nossos filhos a brincar. E o Sr. Presidente da Câmara parece que está apostado em destruir todas essas memórias, retirar a história da cidade, retirar a alma aos jardins, que tinham – este do Cardal, já desapareceu a memória, já nos tiraram a isso – está apostado em retirar essa memória aos Pombalenses, e sem consultar ninguém – apresenta um projeto, requalifica à sua vontade, e não passa cavaco a ninguém.

Em relação ao Jardim da Várzea, já não se passou isso, porque a população se insurgiu, e porque a Oposição quase o obrigou a fazê-lo, porque já estava aprovado, sem sequer ter ouvido a população. Mas, seguindo este raciocínio, diria que em relação ao Jardim do Cardal, estou manifestamente preocupado com aquilo que dali vai sair. Normalmente, estes espaços precisam de ter dois ou três elementos fundamentais: um deles é a água, as pessoas precisam de locais frescos para se refrescarem no verão, precisam de sombra, precisam de espaços verdes, que é tudo aquilo que o Sr. Presidente ali retirou; precisam de espaço e de liberdade para as crianças, para os adultos, locais aprazíveis para uma pessoa se sentar e ler um livro à sombra de uma árvore, tudo aquilo desapareceu dali. Todas essas memórias, todos esses espaços vão desaparecer dali. Cria-se um jardim de pedra, que não absorve o calor, não absorve humidade, nada. Aquilo que tínhamos ali vai desaparecer. Em vez de criar espaços de liberdade, cria muros, obstáculos à circulação, tudo isso – deve ser para os miúdos depois jogarem às escondidas, ou se esconderem dos pais.

Portanto, isto é aquilo que eu penso sobre aquilo que está a ser feito ao Jardim da Várzea. Como Pombalense, lamento imenso aquilo que ali está a acontecer.

Ainda em relação ao Jardim do Cardal, o Sr. Presidente preparava-se para pôr a cereja no topo do bolo, preparava-se para pôr ali um “aranhão”, que chamava pomposamente de “interface rodoviário”. Parece-me que hoje reconsiderou e suspendeu essa obra. Espero que mantenha essa posição, e que ela realmente seja suspensa e eliminada do projeto. Não faz sentido nenhum, era cara, inútil, e não ia servir ninguém.

Em relação ao Jardim da Várzea, ainda não está destruído, e esperemos que não o faça. Este segundo projeto apresentado tem algumas melhorias em relação ao primeiro. Todavia, o Partido Socialista mantém a sua firme disposição em ser contra, e somos contra radicalmente, por vários motivos. Aquele jardim tem árvores que produzem sombra, tem espaço onde as pessoas também têm memórias. A única coisa que aquele, e os outros jardins de Pombal precisam, precisam sobretudo de duas coisas: uma boa equipa de jardinagem, e um bom podador de árvores. Aquelas árvores que estão hoje no Jardim da Várzea, aquilo que lá está foi podado com os pés. Qualquer bom podador poda uma árvore de maneira a criar copa e sombra; aquelas criaram ali uns carrapitos góticos, que as pessoas criticam,

mas não sabem por quê. Eu sei que aquilo foi mal podado, e quem percebe alguma coisa disso, e quem conhece, sabe que aquilo foi mal podado. Portanto, o que os jardins precisam, e sobretudo aquele, era de alguém que soubesse cuidar de um jardim. Eu não sei a quem é que estão entregues os jardins, sei que hoje passei naquele canto que supostamente seria o Jardim da Avenida, tinha erva que foi limpa hoje, com dois palmos de altura, antigamente tinha flores, nem uma flor existe ali, os jardineiros sabem fazer isso. O que os jardins precisam é de bons jardineiros, precisam de bons podadores, não precisam destas obras dispendiosas, sem necessidade nenhuma. O Jardim da Várzea está como está, precisa de um bom jardineiro, precisa talvez de substituir as sebes, e precisa de ser cuidado e florido, e não tem nada disso.

Prepara-se também para destruir um muro que lá está, que é praticamente a assinatura do projetista que o fez. Não há necessidade nenhuma de destruir aquele muro, é destruir mais um pedaço da história. O passeio circundante ao jardim é perfeitamente suficiente para o trânsito pedonal que tem. Aquilo que é necessário ali, eu não gosto, muita gente não gosta, mas é necessário porque as pessoas não respeitam, aquilo precisa de pinos para libertar o espaço para os pés, é aquilo que aquilo precisa. O fontanário precisa ser reposto com água, os espaços precisam de ter água.

O Sr. Presidente, neste aspeto dos jardins, comporta-se – não sei, não digo, para não ofender suscetibilidades.

No entanto, ainda em relação a este espaço, queria só referir que em qualquer cidade europeia, os espaços históricos são preservados, basta olhar para a Europa que foi destruída pela guerra, os centros históricos foram repostos na sua originalidade, e os jardins repostos na sua originalidade. As modernidades criam-se nos espaços novos, e o Sr. Presidente tem espaços novos para o fazer – tem, por exemplo, o Casarelo, onde tem lá espaço para fazer um espaço moderno e novo.

Em relação às obras de requalificação viária do Largo da Estação, este projeto, ao Partido Socialista, parece-nos bom, está mais ou menos bem elaborado, não temos muitas críticas a fazer. Porém, há aqui uns assuntos que eu gostava que o Sr. Presidente esclarecesse. Um deles tem a ver com a propriedade do terreno. A Câmara já adquiriu o terreno para implantar este projeto? Outra pergunta: quem são os proprietários? Eu já ouvi falar em dois proprietários, mas não ouvi falar no principal, que era o proprietário do espaço onde era antigamente o Café Zeca da Mota. Gostava de saber quem era o proprietário disto, o proprietário do espaço correspondente a onde esteve antigamente instalado o Café Zeca da Mota, o célebre Café Zeca da Mota. Gostávamos de saber quem é o proprietário desse espaço, e se estão negociados e adquiridos esses terrenos para implantar este projeto, e saber se estão, ou se não estão, como é que é possível elaborar um projeto para um espaço, pôr a obra a concurso público, e não ser proprietário dos terrenos. Para mim, isto faz-me lembrar, é a mesma coisa que eu chegar ao terreno de um vizinho, pôr lá um projeto e fazer lá a casa, sem contatar com ele. Eu gostava que o Sr. Presidente esclarecesse esta situação. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Passou o seu tempo, como viu, mas também não há mal nisso, mais sete minutos. Dou a palavra agora à Sra. Deputada Nicolle Lourenço.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente. Começo, obviamente, pelos cumprimentos, cumprimentá-la a si, cumprimentar o Sr. Presidente de Câmara, os Srs. Vereadores, colegas deputados, comunicação social aqui presente, e todos aqueles que nos veem em casa.

Neste ponto, gostaria de destacar apenas e congratular a deliberação da reunião do passado dia 24, em dar um parecer favorável à localização do novo parque eólico, próximo de Albergaria dos Doze. Este parque, com uma potência total prevista de 48 Mw, resulta em doze aerogeradores armazenados numa subestação a criar no interior. Este é o sexto projeto

de investimento privado na produção de energia elétrica com recurso a fontes de energias renováveis, a juntar aos outros dois novos parques, também a instalar nas Freguesias do Carriço e Louriçal. A estes três, juntam-se ainda os pareceres favoráveis à instalação de parques eólicos nas Freguesias de Abiul, Vila Cã, e União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria dos Doze.

A instalação destes parques, a acontecer, contribuirá determinantemente para o aumento da eficiência energética, que está no cerne do Plano de Energia e Clima 2030, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e da transição para uma economia eficiente em termos de recursos, contribuindo também para a concretização daquele que é o Plano Municipal de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática, e que privilegia, naturalmente, a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, com efeito muito positivo, tanto na sustentabilidade a este nível energético, como a nível ambiental, mas também na criação de emprego no nosso concelho.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado e Presidente de Junta Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Na sua pessoa, permita-me que cumprimente aqui todos os presentes, e todos os que nos veem através da internet, neste caso.

Eu trago aqui duas notas, uma nota infelizmente negativa para a saúde, e uma nota positiva para o Município e para as freguesias.

Começo pela negativa. Como já aqui foi dito, estamos com um plano de contingência, plano de Covid, mas, infelizmente, este Governo aproveita este tempo para fazer mudanças – vimo-lo agora em Lisboa, essas queixas, mas passou-se exatamente igual aqui na nossa região, no nosso distrito e no nosso concelho – as mudanças de chefia que nada abonam este combate. O que nós sentimos, e quem está no terreno desde a primeira hora percebe perfeitamente a desorganização – e dou aqui um exemplo muito simples: chegou-me um e-mail à Junta de Freguesia, basicamente a dizer isto: o seu polo de saúde vai fechar de dia 17 a 26 de junho, por motivo de férias dos funcionários do polo da Redinha. Isto foi para Almagreira. Ou seja, eu fiquei assim a perceber, exatamente, esta organização.

A seguir, percebo que o tal plano do fecho dos polos, ou seja, quando se dizia que os utentes não podiam estar aglomerados, tinham que vir para algum sítio qualquer, as pessoas não tinham resposta. Dou um exemplo: à data de hoje, as consultas, quem quiser ir ao médico, é consultado numa janela, pelo administrativo que lá estiver, esse administrativo levará a doença que tiver ao seu médico, esse médico dirá qualquer coisa, o administrativo dirá qualquer coisa, e a pessoa, se receber um telefonema, vai ter uma consulta online. Isto são os dias de hoje, à data de hoje, quem quiser fazer o teste, é só ir a Almagreira, quando tiver médico e quando abrir. Infelizmente, eu canso-me de dizer isto aqui, ou seja, passados três anos, eu continuo a trazer este assunto aqui, é sinónimo de que as coisas não evoluem, a saúde não está a evoluir, há um desnorte completo. Sabe qual foi o último e-mail que eu recebi? Perguntaram à Junta de Freguesia de Almagreira se podia disponibilizar um contentor para fazer a consulta do Covid.

Agora, a nota positiva vai exatamente para as freguesias e para os seus técnicos, para os seus trabalhadores, que desde a primeira hora, no terreno, não foram para casa, e quem estava lá foram eles. É essa nota positiva que eu dou. No país, muitos foram para casa, tiveram que ir para casa, e bem, mas alguém teve que ficar no terreno. Os funcionários do Município andaram a limpar, andaram a tratar dos espaços, a apoiar nas escolas, a levar alimentos às pessoas. E lembro aqui uma campanha que ninguém percebeu, na altura, e eu digo que ainda hoje continuamos a fazer, “Nós vamos por si”, porque nós, freguesias, temos que ir pelas pessoas, para elas não saírem de casa, porque depois, da parte das entidades que deviam gerir esta pandemia – que eu não sou médico, e não tenho nenhum conhecimento

nesta matéria – vejo-me completamente abandonado, para não falar do tal acompanhamento que devia haver, das tais vítimas, que nós, em várias reuniões, ficámos a saber que ninguém sabia onde é que as pessoas viviam. Como é que querem que as autoridades – depois, o ónus fica sempre para alguém, vão dizer ao GNR que vá verificar se aquela pessoa está em casa, quando a morada que está no ficheiro, já não está naquela freguesia nem está naquele concelho. Digam-me como é que neste país vamos combater esta pandemia, porque, como é óbvio, e toda a gente já percebeu, isto não acabou, por mais Ligas de Campeões, por mais popularismo puro e duro, quem está no terreno percebe perfeitamente que isto não acabou.

Agora, dou aqui um voto de louvor à Câmara, aquele projeto dos Gabinetes Interfreguesias, digo-vos aqui, se há três anos, quando falámos nos projetos, percebemos que ia ser uma mais valia, digo-o aqui, sem dúvida: quem cá estiver tem que continuar com este projeto, porque esse projeto tem sido uma mais valia, aquelas técnicas, todas aquelas pessoas que andaram e andam todos os dias na linha da frente, não tiveram medo e não têm medo. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Já tendo cumprimentado todas e todos, passo ao discurso.

O Sr. Presidente disse em entrevista à rádio que não hesita em colocar o seu concelho à frente do seu Partido, frase bonita, mas que, se calhar, se estava a referir à sua freguesia, ou até à cidade de Pombal. Como se sentirão os habitantes das restantes freguesias ao saber que planeia gastar mais de quatro milhões de euros (4.000.000€) numa interface, uma passagem pedonal, que liga o Jardim do Cardal à atual rodoviária, com tantas localidades no concelho sem rede pública de esgotos, e com outras necessidades que gostaria de ver aqui assinaladas pelos respetivos Presidentes de Junta, e defendidas.

Temos problemas de poluição no Rio Arunca, que se mantêm, um nunca acabado Parque Verde do Arunca, a falta efetiva de uma passagem pedonal – bem mais barata – sobre a Nacional, penso que seriam projetos mais urgentes.

Gaba-se de ser o autarca que mais se preocupa em apresentar as obras públicas aos seus munícipes, tendo em conta, entre outros fatores, um calendário bem definido, a audição dos cidadãos e promoção da discussão pública nos locais, editando os projetos nas páginas da Câmara, e falou de centenas, ou melhor, de mais de setenta projetos. Quem não o conhecer, que o compre. Sabe, esta atitude demonstra que desconsidera os seus munícipes, pois só lhes pede opinião quando os projetos já estão orçamentados e aprovados, alguns até adjudicados, ou em processo de adjudicação.

Mais, em que página da Câmara estão editados tais projetos? E o que considera um projeto? Uma ou duas imagens de uma interface? Um 3D, ou dois, ou uma simples fotografia de uma intervenção?

A tudo o que já foi referido aqui do projeto da Várzea, aqui pelo meu colega do PS e por outros, acrescento que mal chegámos à apresentação, fomos informados de que o projeto tinha sido alterado. E então, de longe, lá fomos tentando ver, “é mais verde”, “já não são só canteiros, já tem relva no chão”. Assim é difícil fazer críticas construtivas; tem que nos fornecer atempadamente os elementos necessários para nós podermos avaliar, efetivamente, e podermos criticar ou apoiar. O Bloco propõe até que se crie um separador para todas as obras públicas no site da Câmara, onde constem os convites para as apresentações, as peças desenhadas necessárias para a compreensão das intervenções propostas, os valores que serão pagos pela Câmara Municipal, e os valores que serão financiados, e qual a forma dos financiamentos, para ser fácil para um cidadão chegar lá, clicar e poder-se preparar adequadamente para as apresentações que têm surgido a um ritmo alucinante.

Como lhe foi dito nessa apresentação, não comece as obras de uma casa pelo telhado, porque por trás de muitos destes projetos que estão a ser apresentados, temos um desconhecimento do projeto do estudo do leito de cheia e da suposta bacia de retenção, que poderá impedir que novas cheias catastróficas assolem a cidade de Pombal.

Cancelaram-se as Festas do Bodo sem que a população soubesse qual era o programa do Bodo para este ano. Sabe dizer-nos qual era o programa? Recontratou os artistas para o Bodo de 2021, como fizeram muitas autarquias deste país? E disse num comunicado público que iria organizar momentos especiais, simbólicos e seguros, a anunciar em data oportuna. Estamos a começar o mês de julho, já nos pode adiantar alguma coisa acerca disso?

Terceiro ponto: a famosa da Praia do Urso, que há um ano anunciou abrir em breve, já com um investimento de trezentos mil euros (300.000€), o que é que se passa? Também apanhou Covid, ou com a troca de pelouros foi mais uma obra que entortou?

Finalmente, queria chamar aqui a atenção para a pouca vergonha que se tem passado nas reuniões de Câmara. Como disse um Vereador que não está cá hoje, tornaram-se num verdadeiro circo. Descredibiliza os seus pares, mente com a arrogância que poucos mentirosos têm, alegando motivos em que já ninguém acredita, nem os seus pares. Vou aqui fazer um pedido: respeitem as reuniões de Câmara de uma vez por todas, e deixem a troca de galhardetes e as conversas de motel nos locais apropriados. ”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Para finalizar, Sr. Presidente José Manuel Marques, se faz favor.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Muito boa tarde. Cumprimento a Sra. Presidente da Assembleia, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, caros amigos da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta, comunicação social.

Hoje é tempo de muito especialmente deixar aqui uma palavra de bem-haja a todos, e acima de tudo felicitar todos por estarmos aqui todos hoje, quatro meses depois da última Assembleia. Com certeza que será o tempo de, enquanto seres humanos, valorizarmos o que é bom na vida, e o prazer que nos dá a saúde nos acompanhar para estarmos aqui no dia de hoje. Com certeza que dependeu muito de tantos que trabalharam, arriscando a vida, enquanto tantos milhares ficaram em casa – eu, pessoalmente, posso dizer que desde o primeiro dia estive no terreno, graças a Deus, e dou graças a Deus por, felizmente, estar aqui com saúde. Foi nesse sentido que também apelei aos técnicos da Junta, e a todos os funcionários, o apelo à nossa missão, trabalhar, como aqui se dizia, falava-se e olhava-se para jardins, para espaços verdes, para tantas outras coisas, como por exemplo, uma pessoa idosa que precisa de uma declaração de prova de vida, e que em momentos em que não tem ninguém que olhe por ela, não tem cá família, pensar que pode perder a sua reforma. E esse gesto da parte do Presidente de Junta, de estar com a porta aberta, se necessário, nunca a ter fechado, foi extremamente importante.

E hoje, independentemente das convicções, independentemente das opções políticas ou ideológicas, é importante cada vez mais valorizarmos e nos unirmos num projeto, que é o projeto do concelho. E é tempo de passarmos também àquilo que é importante, e a Câmara Municipal, ao longo dos anos, fez um trabalho extraordinário naquilo que foram os projetos dos centros escolares da freguesia, e isso foi fundamental, tanto para agora, como para o futuro, e também fez uma coisa importante, que foi não se desfazer das antigas escolas, que serviram para formar tantos e tantos portugueses e portuguesas. E nesse sentido, fez no dia 26 de maio, levou a hasta pública o arrendamento de escolas para fins turísticos e de alojamento local, que somou cinco escolas – foram as Escolas do Outeiro do Louriçal, Alhais, Silveirinha Pequena, Almezinha e Tissuaria (Abiul). É importante perceber que, por exemplo, no caso do Louriçal, cinco escolas estão ao serviço das associações, e ainda nos restam quatro escolas e uma pré-escola. Este trabalho é excelente, dou os parabéns ao

Município por isso, porque há escolas que estão ao abandono, há espaços públicos que precisam de preservação, e é sempre a Junta de Freguesia, em articulação com o Município, que tem que trabalhar, que tem que fazer as suas despesas. Num tempo de tempestades, sabemos que há mais um telhado, ou qualquer outra coisa que é levada pelo vento, e que se não for reparado, provoca a rutura das escolas – ou seja, a ruína – e aqui, sem dívida, é a preservação. Queria dizer, sabemos todos os números, que houve proposta para as escolas, para uma sala, cinquenta euros (50€), duas salas, setenta e cinco (75€), e três, cem euros (100€). No caso das três salas, ultrapassou de longe esta proposta, onde obteve, em alguns casos, duzentos (200€) e duzentos e dez euros (210€).

Portanto, aqui, e tendo em conta a perspetiva que temos a nível deste concelho, da sua dimensão, do mar à serra, é importante perceber que o turismo rural, e aquilo que está a acontecer neste momento em termos de pandemia, com certeza que vai haver muita deslocação de pessoas das grandes cidades novamente para o meio rural, disso temos a certeza. E nesse sentido, é um tempo oportuno. Parabéns ao Município, e com certeza, dentro deste tempo de pandemia, o Município trabalhou. Com certeza que há coisas que nunca estão como todos os municípios gostariam que estivesse, mas tudo tem feito, colaborou e vai continuar, com certeza, a colaborar, porque precisamos, porque este tempo de pandemia, não sabemos onde chega. E nesse sentido, deixo aqui um apelo a todos, de nos unirmos para continuarmos a fazer o nosso melhor em defesa de todos.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Terminadas que estão as intervenções, e antes, porém, de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, ia ler-vos a moção que nós aqui elaborámos, a moção de louvor proposta basicamente pelo Sr. Deputado Henrique Falcão, mas aprovada por todas as Bancadas políticas.

Então, passo a ler a moção de louvor:

“A sugestão de louvor especial feita pelos Líderes de Bancada a todos os profissionais de saúde nesta época atípica, derivado ao Covid-19, foi aceite pela Mesa.”

Alguém se opõe à votação desta moção de louvor? Se ninguém se opõe, quem vota contra? Quem se abstém? A moção foi aprovada por unanimidade, e vai, efetivamente, seguir no sentido de estes profissionais de saúde saberem que a Assembleia de Pombal também se preocupa, e também manifesta o seu agrado pelo trabalho desenvolvido.

Sr. Deputado Henrique Falcão, se faz favor. Se o Sr. Deputado quiser fazer um texto diferente, fá-lo chegar à Mesa. Muito bem, muito obrigada.

Sr. Presidente, tem agora a palavra, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Muito boa tarde a todos.

Muito obrigado pelas questões que formularam, pelas sugestões. E considerando que tivemos aqui duas intervenções particularmente dirigidas às matérias educativas, nesta matéria concreta do Covid, e pelas suas particularidades, porque envolveram sistemas alternativos ligados às questões das refeições das crianças, com imposições do Governo, coxas – porque para o Governo só havia crianças com carências alimentares no 1.º ciclo, que é onde existe Ação Social Escolar; os irmãos que tivessem cinco anos, e que estivessem na pré-escola, como não havia Ação Social Escolar, ficavam privados delas – como tivemos intervenções concretas no acompanhamento do sucesso escolar, através das nossas equipas, como tivemos esse trabalho feito diariamente, e que continua durante todo o verão, e que vem em referência concreta à intervenção e às perguntas que a Sra. Deputada Cláudia Caetano me dirigiu, entre outras questões, eu pedia à Dra. Ana Cabral que nos pudesse sinteticamente começar por responder a estas questões mais educativas, e depois eu responderia ao resto das perguntas, se faz favor.”

Ana Cabral (Vereadora)

“Muito obrigada. Muito boa tarde a todos, Srs. Deputados. Muito obrigada, Sr. Presidente. Não estava a contar falar, como é óbvio, mas como o Sr. Presidente me passa a palavra, eu também terei todo o gosto em responder, de uma forma abrangente – não de uma forma particular, porque o tenho feito em vários fóruns, mas de uma forma abrangente.

E dizer que, de facto, o Município de Pombal teve a preocupação de fazer um estudo, um levantamento das necessidades dos alunos, não só dos Agrupamentos de Escolas – e peço desculpa por corrigi-la – mas também das escolas não agrupadas, que tivessem desde o 2.º ciclo ao ensino secundário. Por quê do 2.º ciclo ao ensino secundário? Também várias vezes me colocaram essas questões, porque isto foi tudo muito trabalhado com as escolas, foi trabalhado com os Srs. Diretores, foi trabalhado com os Srs. Diretores de Turma e com os Srs. Coordenadores de estabelecimento. E, de facto, as escolas identificaram-nos que os alunos que mais necessitavam destes equipamentos eram, de facto, os alunos do 2.º e 3.º ciclo e secundário – para os alunos do 1.º ciclo, encontrar-se-iam soluções para eles. E portanto, isto de uma forma global no nosso concelho.

Dizer também que nós, de facto, adquirimos os cem computadores e os cem routers, como referiu, mas conseguimos mais: nós apoiámos concretamente um total de cento e trinta e oito alunos, todos estes alunos ao nível do concelho foram identificados – volto a referir – pelos Agrupamentos de Escolas, pelos Srs. Professores, e escolas não agrupadas, sendo que sessenta e oito eram do escalão A, quarenta e oito do escalão B, e apoiámos vinte e quatro alunos que não eram de escalão A nem escalão B, mas, de facto, tinham uma relevância na identificação de carências e de situação vulnerável confirmada, e com essa necessidade, bem como de famílias numerosas – por vezes existia um computador, mas se a família é uma família numerosa, com vários estudantes, tivemos que, de facto, arranjar essa solução, e ter essa solução.

No caso dos duzentos e oitenta e cinco tablets que foram entregues a posteriori, foram entregues aos Agrupamentos de Escolas, e a gestão desses tablets foi dada aos Agrupamentos de Escolas, já não é o Município que está a fazer essa gestão dos tablets.

Questiona se, de facto, este equipamento foi necessário, e eu respondo de uma forma muito simples: o Município de Pombal e as escolas foram muito para além da aquisição de tablets, e da entrega de tablets aos alunos, foram muito, muito além disso. E de facto, entregaram, e continuamos até ao final de julho, apoiámos cento e setenta e oito famílias com cabazes, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, também em articulação sempre com as escolas, e aqui já com as Juntas de Freguesia, nomeadamente no que se refere ao 1.º ciclo. E distribuímos quinhentos e sessenta e um cabazes de fruta, com catorze frutas variadas, a estas famílias. Isto significa que, quer as Juntas de Freguesia, quer o Município, fomos muito para além deste trabalho tecnológico.

Mas, ainda fomos mais além, e aqui sim, um ponto diferenciador em relação a outros Municípios, que é a nossa equipa multidisciplinar, que não deixou nunca de trabalhar, de uma forma síncrona e assíncrona, com alunos, com docentes e com as famílias. E dizer-vos que tenho aqui uma média semanal, estas técnicas – psicólogas, nutricionistas, sociólogas, professores de 1.º ciclo, educadores de infância, terapeutas da fala – uma média de semana, trabalharam remotamente com duzentos e trinta e seis alunos, acompanharam cento e cinquenta e três famílias, em média semanal, e trabalharam com quarenta e quatro docentes – isto em média. E temos este trabalho, que era aferido semanalmente. Portanto, daí eu dizer que vai muito para além da aquisição dos computadores o trabalho do Município, um trabalho que não vai parar, porque, de facto, as famílias – tive ontem uma reunião para ponto de situação com as psicólogas do nosso Município, e as famílias precisam deste acompanhamento agora, também durante este período de interrupção letiva. E este acompanhamento vai manter-se agora, durante as férias de verão, e este trabalho sistemático, quer com as famílias, quer com os alunos, nas várias áreas de intervenção.

Uma nota que eu estava a tomar, porque para além deste trabalho, que me questiona, e muito bem, mas penso que os professores, os Agrupamentos de Escolas e as escolas não agrupadas poderão eventualmente dar-nos esse feedback – e eu espero que sim, porque vamos ter agora as reuniões, no final – e, de facto, se para estes alunos, se foi uma mais valia, ou não, este investimento do Município a este nível, eu posso dizer, da nossa equipa multidisciplinar, que trabalha diretamente com as escolas e com os docentes, sim, e temos já dados factuais desse trabalho. Para além disso, nós tivemos, não só os Srs. Presidentes de Junta, relativamente ao 1.º ciclo, como nós, Município de Pombal, relativamente ao 2.º e 3.º ciclo e secundário, fomos a casa das famílias entregar fichas de trabalho, recolher fichas de trabalho, e assegurar-nos que as crianças estavam a responder. E isto foi um trabalho sempre muito concertado com as escolas, obviamente.

Para terminar, o futuro. Nós hoje ainda não sabemos o que é que o Governo nos vai indicar, ainda não saíram as normas e as regras para o próximo ano letivo, apenas sabemos que está previsto o arranque do ano letivo entre 14 e 17 de setembro, mas não sabemos, depois, todas as diretrizes que devem ser emanadas pelo Ministério da Educação, ainda não sabemos. Nós, no entanto, temos a certeza de que o nosso trabalho vai continuar, com este acompanhamento sempre direto com as famílias e com as crianças, e principalmente com os alunos, com os jovens, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, que são, de facto, o nosso foco e o nosso maior interesse.

Também foi distribuído pelos Srs. Deputados o relatório do projeto-piloto EPIS no 1.º ciclo, que era nossa pretensão fazer este relatório, porque se impunha fazer este relatório, um relatório que tem a parte científica e académica como suporte do trabalho pioneiro e o trabalho piloto no Município de Pombal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Vereadora. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado.

Vou, então, procurar responder, dentro dos vinte e cinco minutos que estão destinados – e já foram consumidos oito e meio – às perguntas, que desta vez não são muitas, por acaso, que os Srs. Deputados me dirigiram.

Sr. Deputado Henrique Falcão, agradecendo as observações sobre estacionamentos, deixe-me dizer que já estão identificados os proprietários dos veículos que estão estacionados no parque de estacionamento subterrâneo no Largo S. Sebastião, foram já notificados, precisamente para fazerem a remoção dos veículos, considerando que estão a utilizar o espaço como depósito, e não como zona de estacionamento, e portanto, violando aquilo que está estabelecido em termos do regulamento do próprio parque de estacionamento. E portanto, creio que será uma matéria que, entretanto, ficará resolvida.

Sra. Deputada Liliana Silva, sobre a paisagem protegida, eu sublinhei aqui nas minhas notas que falou, ou se referiu a esta opção como uma imposição política. Se ler com atenção, não esta versão do PDM aprovada em 2015, de Pombal, mas já a versão anterior, de 1995, há vinte e cinco anos que Pombal tem inscrito no seu Plano Diretor Municipal a paisagem protegida da Serra de Sicó. O que agora se conseguiu foi fazer este projeto envolvendo todos os Municípios de Sicó, e não apenas um – não fazia sentido que fosse de outra maneira – finalmente, sob o ponto de vista político, isso sim, porque era uma opção política, os Municípios entenderam-se relativamente ao lançamento desta medida de proteção da Sicó. Sobre aquilo que possam constituir divergências sobre os limites, ou outras, eu acho que estamos na altura certa para que os interessados possam fazer, através da discussão pública, o envio das suas sugestões, para que elas possam ser também apreciadas por aqueles que conceberam toda a proposta, a pedido das Terras de Sicó, e que nos estão a prestar este serviço, para que, de uma forma também organizada e una, façam a apreciação de todas as propostas, e não aqui o somatório das várias colaborações que venham dos diversos

concelhos, feitas sem grande unidade e sem grande coordenação, entre todos os aspetos que a paisagem protegida deve contemplar. Aliás, essa discussão e essa promoção tem precisamente este intuito.

Sobre a pergunta do financiamento dos vários projetos da Várzea, para ser mais fácil, porque é uma lista extensa – são pelo menos vinte – propunha-lhe que se abrisse o relatório de gestão, na pág. 244, tem lá isso tudo, caso a caso, qual é o FEDER, qual é o código da operação, qual é o investimento total, qual é o investimento aprovado, elegível, a comparticipação solicitada, o que é que já foi recebido, tem esse quadro todo muito bem apresentado, sintetizando cada uma delas. E portanto, essencialmente, trata-se do financiamento obtido através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, inscrito no PO Regional do Centro, com verbas que vêm do FEDER, e que genericamente financiam oitenta e cinco por cento (85%) dos valores preparados. Começámos por cinco milhões (5.000.000€), tivemos um bónus de boa execução de mais dez por cento (10%), correspondendo a mais quinhentos mil euros (500.000€), por termos uma boa execução nos primeiros anos deste programa, e tivemos agora um reforço de mais duzentos e setenta mil euros (270.000€), canalizados precisamente para as matérias de mobilidade. E portanto, o financiamento global da operação são cerca de cinco ponto sete milhões de euros (5.700.000€).

Relativamente às questões da bacia de retenção de Pombal, este é um projeto que está a ser desenvolvido pela Agência Portuguesa do Ambiente, e portanto, estamos agora em várias frentes. A primeira é, depois de o processo nos ser formalmente apresentado pela APA, perceber-se como é que se darão os passos seguintes relativamente à avaliação do impacto ambiental, mas também junto da APA a adenda ao protocolo que regulou os termos desta cooperação, para assegurarmos o financiamento destas obras. Por quê? Porque no primeiro protocolo que foi celebrado, talvez há catorze anos, não existiam ainda quaisquer referências às responsabilidades de financiamentos, e portanto, o que estava assumido era que o Município faria as obras, e o projeto seria da Agência Portuguesa do Ambiente. Só agora é que ele está praticamente terminado, e há ali, por força das caracterizações do ordenamento do território – aquela zona é uma zona de Sicó, é uma zona de REN, é uma zona protegida, e portanto, com uma interação também com o espaço urbano, nomeadamente na zona dos Caseirinhos e parte do Barrocal, tem rede viária, tem caminhos ancestrais – como a GR 26, que sai precisamente dali de baixo do IC8, no topo dos Caseirinhos, ou na parte mais a nascente da nossa cidade. E portanto, há um conjunto de circunstâncias que têm que ser acauteladas, mesmo sendo apenas uma bacia de amortecimento, que só pontualmente é que poderá ficar submersa, mas quando ficar, fica, de facto, imprópria para se poder ali circular, e para permanecer.

A Sra. Deputada Cláudia Caetano, julgo que a Dra. Ana Cabral genericamente respondeu. Fica apenas a questão da erradicação de amianto nas escolas. Pois, o Governo aqui faz o mais fácil, que é dizer que estamos disponíveis para pagar uma obra que já é do Governo, qual é a disponibilidade do Município para o podermos fazer, e a nossa disponibilidade é total – deixe-me, aliás, acrescentar-lhe que apesar de termos entendido que não havia condições, Câmara e Assembleia Municipal, para recebermos as competências do Governo relativamente às matérias educativas antes de 2022 – era 2021, e o Governo passou para 2022 – o que é certo é que já há trabalhos feitos na Câmara precisamente para se desenvolver os projetos de requalificação das escolas que hão de chegar ao Município nessa altura, e que nós percebemos que são bastante inadequadas para aquela qualidade que nós queremos dar a todos os níveis de ensino. E esta é uma delas.

E portanto, esses trabalhos de projeto, no que diz respeito à remoção do amianto, serão desenvolvidos dentro da Câmara, essa equipa está constituída. Das escolas municipais, não há nenhuma com amianto, e portanto, das escolas públicas, tanto quanto julgo saber, é a

única escola pública que ainda tinha coberturas em amianto, quer no edifício, quer nas ligações entre os diversos pavilhões.

Sobre a limpeza dos terrenos florestais, eu percebo a sua observação, e ela, de facto, é de certa forma transversal, e na última reunião que tivemos, da Comissão Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios, onde se aprovou o Plano Operacional Distrital, essa foi uma tónica praticamente descrita por todos os participantes, desde as forças de segurança, aos Municípios, aos GTF, às equipas de Proteção Civil. E não estará muito desassociada aos oitenta dias em que as pessoas estiveram confinadas, precisamente na altura em que, normalmente, mais operações de limpeza se realizavam. Também é verdade que essa pressão iniciada há três anos provavelmente já teve um impacto maior do que aquele que tem hoje, e as pessoas acham que os trabalhos são um bocadinho mais rotinados, mas deixe-me acrescentar-lhe que essa proatividade é uma proatividade partilhada, partilhada por todas as entidades que têm responsabilidades na fiscalização – o Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da GNR, as Unidades Territoriais da Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, o ICNF, as equipas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a fiscalização municipal, as Juntas de Freguesia. E portanto, há aqui um conjunto bastante diverso, até porque, como sabe, está dividida por várias entidades a coordenação destas operações, e o Município, deixe-me até acrescentar-lhe, é, na ótica do ICNF, testemunhado quer pelos Diretores de Departamento, quer pela Sra. Diretora Regional, com quem me reúno regularmente, das entidades que mais interage com o ICNF e mais contatos tem precisamente, porque também, verdade seja dita, somos o maior concelho florestal de toda a zona do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral.

Sobre a sua proposta de reflexão, eu não a li só agora, já a conheço há alguns anos, e pode ter a certeza de que é bastante mais fácil escrevê-la do que conseguir concluí-la no terreno. Mas, esse é o trabalho e o esforço que queremos fazer todos os dias, e é para isso que cá estamos.

Sr. Deputado Rui Acácio, relativamente ao Pinhal de Leiria, eu subscrevo integralmente essa preocupação, porque, de facto, se formos fazer essa avaliação percebemos que, sendo legítimo ficar à espera que haja uma reflorestação natural, não era isso que nós estávamos à espera, e preocupa-me, porque essa faixa do nosso território está particularmente descuidada, e num futuro próximo teremos as consequências desse menos empenho por parte do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

Sr. Deputado Carlos Lopes, sobre a sua pergunta – e agradeço as intervenções do Sr. Deputado Marques e do Sr. Deputado José Gomes Fernandes – sobre os negócios da Caixa de Crédito Agrícola, há um processo judicial em curso, eu não lhe vou adiantar grande coisa. De qualquer modo, se entender consultar a peça processual que o Município de Pombal remeteu ao tribunal, ela estará disponível para a poder ler e apurar, de facto, não só aquelas que são aquelas dúvidas, mas tenho a certeza de que o processo será decisivo para o podermos concluir. Ele só existe precisamente porque na oportunidade de não ser esclarecido pessoalmente, como tivemos ocasião de o fazer, essas explicações não foram aceites, nem aceitáveis. E portanto, havendo aqui um conjunto de interesses, e o próprio pressuposto de doação municipal à Adega Cooperativa, o que faz sentido – e julgo que era aquilo que todos nós pensaríamos – é que, se se tratasse de um caso em que uma entidade bancária qualquer executava um património que tivesse sido dado como garantia de um empréstimo, acionado em sede de pagamento dessa dívida, nós não estaríamos nesta posição. Não me parece que assim tenha sido. E portanto, é uma matéria que deve ser apurada e esclarecida, de maneira a perceber se, de facto, o património público que a Câmara e a Assembleia que nós aqui hoje representamos autorizaram que fosse entregue com uma determinada funcionalidade e missão, devemos perceber, efetivamente, em que condições é que ele, depois, foi utilizado, porque a entidade que seria proprietária dele seria

a Administração Tributária, provavelmente precisamente por execução por dívidas – provavelmente. E portanto, há que apurar como é que tudo se passou depois disso.

Agradeço também aqui as intervenções do Sr. Deputado João Matias, e estas observações, nomeadamente no campo do ensino. Eu ontem estive algum tempo a falar com a Sra. Diretora Regional da Educação, e voltou a ficar muito preocupada porque continuamos a ter reiteradamente aquela opção política de reduzir as turmas de contrato de associação nos locais que estão mais longe da sede do concelho, vamos aumentar o tempo de deslocação das nossas crianças para as escolas – neste caso, a escola da cidade – vamos dificultar a atividade e a articulação das atividades familiares, vamos ter as crianças mais horas longe de casa, vamos provavelmente gastar mais dinheiro em transportes escolares, vamos separar os irmãos, vamos diminuir a capacidade educativa e desportiva de cada um dos territórios, mas ficamos presos a esse princípio, que foi dito por aqueles que há tempos diziam que havia mais vida para além do Orçamento, mas que poupamos aqueles oitenta mil euros (80.000€) naquela turma, mas destruimos estes territórios. E daqui a pouco, quando falarmos da desertificação, vamos tentar, de facto, observar tudo isto, como é que as políticas feitas nos últimos vinte e cinco anos nos trouxeram onde nós estamos. É importante que nós façamos aqui um exercício de memória para nos lembrarmos que, em Portugal, nos últimos vinte e cinco anos, o Partido Socialista governou dezassete, e eu acho extraordinário, e fico muito honrado que haja alguns Srs. Deputados que entendam que mesmo que o país seja mal governado, nós, em Pombal, temos de contrariar essa tendência. Mas, daqui a pouco, já vamos falar disso, e já vamos mostrar como é que nas matérias que dizem respeito a nós, nós contrariamos e vencemos – é que alguns podem não querer ver, mas daqui a pouco teremos ocasião de o ver de forma muito clarividente.

Sobre as observações relativamente ao Jardim do Cardal: se o projeto não tivesse sido apresentado – de facto, eu não tinha a ideia de lá o ter visto, mas se quiser consultar o projeto, no final desta reunião, vai encontrar respostas positivas a todas aquelas questões que aqui nos apresentou – se há água, se há mais espaços verdes, se preserva a memória, como é que aquele espaço vai ser gerido, está lá tudo. E eu vou percebendo que, muitas vezes, se dão opiniões – e elas são todas legítimas – mas, eu acho que nós, de facto, na liberdade com que podemos exercer as nossas funções, não nos ficava nada mal se fizessemos o trabalho de casa, se fôssemos ler os documentos, tirássemos as conclusões, e depois, em função disso, falássemos com propriedade. E eu quero dizer-vos que, muitas vezes – muitas vezes – vejo barbaridades ditas por quem não faz a mínima ideia daquilo que está a discutir, que tem umas opiniões que podem ser todas muito seguras, mas não leu nenhum papel, não olhou para nenhum projeto, não pediu nenhuma informação, e fazem juízos de valor absolutamente infundamentados, e em muitos casos, mentirosos e mal intencionados. É importante que nós também chamemos as coisas pelos nomes que elas têm, porque quem o pode fazer de outra maneira, e opta por fazê-lo desta forma, é porque ou quer ser ignorante, ou não teve acesso à documentação, ou não a compreendeu. Pode ter opinião diferente, não pode é falar com desconhecimento. Mas, a liberdade que nós temos também nos permite mostrar, em muitas circunstâncias, muita ignorância e falta de estudo. E com isso, não vale a pena estarmos a perder muito tempo sobre esses assuntos, porque estamos a discutir coisas que são necessariamente diferentes.

A opinião sobre a passagem superior: ela, de facto, foi aprovada, foi aprovada com o voto de qualidade do Presidente da Câmara, mas, mesmo assim, eu propus que a parte da passagem superior ficasse para uma segunda fase; mesmo assim, entendi.

E portanto, aqueles que entendem que não se ouve ninguém, que as discussões públicas não servem para coisa nenhuma, eu não tinha, nem pessoal, nem politicamente, nem financeiramente, razão nenhuma para o fazer de outra maneira – ou seja, que não fosse cumprir o projeto que está no programa eleitoral que esta equipa apresentou aos Pombalenses. Mas, essa reflexão e essa discussão, dentro de todo o alinhamento, permite

que, de facto, possamos tomar decisões, e é isso que fazemos. E portanto, o projeto está aprovado, vamos identificar aquelas matérias que são, de facto, absolutamente assumidas por todos relativamente à requalificação do espaço, quer do lado nascente, quer do lado poente da linha de caminho de ferro, vamos utilizar a atual passagem inferior como espaço que, efetivamente, possa, dentro da estação de caminho de ferro, ser utilizada como local para essa passagem, vamos avaliar, de facto, se ela funciona e cumpre a missão, e se cumprir a missão, ótimo; se não cumprir a missão, fica o projeto pronto, as condições, e depois a Câmara, na altura certa, tomará a decisão de executar, de não executar, de fazer aquilo que bem entenda.

Agora, a requalificação deste estacionamento aqui à nossa volta, dar mais conforto ao acolhimento na central de camionagem, melhorar as instalações sanitárias e ter uma zona de parque infantil no Jardim do Cardal, precisamente no topo mais a poente, fazer a ligação com o Largo Salgueiro Maia, melhorando as acessibilidades, ter uma bilhética e ter uma plataforma que fala melhor essa unidade e que ligue a central de camionagem, depois da demolição da CERCIPOM, diretamente ao túnel, para podermos articular isto tudo com a CP, e as pessoas não terem que apanhar vento, nem chuva, tudo isso será feito. Não faremos elevadores nesta fase, não faremos rampas, não faremos escadas, essa parte fica removida. Deixem-me dizer-vos, acho que perdemos uma boa oportunidade, porque as cidades também precisam de ousar – precisam de ousar. E eu tenho pena que, muitas vezes, se tenha medo. Mas, se nós aqui estamos livremente, e a procurar exercer bem a nossa missão, é isso que nos pedem, é que nós, de facto, possamos mostrar como é que olhamos para as coisas, o que é que queremos delas, que expectativas é que temos. E portanto, a nossa ação de transformação mais ambiciosa para o nosso território, que não tem que ser apenas nessa versão pré-histórica – vão-me desculpar – de qual é a utilidade. Eu também posso perguntar qual é a utilidade de uma trotineta, se uma pessoa pode andar a pé. Cansa-se menos? Pois, também é verdade que se cansa menos se sair de uma estação de caminho de ferro, subir num elevador, atravessar por cima da linha e descer no Jardim do Cardal para ir aos Correios, cansa-se menos, também é verdade. Não é preciso, há outra passagem? Pois, há outra passagem, antigamente, antes do séc. XVIII, as pessoas atravessavam o Rio Arunca a vau, ou em cima de um barco. Qual era a utilidade da ponte? Bem, agora temos dez, em um quilómetro e meio. Precisamos de dez? Não, bastava ter duas. Ou então, ficamos com as passagens inferiores na linha do caminho de ferro, as mais utilizadas são as do séc. XIX, que têm um metro e sessenta de altura. Também serve. Será verdade? Será o critério que nós utilizamos para nós, para as nossas casas, para as nossas famílias, para a nossa sociedade, será esse? Estamos bem servidos? Bem, eu acredito que, se calhar, quando não se podem fazer escolhas, eu admito que assim seja, mas quando se podem fazer escolhas, creio que as coisas serão de outra forma.

Eu concordo consigo relativamente à questão da Várzea, sobre a questão dos jardineiros. Se nós conseguirmos arranjar jardineiros por seiscentos e trinta e cinco euros (635€) por mês, catorze vezes por ano, eu acho que é um achado – é um achado. E isso resulta de políticas de há uns anos atrás, onde deixou de se poder ter uma valorização das diversas carreiras, que é a mesma que põe no mesmo patamar um bom jardineiro, um bom coveiro, ou um bom operador do Pombus, são todos pagos da mesma maneira. E são mal pagos, não fazem a mesma missão, e deviam ter carreiras diferentes. Mas, olhe, a opção foi da esquerda, é igual para todos, mas tem uma coisa muito virtuosa, na opinião de alguns: é má para todos. E eu não concordo que isso assim seja, e acho que a opção é desastrosa.

Sobre os proprietários do terreno, que suscitou: há um terreno que foi permutado com uma sociedade de construções, e quem nos apareceu como interlocutor – aliás, num projeto que já teve informação prévia e licenciamento da Câmara para os terrenos do antigo café à frente da estação, do Eng.º Sérgio Leal, depois tem, ao lado, propriedades da família Sota, e ao lado, da Luísa Mota. As negociações estão iniciadas. Como sabe, o projeto ainda vai

ter que ir para Tribunal de Contas, temos de ter ainda propostas abertas e fechadas, e fique tranquilo que ninguém vai fazer intervenções nenhuma sem ter as propriedades adquiridas, e temos tempo suficiente para o poder fazer, sem grande dificuldade.

Agradeço a intervenção e as palavras da Nicolle Lourenço sobre o parque eólico em Albergaria dos Doze.

Sr. Deputado e Sr. Presidente de Junta, Humberto Lopes, relativamente a esta questão da desorganização da saúde, deixem-me dizer-vos: se já era grave aquilo que ele aqui contou, sob o ponto de vista das necessidades da saúde e da sua organização, é mais grave quando recebemos uma comunicação de alguns dos Srs. Presidentes de Junta que aqui estão, a pedirem contentores que lhes tinham sido pedidos pelas respetivas Autoridades de Saúde Local, as coordenadores das Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados no nosso concelho, para darem apoio ao Covid, e esse pedido foi, depois, direcionado das Juntas de Freguesia para o Município – porque eles, evidentemente, não tinham condições para poder corresponder – e quando o Município interroga a ARS, por escrito, para tentar perceber se essa fazia parte de uma estratégia da ARS, e se a ARS, de facto, não tinha condições para corresponder a essa necessidade, a resposta da ARS é que não conhecem o projeto, não fazem a mínima ideia do que estamos a falar. É assim que vai a nossa saúde.

E portanto, não estranhemos que, ontem à noite, o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa já venha dizer aquilo que veio dizer, e ainda a procissão vai no adro, porque mal eram os Presidentes de Câmara que falavam, as observações que fizeram sobre o Sr. Presidente da Câmara de Ovar, por exemplo, mas elas vão cair todas no sítio certo; vão cair todas no sítio certo, e aí é que nós vamos perceber onde é que as coisas estão a correr bem e onde é que as coisas estão a correr mal, porque aqui no nosso concelho também houve sítios onde as coisas correram bem, e sítios onde as coisas correram mal. Falem com os dirigentes das IPSS's e vejam as circunstâncias diferentes, vejam os meios, vejam o empenho, vejam a segurança, vejam o controlo, vejam as rotinas, vejam a organização. É disto que nós estamos a falar, e essa é a nossa responsabilidade maior, auxiliando todos, porque nós tivemos quatro dias, quatro dias tivemos pessoas da Cumieira sem terem sítio para ir, porque não havia sítio para as colocar – quatro dias. E o Município de Pombal, com as freguesias e com as nossas IPSS's, criou uma rede de retaguarda que está pronta a funcionar, daqui a uma hora, se for caso disso, para albergar mais de cem pessoas, se tivermos de isolar pessoas que estão com Covid ou sem Covid. E o que estava previsto nos planos do Governo não era nada disto; era aqui tudo tratado, e depois ia-se para os hotéis. Quais são os hotéis? E depois, vamos encher um piso do hotel com gente com Covid – desde que no elevador andem com máscaras, depois aquilo deve ser uma coisa esperta. E é disto que nós estamos a falar; é disto que nós estamos a falar.

Portanto, não admira que o Sr. Primeiro Ministro já tenha ficado um bocadinho aborrecido com algumas coisas que se dizem, porque quando as coisas começam a dar para o torto é que nós percebemos como é que elas se vão resolver. Deus nos guarde e poupe. Neste projeto todo, há uma grande sintonia entre todos nós, pese embora algumas situações às vezes não tão simpáticas com as Autoridades de Saúde, estamos a levar as coisas a bom porto e estamos unidos para que as coisas possam ser resolvidas.

E estas equipas, que, há pouco, o Sr. Presidente da Junta de Almagreira aqui sublinhava, relativamente às equipas sociais Interfreguesias, se alguém tivesse dúvidas, se alguém ainda tivesse dúvidas, esta foi mais uma razão para demonstrar a importância de termos estes recursos lá, na interação que fazemos convosco, e nos resultados que tiramos nesta capacidade.

Para terminar – até porque já ultrapassei aqui o tempo um bocadinho – Sra. Deputada Célia Cavalheiro, relativamente à questão dos projetos, daqui a pouco eu vou lê-los todos, que é para a senhora os poder contar, e não ter dúvida nenhuma – e dou-lhe a lista, se quiser, também – para perceber como é que, de facto, se tem feito esta discussão. Mas, há uma coisa

que eu lhe posso dizer: é que apesar de a senhora ser deputada municipal e estar agora preocupada, não sei se foi a duas, não sei se foi a duas delas. E portanto, é muito engraçado nós estarmos aqui cheios de vontade de participar, termos até responsabilidade de participar, e depois podermos justificar por todas e quaisquer boas razões – são todas boas, aceito-as todas, mas temos que perceber que, de facto, se calhar esse ritmo de trabalho – e é um ritmo que, olhe, está aqui no relatório de atividades, quem lança setenta e cinco empreitadas em um ano – setenta e cinco empreitadas em um ano – não está a brincar; em cinquenta e duas semanas – projetos, cadernos de encargos, programas de concursos, peças desenhadas, pareceres, autorizações, medições, abertura de procedimentos, plataformas, apresentação de propostas, constituição de júris, tudo isso. Setenta e cinco, a esmagadora maioria por concurso público – a esmagadora maioria, por concurso público.

E portanto, é natural que tudo isto obrigue a um esforço de todos, mas esse é o ritmo. Se nós temos os meios para os empregar, nós temos que os fazer no calendário que está estabelecido, não é noutra. E eu acho triste que neste projeto concreto da Várzea, que esteve agendado para o dia 18 de março – esteve agendado para o dia 18 de março, e os senhores vão procurar nas vossas caixas de correio, e muitos de vós receberam essa comunicação – e nós, no dia 12, à noite, temos o Conselho de Ministros, no dia 16 há o confinamento geral, e ficamos impedidos de o fazer – que se faça todo este alarido. E nós não podemos, depois, dizer: “Bem, eu quero conhecer, mas não pode estar tudo resolvido.” Mas, depois, na mesma intervenção, a senhora diz: “Mas, eu quero saber quanto é que custa.” Mas, para saber quanto é que custa, eu tenho de ter o mapa de quantidades, e tenho de ter o mapa de preços, e para ter os mapas de quantidades e os mapas de preços, tenho de ter feito o projeto, porque se não tiver o projeto, não os consigo contar. Portanto, a senhora decida-se: ou é apenas uma coisa verde, que eu não sei muito bem o que é, porque não sei quanto é que custa, porque ainda não foi feito, ou então já está tudo feito e não há nada para decidir. Olhe, decida-se; já percebi que vai depender do dia, dizer uma coisa ou dizer outra. Não lhe posso dizer muito mais do que isto. Se quiser escrever como é que as coisas devem ser feitas, tenho imenso gosto em apreciar a sua opinião, e tentar ver se a conseguimos cumprir e respeitar. Vou já terminar. Sobre a questão do ICNF e da Praia do Urso: apesar da previsão em Plano de Ordenamento da Orla Costeira da criação da Praia do Urso, o regulamento não criou, ou não previu a existência de um estacionamento. E não havendo estacionamento, a proposta da APA é que o estacionamento seja feito fora da zona do perímetro da orla costeira, o que significa que temos que ir mais de quinhentos metros para dentro da parte continental. O que é que isto significa? Significa que podemos ter carros a mais de mil metros da Praia do Urso. E este é um assunto que tem que ser discutido, porque não nos parece ser razoável, porque é um lapso do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, e portanto, não se vai fazer, nem nenhuma via, nem nenhum estacionamento, para que crianças, ou pessoas mais novas, ou mais velhas, ou quem quer que seja, fique com os carros a um quilómetro da praia, e depois faça o resto a pé, nas condições que ali estão, sem termos as condições mínimas de segurança, de apoio balnear, e por aí fora. Portanto, temos de fazer as coisas desta maneira.

E muito obrigado também, Sr. Presidente da Junta do Louriçal, pelas suas palavras sobre os projetos que temos desenvolvido.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Vamos passar ao Período da ordem do dia.”

Ponto 2 – Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se inscreve? Sra. Deputada Nicolle Lourenço, se faz favor.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“A minha intervenção prende-se com três pontos muito simples, e obviamente sobre o mesmo chapéu, que é a política de juventude levada a cabo por este Município.

Este é um assunto que eu já trouxe recorrentemente a esta Assembleia, tanto para alimentar a ausência de políticas nesta área e a falta de uma agenda que contemplasse os jovens, mas também para mostrar caminho, apresentando propostas e alternativas que eu achava que poderiam ajudar a complementar esta matéria e esta área.

Tenho tentado participar, então, de forma construtiva, que é esta, e deveria ser sempre esta a razão da nossa participação nestes órgãos autárquicos. Assim, naturalmente, tal como já lamentei a falta de políticas que existiam nesta área, hoje também tenho de me congratular, porque, efetivamente, agora na informação que o Sr. Presidente trouxe a esta Assembleia, revemos aqui algumas das propostas, algumas delas que eu também já apresentei aqui anteriormente, nomeadamente o Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres, as Férias Ativas, que vão decorrer já nesta interrupção das férias – ainda que neste contexto do Covid, naturalmente adotando as medidas que sejam necessárias – para jovens dos seis aos quinze anos – já aqui com algumas alterações, que acredito que tenham um bom impacto, e que, naturalmente, conseguirão abranger mais jovens cá em Pombal – tem um programa que contempla uma série de atividades para ocupação saudável dos tempos livres, tal como tínhamos proposto, educação pela arte, cultura, bem como pelas componentes desportivas e ambientais que terão também um papel fundamental nestas férias ativas. Paralelamente, acredito também que fomentarão o desenvolvimento de algumas competências pessoais e sociais nos nossos jovens, bem como hábitos e práticas de vida saudável.

Num segundo ponto, gostaria de destacar também a aprovação do regulamento para o Programa “Jovem Autarca”. Este dedicar-se-á a jovens entre os doze e os dezassete anos, que frequentem os estabelecimentos escolares no Concelho de Pombal, e em que será também eleito o Executivo de jovens autarcas, um bocadinho à semelhança daquilo que já acontece nas Meirinhas. Estes aqui também terão a oportunidade de gerir uma certa verba, que vai ser alocada a este mesmo projeto, e terão a oportunidade de reunir mensalmente com o órgão Câmara Municipal. Esta é uma iniciativa, também ela muito positiva, que ajuda a sensibilizar os jovens para aquilo que são os seus deveres cívicos, motivando-os também a uma participação mais ativa, nomeadamente nestas matérias de juventude, e aproximando-os, naturalmente, do Poder Local.

Temos também aqui uma outra iniciativa, que também gostava de saudar, que foi “O balão do João”, que decorreu durante dois dias, e levou a centenas de crianças do concelho música e alegria, num percurso itinerante que percorreu mais de cento e cinquenta localidades das treze freguesias do nosso concelho, e com mais de oitenta paragens. Acho que esta também foi uma ótima experiência no âmbito do reajustamento daquelas que são as atividades culturais face à pandemia.

E portanto, congratular também o Município por estas iniciativas. Tenho a certeza de que terão um impacto positivo nos jovens Pombalenses, e espero que continue a ser uma prática comum daqui em diante.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel António.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, vou começar por um aspeto que considero menos positivo na área da educação, porque é sobre a educação que vou falar, e congratulo-me com as palavras que

Abelardo

o Sr. Presidente utilizou há pouco para falar do projeto daqui da Ponte, no fundo, a admitir a possibilidade de repensar algumas das obras. Por quê? Eu faltei – e quero dar nota à Sra. Presidente que, há pouco, na votação da ata, não me absteve, e é para considerar a minha abstenção na ata, porque eu faltei na Assembleia de fevereiro, por razões profissionais, e não me apercebi dessa votação, e gostava que tomasse nota, porque esta minha intervenção vem desfasada no tempo, era para ser em fevereiro, que tem a ver com a opção e o modus operandi que tem sido utilizado, com o qual eu, realmente, não me identifico, que é apresentar os projetos na fase em que eles já estão, ou em concurso, ou já estão lançados. Aconteceu isso com o Agrupamento de Escolas da Guia, com o Centro Escolar, a solução encontrada não respeita o arranjo urbanístico que tinha sido feito no mandato do Eng.º Narciso Mota, o que é pena, porque foi confinar com todas as entradas para o mesmo ponto, e eu lamento que o Presidente da Junta, na altura, não tenha acompanhado cabalmente o projeto, porque poderia ter ajudado o Executivo – é para isso que servem os Presidentes de Junta, para ajudar o Executivo a evitar também algumas das decisões que poderão acontecer – e um Agrupamento que, como nós vimos no ranking das escolas, mereceu, por dois anos sucessivos, o lugar no ranking como terceira escola a nível nacional, no ranking do sucesso. Este é o aspeto que eu queria só realçar, e que é pena, porque é importante que nós, quando fazemos intervenção no espaço público, o façamos com a consciência de que vai ficar para sempre – são cinquenta anos, cem anos, é como o Castelo de Pombal, fica. Aspetos positivos: felicitar a Sra. Vereadora e os serviços da área da educação, porque aí, por experiência própria, e até por responsabilidades profissionais, reconhecer que o Município teve uma resposta muito capaz e muito significativa naquilo que foi a solução Covid. Ajudou claramente os Agrupamentos de Escolas e as escolas também privadas, no sentido de apoiar na área – já há pouco tinha sido falado sobre isso, e a Sra. Vereadora fez essa intervenção, mas queria dar essa nota, porque o apoio alimentar foi significativo, a gestão dos transportes escolares para os alunos, nomeadamente do décimo primeiro e décimo segundo ano, foi uma resposta muito, muito forte, com um esforço financeiro brutal – que eu espero que o Governo saiba financiar e que custeie, porque, realmente, a opção, na minha opinião, foi errada, porque deviam ter feito uma outra opção em termos de quem é que devia vir à escola, mas pronto, o Governo decidiu que era o décimo primeiro e décimo segundo, e não provavelmente um outro grupo etário – pré-primário, 1.º ciclo, e até ao 2.º ciclo, teria sido provavelmente menos custoso para os cofres nacionais, mas foi uma opção, pronto, está feita. A Câmara, perante a situação, decidiu, e decidiu bem, e respondeu num tempo record. Eu sou testemunha disso, parabéns, Sr. Presidente, parabéns, Sra. Vereadora que pertence à área, porque souberam responder.

E souberam responder também na área das respostas às tecnologias, porque esta coisa de ouvir outros a falar sobre educação e conhecer de dentro como é que foi, ou como é que está a ser – por exemplo, estão a decorrer os conselhos de turma, quando acabaram, na sexta-feira, as aulas presenciais – é muito diferente. E as escolas têm feito um esforço enorme, não só provavelmente as escolas profissionais, mas também as escolas públicas e as outras que fizeram um esforço muito grande, e principalmente uma escola que tem que dar resposta a quatrocentos e muitos alunos, quase quinhentos, no décimo primeiro e décimo segundo ano, e com um esforço muito significativo.

Eu sou também testemunha do projeto que a Câmara levou a cabo com a etnia cigana, muito interessante, resultou. Obviamente, os sucessos nestas áreas são sempre relativos, mas houve essa articulação, e isso foi muito importante. Não foram só os meios, foi a forma. E a escola, julgo que terá colaborado com a Câmara, os Presidentes de Junta – e aqui, agradecer à Junta de Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca, e à Junta de Freguesia de Pombal, que souberam articular um pormenor; o facto de as escolas da cidade serem com refeitórios concessionados, e o refeitório do Agrupamento de Escolas da Guia ser do Ministério da Educação, fez com que viessem cabazes alimentares da escola pública para a

cidade, por uma questão de gestão. E as Juntas de Freguesia souberam fazer essa articulação com os serviços da Câmara, e não houve família – sei que ao nível do 2.º ciclo, até ao secundário, são, pelo menos, no Agrupamento de Escolas de Pombal, cinquenta e seis famílias, ou cinquenta e seis casos, para além do pré-primário e 1.º ciclo, em que cabe nomeadamente ao Município essa articulação.

A questão do projeto dos tablets, há muito que era uma situação que era pedida, a solução encontrada foi muito interessante, e também fica aqui esse destaque, porque vai permitir, no arranque do próximo ano letivo, alguma melhor adequação – porque esta questão do Covid vai permanecer, e vai ser extremamente exigente, quer para as escolas, para os professores, para as famílias, mas também vai ser importante o Município continuar a dar esse apoio, e também as freguesias, porque o desafio, ninguém sabe o que é que vai acontecer, não há recursos humanos nas escolas, as escolas terminaram os contratos na sexta-feira, por exemplo, e essa situação é dramática, e dentro daquilo que a Sra. Vereadora e o Sr. Presidente puderem fazer para ajudar os Agrupamentos Escolares e as escolas na pressão junto das entidades responsáveis, façam-no, porque as Direções das escolas percebem que, independentemente do que venha a acontecer, é um desafio imenso o que nos espera, principalmente se este processo do Covid correr mal a nível nacional, ou mesmo local, como nós estamos a temer.

Por isso, destacar positivamente, e desejar também, nesta área da educação, a resposta do Covid, que é aquela em que eu tenho melhor conhecimento pessoal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Vermoil, Daniel Ferreira, se faz favor.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Cara Presidente da Assembleia, Sr. Presidente e Vereadores, deputados, colegas Presidentes de Junta, boa tarde.

Na última reunião da Assembleia de Freguesia que tivemos, há dois pontos que me foram questionados, que já vêm parcialmente respondidos na sua atividade, e um deles, agradeço desde já a execução do muro de suporte do Cemitério de Vermoil, mas aproveito também para pedir que se avance com o resto do projeto, porque Vermoil está a necessitar de zonas verdes.

Relativamente a outro assunto que tem incomodado bastante a população da Mata do Casal Galego, e que também está aqui patente a já adjudicação da obra – e estou a referir-me à ligação às Meirinhas, que é uma zona de passagem – pedia-lhe o favor de acelerar o máximo possível esta execução – sei que está dependente da questão da expropriação, mas pedia-lhe o favor, porque esta, efetivamente, está a ser uma grande necessidade para toda a gente de Vermoil, mas em particular da Mata do Casal Galego.

Verifico, e muito bem, que o Município de Pombal se tem preocupado em fazer chegar o saneamento a todo o concelho, mas não posso deixar de pedir – eu hoje estou para pedir – que se preocupe com a zona sul da Freguesia de Vermoil, nomeadamente do Pocejal, da Calvaria, do Casal da Ordem, da Canavieira, toda essa zona está sem saneamento, e temos estado a questionar muita gente.

Quero deixar um agradecimento ao Sr. Presidente e à Vereadora Ana Cabral, por toda a ajuda que nos têm dado para darmos apoio à população de Vermoil, em particular. E à semelhança do meu colega Humberto, dar os parabéns pela iniciativa das Comissões Sociais Interfreguesias; no meu caso, sem elas seria impossível chegarmos a toda a gente e ajudar toda a gente.

Na ótica da parte informática e dos tablets, os equipamentos são muito bons, mas neste momento a Freguesia de Vermoil não tem praticamente fibra ótica. Eu já tenho estado a pressionar, pedia-lhe que pressionasse todas as entidades, porque sem fibra ótica vai ser

impossível estas crianças todas, se necessitarmos de fazer aulas no mesmo estilo, vai ser impossível elas conseguirem chegar a todos.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Cláudia Duarte.”

Cláudia Duarte (PPD/PSD):

“Boa tarde a todos.

A minha intervenção tinha também como intuito destacar o trabalho de relevo que tem sido realizado nas áreas da intervenção social, educação e saúde, por um lado, por ter tido a oportunidade e o privilégio de testemunhar in loco e por reconhecer, pela comparação que consigo fazer com outros Municípios, que este tem sido meritório.

Uma parte daquilo que eu ia dizer, só reforçar o que o deputado Manuel António também disse, relativamente à comunidade cigana. Efetivamente, quem era da área social percebe que a aprovação do financiamento pelo Alto Comissariado para as Migrações para o Projeto “III”, promovido pela ADILPOM, em parceria com o Município, é relevante, e que sendo um projeto destinado à inclusão social da comunidade, tem merecido destaque e sido considerado um exemplo pela metodologia utilizada, recorrendo ao envolvimento de quatro facilitadores, tendo como objetivos neste projeto a inclusão socioprofissional, a promoção de uma cidadania ativa e da não discriminação, e o combate aos elevados índices de absentismo e abandono escolar, que inequivocamente são essenciais trabalhar nestas comunidades. O destaque é de todo merecido. Aliás, é inequívoco também que a promoção do sucesso escolar é prioridade deste Município, para a qual, entre outras iniciativas, recorreu à parceria com a Associação EPIS, cuja avaliação – que tive a oportunidade de ler agora – que disponibilizaram nos remete para o facto de, entre outros dados relevantes, estarmos perante um conselho parceiro que, em sede de projeto, congrega o maior número de alunos ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, com execução de rastreio em número superior a trezentos alunos.

Assim, e ainda em relação ao Projeto “III”, só salientar a iniciativa que tiveram ao assinalar, no passado dia 24 de junho, o Dia Mundial do Cigano, através da divulgação de um vídeo com breves mensagens transmitidas pelos jovens e facilitadores da comunidade cigana de Pombal, que foi transmitido na rubrica “Um minuto melhor”, na Antena 1.

Na área da saúde, destaco a decisão do Município de Pombal de aderir à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, uma rede que conta com cinquenta e sete Municípios portugueses, em que a definição de estratégias locais e cooperação e comunicação entre todos estes, bem como partilha de experiências, permitirá reforçar o compromisso do Município na promoção da saúde dos Pombalenses, procurando melhorar o bem-estar físico, mental, social e ambiental de todos. Neste âmbito, entre várias iniciativas já realizadas pelo Município, o Município aderiu ao Programa ABEM Solidário de Medicamento, após assinatura de protocolo com a Associação Dignidade. Este é um programa destinado a todos os cidadãos que se encontram numa situação de carência económica, e que têm dificuldade de acesso a medicamentos. Além disso, é de referir a solução encontrada no âmbito deste programa para apoiar pessoas que, no âmbito da Covid-19, viram os impactos socioeconómicos desta pandemia modificarem ou agravarem as suas situações financeiras e de saúde, pelo que a 12 de maio é assinada uma adenda a este protocolo, para preparar o apoio no contexto de emergência social. Portanto, mais uma medida em que estiveram atentos.

Na sequência do referido, merecem-me uma palavra todos os colaboradores da Câmara, em especial das áreas que referi, pois sei que no contexto complicado de trabalho dos últimos meses que todos tivemos, deram o seu melhor na execução destas e outras atividades.

Por fim, e se calhar por defeito pessoal e profissional, salientar a importância de continuar o investimento do Município nestas áreas – volto a referir, a ação social, saúde e educação

– pois são elas que permitem olhar verdadeiramente para a pessoa no seu todo, e para a comunidade em geral. Reconheço que o Município o tem feito, e portanto, assinalar isso, e também já muitos foram assinalando a importância desta área, daí que também não vale a pena eu estar aqui a reforçar ainda mais, ou a questão das Comissões Sociais Interfreguesias, também amplamente defendida por mim.

E portanto, também estes exemplos do que tem vindo a ser feito, que foram tocados no âmbito da pandemia, mas que é muita coisa feita para além disso, e que foi feita também nestes últimos meses.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou a palavra agora ao deputado João Antunes dos Santos.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, estimados deputados, colaboradores do Município, e todo o público que nos acompanha online.

Durante alguns anos, habituei-me a ouvir nesta casa, nesta Assembleia Municipal, e um pouco naquilo que é a discussão pública que acontece por todo o concelho, os cidadãos e os autarcas a denunciarem aquilo que eram situações complicadas que se viviam nas suas freguesias, relativamente aos serviços de saúde prestados, ou por encerramento de Extensões de Saúde, ou por falta de médico nessas mesmas Extensões de Saúde. E pronto, chegou a hora de Vila Cã sofrer do mesmo mal. E a Freguesia de Vila Cã, tal qual também já na última Assembleia Municipal aqui foi abordado pela deputada Liliana Silva, há uns meses a esta parte, encontra-se sem médico – a médica que há vários anos se encontrava adstrita a esta Extensão de Saúde reformou-se, e tal como os Vilacanenses anteviam e temiam, não foi colocado, para já, outro médico nessa mesma Extensão de Saúde, e são, desta forma, obrigados a recorrer a Extensões de Saúde das freguesias limítrofes, nomeadamente de Abiul, que não tem, para já, capacidade de resposta para acorrer às necessidades dos fregueses de Vila Cã e dos utentes da Extensão de Saúde de Vila Cã.

E portanto, Sr. Presidente, a questão que lhe colocava era se da parte do Ministério da Saúde e das entidades que estão sob a tutela do mesmo existe alguma informação relativamente àquilo que será o futuro desta Extensão de Saúde e da eventual colocação de médico nesta Extensão de Saúde, e pergunto-lhe também qual é que é a estratégia, conjunta, ou não – e pergunto, conjunta ou não, porque estamos habituados a que ao nível da saúde, a estratégia seja um pouco unilateral, ou seja, imposta de cima para baixo – se existe alguma estratégia conjunta, ou não, ou unilateral (como estava a dizer) entre o Município e o Ministério da Saúde, sobre aquilo que será o futuro da saúde na Freguesia de Vila Cã.

Muito obrigado.”

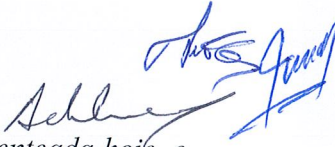
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta do Carriço, Pedro Silva.”

Pedro Silva (Presidente J.F. Carriço, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente, muito boa tarde. Na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Fernanda Guardado, deixo os meus cumprimentos a todos os presentes nesta sala.

Como Presidente de Junta da Freguesia de Carriço e habitante da Freguesia de Carriço, é para mim motivo de orgulho, no passado dia 25 de junho, ver mais uma vez erguer as bandeiras na Praia do Osso da Baleia, uma praia que me traz muitas memórias e que faz parte do meu crescimento, assim como de todos os habitantes da freguesia, do concelho e visitantes em geral, dos vários pontos do país. É uma praia com valores do ponto de vista geológico, faunístico, paisagístico, e com valores naturalíssimos muito atrativos, e por si só de uma beleza natural e cativante, merecedora em primeiro lugar de todo o nosso respeito



enquanto visitantes, merecedora de todos os galardões com que já foi presenteada hoje, e recordando que em 1998 foi classificada como Praia Dourada; desde 2004, ergue a Bandeira Azul; desde 2005, é considerada Praia Acessível; e desde 2011, distinguida pela QUERCUS como Praia com Qualidade de Ouro. São todos estes atributos que fazem com que a Praia do Osso da Baleia seja uma constante escolha de todos nós para passarmos os nossos momentos de lazer.

Quero agradecer ao Município de Pombal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus, pela sua dedicação ao longo destes anos nas obras de qualificação ambiental, e em todo o seu processo de manutenção, assim como a sua ajuda na promoção desta praia como ponto de interesse para quem nos visita.

Agradecer também, em fase de pandemia, todo o trabalho que foi realizado pelo Município, e em colaboração com a Junta de Freguesia, de adaptação dos equipamentos existentes às novas necessidades e exigências, assim como assegurar o cumprimento das regras estabelecidas por parte dos frequentadores desta praia, havendo a necessidade de reforçar a vigilância por parte da GNR e Polícia Marítima.

Apesar de ainda se encontrar em estaleiro, no sentido de se efetuar a sua pré-montagem, o parque de merendas será uma realidade para quem procurar a Praia do Osso da Baleia, e esperando que dentro em breve as obras do parque de estacionamento sejam executadas, e que se aposte cada vez mais no turismo na Freguesia do Carriço.

Gostaria de reforçar que todos temos que ter a máxima preocupação no cumprimento das regras impostas pela DGS, nunca esquecendo que o distanciamento social é uma forma eficaz de evitar a propagação do vírus, sobretudo nos locais com mais gente por metro quadrado.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Eu trago aqui só duas notas. Eu fui muito crítico nestes três anos, e hoje tenho que dar os parabéns ao Município, porque finalmente – e digo, finalmente – os caminhos florestais, que eu ando aqui a falar há três anos, foram limpos, na Freguesia de Almagreira, já passaram para o Louriçal, e a seguir vão para o Carriço, um dos lotes, e os outros lotes também irão ser feitos, e estão a ser feitos noutras freguesias. A nota é só esta, ou seja, o trabalho está feito, o trabalho de gabinete está feito, ao fim de três anos, mas está feito – houve aqui uma alteração qualquer que eu tenho que louvar; agora, é só fazer todos os anos. Ou seja, está o modelo, e todos os anos, o que eu peço – porque nós estamos no terreno, todos os dias, a ouvir os proprietários e a convencê-los para abrirem e para limparem estes caminhos, que são fundamentais em qualquer rede de defesa da floresta, e na valorização da nossa floresta, que é outro item de que ninguém fala aqui, ou seja, passaram estes anos todos, também se comemorou há dois dias atrás a data do fatídico incêndio de Pedrógão e das matas, e três anos depois também questiono o Município se, a nível central, se a nível do ICNF, que já foi aqui falado, se há algum plano nacional de reflorestação, de valorização – ou seja, em três anos, o que é que mudou? Para qualquer um dos proprietários que está aqui, o que é que mudou nas nossas florestas? Está tudo igual? É estranho se estiver tudo igual. Aqui, tenho de dar os parabéns ao Município.

Também vi aqui na sua informação, e também é uma nota positiva, e já se falou aqui muito nas freguesias, e em olhar, no fundo, para o desenvolvimento urbano das próprias freguesias, e a nota que tenho aqui é que espero que sim, que a Câmara faça esse estudo para a Área de Reabilitação Urbana em Almagreira, é uma freguesia mais rural, mas, como é óbvio, tem uma zona urbana que merece também ser desenvolvida. Por quê? Porque assim – e já falámos aqui em várias situações, quer da educação, quer da saúde – se elas existirem,

essas condições, não tenho dúvidas de que qualquer um de nós, qualquer uma das famílias se fixará nas freguesias e nas aldeias, porque terá tudo, ou seja, terá estas condições que nós hoje falámos aqui. Se, entretanto, como dizia o João, há bocadinho, começam a fechar os Centros de Saúde, as escolas começam a ter problemas, como é óbvio – e já se falou aqui em outras Assembleias – a tal desertificação do interior é aqui já ao lado, é nas nossas freguesias. Não nos iludamos, porque isso vai ser o futuro. E o apelo que eu faço ao Município é que esse desenvolvimento seja feito sustentadamente em todas as freguesias, de uma forma gradual, mas com princípio, meio e fim. Era isso, no fundo, que eu queria dizer. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente Gonçalo Ramos.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Voltar a cumprimentá-la, e na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes.

Isto de ser dos últimos a falar, de facto, tem esta problemática, já se abordaram aqui alguns dos assuntos que eu tinha para abordar, nomeadamente este último agora que o Humberto referiu, e bem, eu concordo, e era a proposta que também ia deixar aqui, para que, de facto, a dinâmica se mantivesse, mas agora anualmente, porque não me parece que, para além das limpezas que nós tanto promovemos, possa haver muito mais matéria do que criar as condições ideais para que os acessos à nossa floresta possam funcionar como uma das principais medidas para a sua própria proteção.

E depois, quero também falar de um assunto, que provavelmente é o assunto do dia, já foi aqui sobejamente discutido, e bem, que é o assunto Covid, mas eu tenho que o fazer. Com todo o respeito a todos os presentes, quando, de facto, estamos por dentro, quase que à espera do pior cenário, sentimos as coisas muito. De facto, foi um procedimento e foi um processo que ainda não está concluído, nem terminou, infelizmente, mas que no pico chegou a ser muito duro – e eu quero aqui deixar uma nota de agradecimento porque, de facto, tenho que o reconhecer, e deixar aqui, na pessoa da Sra. Vereadora Ana Cabral, e estendendo este agradecimento a toda a área técnica e a toda a Câmara, por tudo o que fez, na criação de condições para que também nós, Juntas de Freguesia, pudéssemos apoiar aqueles que são os nossos.

E por falar em “nossos”, deixar uma palavra de agradecimento também e de reconhecimento, recordando uma conversa que, entretanto, num desses dias tive com o Sr. Presidente da Câmara, e em modo de desabafo sugeri – e quero aqui voltar a sugerir – que no pior momento, quando o mais fácil é procurarmos o nosso canto, o nosso conforto, a nossa proteção e a nossa segurança, e sem que tenhamos que o fazer, eu quero deixar aqui uma palavra de reconhecimento profundo aos recursos humanos que voluntariamente acederam ao convite e à sugestão – porque, no fundo, não havia aqui nenhuma componente de obrigatoriedade – de prestar serviço nos centros sociais, essencialmente nos serviços sociais, que nessa altura também ficaram tão desprovidos de material humano. E dizer que a sugestão que dei foi que para todos esses que abdicaram do seu bem-estar, do seu conforto e da sua segurança, lhe fosse atribuída uma medalha de mérito municipal, porque, de facto, é nestes momentos que nós vemos quem é que incondicionalmente dá de si em prol dos outros.

E esta nota de agradecimento é também extensiva – e eu penso que todas as freguesias passaram por isto, todos os Presidentes de Junta passaram por isto, e todos eles se reveem naquilo que eu estou a dizer – a todos os voluntários e a todas as entidades que, em todos os momentos, estiveram ao nosso lado, quando assim foi necessário.

E queria terminar, dizendo que, de facto, o impacto da pandemia foi muito grande, a vários níveis, o tecido empresarial foi, de facto, muito afetado, conseqüentemente muitas famílias também o foram, mas também foram as nossas IPSS's e as nossas associações – como

sabemos, o setor cultural ainda está praticamente parado, não há condições para se retomar – e já se falou aqui do Bodo – não há condições para serem realizadas as atividades festivas que, de certa forma, tanto alimentavam as nossas associações. E portanto, dizer que sugiro também que sejam tomadas, a seu tempo, as medidas possíveis de apoio às associações, e também, de certa forma, às Juntas de Freguesia, porque o encerramento das escolas também teve impacto nas Juntas, que de certa forma ficaram com os recursos humanos, mas acabaram por, depois, não ter as receitas que habitualmente tinham, e que faziam face às despesas destes mesmos recursos. De facto, quem gere uma autarquia sabe o impacto que isso, depois, também tem financeiramente. Deixar aqui a sugestão para que sejam adotadas as medidas possíveis.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Por último, dou a palavra à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cã, Ana Tenente.”

Ana Tenente (Presidente J.F. Vila Cã, Independente):

“Boa tarde. Quero dar as boas tardes à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente, Dr. Diogo Mateus, aos Srs. Vereadores, a todos os colegas presentes, e a todas as pessoas presentes, e a todos os que estão a ver-nos via online.

Eu só queria aproveitar para informar o Sr. João Santos que, hoje de manhã, estive ao telefone com a Dra. Delfina, e que, felizmente, Vila Cã, a partir de amanhã, vai estar aberta com um médico de família. Já hoje andámos a limpar as instalações, e já temos médico de família. Já no domingo, na nossa Assembleia de Freguesia, informei os presentes, os membros da Assembleia, que Vila Cã já tinha médico de família. E portanto, Vila Cã já tem médico de família.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Diogo Mateus, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Só duas ou três observações rápidas. A primeira, ao Sr. Presidente da Junta de Vermoil, relativamente ao projeto da Mata do Casal Galego: de facto, o processo está no Tribunal Administrativo e Fiscal para tratarmos do processo de expropriação, e demorará o tempo que o tribunal precisará. Houve já notificações pessoais, e portanto, houve umas correções a fazer, e espero que o processo rapidamente se resolva. Nunca sabemos o que é que quer dizer “rapidamente” num tribunal e numa expropriação – temos processos que, “rapidamente”, estão há vinte anos à espera de ser resolvidos, como as antigas oficinas da Câmara Municipal.

Relativamente à fibra ótica, está previsto, na próxima quinta-feira, em Pombal, que possamos receber o Sr. Presidente Executivo da Altice para reforçarmos o protocolo que foi feito há menos de um ano, e que o nível de cobertura que na altura tínhamos, de setenta por cento (70%), passe para noventa por cento (90%), até ao final do ano de 2021. E portanto, o protocolo assinado estabelece este compromisso com este operador de serviço público, que é aquele, como sabem, que tem uma parte muito substancial da quota de mercado.

Sobre a aprovação do projeto “III”, pela deputada Cláudia Duarte, eu quero aqui dizer que, no ano passado, o Alto Comissário não nos financiou, e portanto, o Município manteve um projeto a suas expensas, fazendo a transferência para a ADILPOM, precisamente porque entendíamos que independentemente dessa circunstância o devíamos fazer, pese embora ser um projeto de carácter nacional. E aqui, estamos a dizer “presente” nestas matérias, precisamente porque achamos que elas, independentemente de serem, ou não, de candidatura, são importantes para a nossa comunidade, e vamos sentindo pelos

Agrupamentos, pela vida social, pela formação dos jovens, pelas características da sua evolução, pelos mediadores, pelos interlocutores, que, de facto, não é na exclusão, é no trabalho feito todos os dias, e não é apenas quando há campanha eleitoral, para irmos lá à porta ver se alguém se lembra de nós. Fazemo-lo todos os dias.

Sobre as outras observações, Sr. Deputado Humberto Lopes, relativamente à questão do que mudou: bem, eu acho que dividimos em dois aquilo que são as alterações mais significativas e as menos significativas. E se olharmos para aquilo que é a política nacional, nós interrogamo-nos se os proprietários florestais têm mais incentivos. E não têm – quem tiver o cuidado de fazer uma verificação entre os volumes de investimento de dinheiro comunitário para apoiar a floresta no centro do país, onde arde mais, e se comparar com o Alentejo, onde arde menos, chegaremos rapidamente à conclusão de que há muito mais investimento no Alentejo do que existe no centro do país – dá mais trabalho, é minifúndio, os riscos são maiores. Mas, nem os três anos sobre Pedrógão fizeram alterar esta circunstância em concreto.

Eu fui um dos Presidentes de Câmara que votou contra as faixas primárias propostas pelo ICNF no nosso território, relativamente ao Plano Operacional Distrital. E por quê? Porque o ICNF propôs sítios onde a tutela patrimonial é do ICNF, e não fez em função daquilo que era uma estratégia de proteção do território, independentemente de quem sejam os proprietários desse património. E portanto, quando o fazemos em zonas que são escrupulosamente escolhidas para atender a outros critérios, que não aquilo que são a evolução dos incêndios, a diminuição dos riscos e uma integração numa estratégia um bocadinho mais ampla – e os senhores sabem do que eu estou a falar, os Srs. Presidentes de Junta, porque quando nós estabelecemos as nossas regras de execução das faixas de gestão secundária nas vossas freguesias, fazemo-lo tendo em linha de conta as infraestruturas rodoviárias, as ferroviárias, o espaço-canal de alta tensão, de muito alta tensão e do gás, além da ferrovia. E portanto, olhamos para isto e percebemos que, de facto, é incompreensível. Temos procurado levar esta mensagem ao ICNF.

Há especiais vantagens no Orçamento de Estado para os proprietários que, sob o ponto de vista fiscal, podem descontar alguma despesa na sua floresta? Uma motosserra, combustíveis, o trabalho feito por Sapadores Florestais, equipas de limpeza? Não existe regra nenhuma, estamos como estávamos há uns anos atrás. Alguém conhece quais são as propostas de ocupação do espaço de transição urbana – rural, onde o 124 veio impor regras muito mais apertadas relativamente ao número de árvores que podem existir por hectare, e as diferenças entre copas? Estamos a fazer com que à volta de milhares e milhares de perímetros urbanos espalhados por Portugal inteiro haja zonas que se forem limpas, não servem para coisa nenhuma, são improdutivas, e não são necessariamente mais seguras do que se tivessem uma solução alternativa. Devia-se ter pensado nessa solução alternativa; ninguém pensou em solução alternativa nenhuma.

Mas, é verdade, a Comunidade Intermunicipal reforçou agora a sua estrutura para a videovigilância e estamos melhor, temos cerca de dois mil quilómetros quadrados do nosso território da CIM já sujeita a essa videovigilância, já com os identificadores infravermelhos, para que no sistema de acompanhamento em Leiria, na GNR e no Comando Operacional Distrital, haja informação fidedigna sobre o que está a acontecer no território, com possibilidade de facilitar essa informação para os próprios trabalhos no terreno que os Comandantes dos Bombeiros possam ter que fazer. Estamos a fazer mais faixas de gestão, estamos este ano a chegar quase aos trezentos hectares de faixas – eu lembro que no princípio deste nosso projeto, não chegávamos aos cem, eram noventa e poucos. Já quase que triplicámos esse esforço que temos feito. Vimos muitas das nossas unidades de proteção civil, que funcionavam sem suporte legal, já transformadas em Unidades Locais de Proteção Civil, Pombal será porventura um dos concelhos com mais Unidades Locais de Proteção Civil desenvolvidas nos territórios das nossas freguesias. Foi desenvolvido já – e esse

concurso está a decorrer – um Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, congregando os dez Municípios, havendo mais articulação entre os dez da CIM, de maneira a que possamos fazer outro tipo de investimentos. E tivemos também, já muito recentemente, reforço dos meios que em algumas freguesias precisavam de ser substituídos, nomeadamente as carrinhas de primeira intervenção, precisamente porque os carros estavam muito gastos, tinham já muitos quilómetros, e acima de tudo já muitos anos, para poderem cumprir da melhor forma. E esse tem sido o projeto.

E portanto, percebemos aqui que de um lado temos promessas e expectativas, e do outro lado temos o trabalho do dia a dia, com investimento, com soluções, com abertura de novos caminhos, com limpezas, e com alteração, de facto, na determinação com que organizamos o trabalho e com que queremos cumprir; que, precisamente, foi aquilo que inscrevemos no nosso programa eleitoral, e durante algum tempo ele não aparecia cumprido, por razões que daqui a pouco também já teremos ocasião de discutir.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Vamos agora passar ao ponto 2.2.”

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Ratificação da 2.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) ao Orçamento de 2020 e GOPS 2020/2023.

Foi presente à reunião a proposta n.º 572/2020, ínsita na informação n.º 36/DAFM/20, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 19.05.2020, que a seguir se transcreve:

"ASSUNTO: 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AO ORÇAMENTO DE 2020 E GOPS 2020/2023

1 – Enquadramento

Nos termos da NCP 26 (Norma de Contabilidade Pública), anexa ao SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) aprovado pelo DL 192/2015 de 11 de setembro, conjugado com o ponto 8.3.1 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) que se manteve em vigor com a entrada em vigência do SNC-AP a 01 de janeiro de 2020, o Orçamento pode ser objeto de aumento global da despesa dando lugar a uma Alteração Orçamental Modificativa (anterior revisão nos termos do POCAL), por contrapartida:

- do saldo apurado na gerência anterior;
- pelo excesso de cobrança em relação às receitas previstas no orçamento, ou;
- outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.

2 - Saldo da Gerência Anterior

Por definição, o Saldo da Gerência corresponde ao saldo de caixa apurado à data de relato de 31 de dezembro de 2019, no montante de Eur 7.403.397,10.

Nos termos do n.º 6 do Art.º 40 da Lei 73/2013 de 03/09 (Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais-RFALEI), na sua atual redação, parte do saldo de gerência da execução orçamental consignada, no montante de Eur. 1.578.022,79, foi incorporado numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo Órgão Executivo, em 03/01/2020.

O valor remanescente do SGA, no valor de Eur. 5.825.374,31, passou a ser possível ser integrado no Orçamento da Receita, antes da aprovação das contas, desde que, à luz do Art.º 129º da LOE 2020, o mapa dos Fluxos de Caixa esteja aprovado e o pedido para integrar em

Orçamento esteja adequadamente instruído em conformidade com modelo próprio da DGAL, sempre com recurso a uma alteração orçamental modificativa (revisão), a aprovar pelo Órgão Deliberativo.

Excepcionalmente, entre varias medidas excepcionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, a Lei 1-A/2020 de 19/03, através do seu Artº 3º-A, veio permitir que a introdução do Saldo de Gerência ocorra nos termos do Artº 129º da LOE 2020, atrás referenciado e instruída de acordo com modelo próprio da DGAL, podendo, todavia vir a ser ratificada na próxima reunião do Órgão Deliberativo.

3. Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento da Receita

No Orçamento da Receita, além do SGA que se destaca nesta alteração pelo valor acima referenciado, foram ajustadas as seguintes dotações de receita, não previstas aquando da realização do Orçamento;

- o reforço da dotação da rubrica 090101-Venda de Investimentos\Terrenos, decorrente da realização da hasta publica de um lote na ZI da Guia, arrematado pelo valor de Eur. 640.000,00;
- a redução das dotações das rubricas 07011103-Agua, 07020901 – Saneamento e 07020902 – Resíduos Sólidos, em, respetivamente, Eur. 320.256,00, Eur.135.113,00 e Eur.204.631,00, proporcional ao valor inicialmente previsto, num total de Eur.660.000,00, valor estimado pela redução de 50% na cobrança das tarifas de agua, saneamento e RSU, durante 3 meses, que a Câmara deliberou, como medida de apoio às famílias, no âmbito da pandemia do covid19, e;
- Ajustar as dotações das transferências do Estado, ao novo quadro XIX anexo à Lei 2/2020 de 31/03, que aprovou o Orçamento de Estado, tendo-se verificado uma redução global de Eur. -187.408,00, em relação ao quadro XIX previsto na proposta de Lei.

4. Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento da Despesa

De igual montante, é reforçado o Orçamento Global da Despesa.

4.1. Despesa sem Plano

O orçamento da despesa corrente sem plano, que contempla essencialmente as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços cedeu parte das verbas, que lhe estavam atribuídas, para as GOPs, verbas que agora vê serem repostas com a presente alteração, assegurando assim o regular funcionamento do Município até final do ano corrente. Esse reforço, cifrado em Eur. 1.802.116,31 foi distribuído pelas rubricas identificadas no mapa, anexo à presente proposta.

5. Alteração Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano

5.1. PAM – Plano de Atividades Municipal

Com a proposta de alteração, vê reforçada algumas das suas rubricas mais significativas garantindo assim dotação para executar, durante o ano em curso, algumas das atividades mais importantes do Município. Esse reforço, de Eur. 3.138.850,00, está distribuído pelas rubricas identificadas em mapa, anexo à presente proposta.

Inserido num conjunto de medidas de apoio ao combate à pandemia da doença Covid19, o Executivo Municipal deliberou, na reunião extraordinária de 20/03/2020, conceder um apoio financeiro ao Centro Hospitalar de Leiria, para aquisição de equipamentos. Pela especificidade da natureza desta despesa, não prevista em PAM, procedeu-se à inscrição de um novo projeto no Plano, no Objetivo 2.2.1 -Serviços Individuais de Saúde, com a designação “Apoio a Instituições de Saude”, mediante uma alteração orçamental permutativa (alteração), aprovada pelo Presidente da Câmara, com efeitos imediatos, com o compromisso de ser posteriormente submetida à Assembleia Municipal, que detém a competência sobre esta matéria.

Posteriormente, foi aditado à Lei 6/2020 de 10/04, o Artº 7º-A que veio estabelecer que “A despesa com equipamentos, bens e serviços associados ao combate à pandemia da doença

COVID -19 incorrida pelas entidades do setor local, pode ser inscrita no respetivo orçamento através de uma alteração orçamental, aprovada pelo presidente do órgão executivo, sem prejuízo da sujeição a ratificação assim que o órgão deliberativo possa reunir.”

Sendo porventura uma prática assumida em muitos Municípios, pela necessidade em tomar decisões urgentes que visassem controlar e combater o surto do Covid19, esta alteração legislativa veio dar legitimidade ao registo orçamental de uma decisão tomada pelos Órgão Executivo, com efeitos imediatos, antes da aprovação pelo Órgão Deliberativo.

5.2. PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Com a proposta de alteração modificativa, vê reforçada algumas das suas rubricas para lançamento de novas obras. A alteração ao PPI traduz-se em Eur. 677.000,00, e está distribuída pelas rubricas identificadas em mapa, anexo à presente proposta.

Também se propõe o reforço de dotação para os anos seguintes, de algumas das rubricas identificadas no mesmo mapa cujos encargos, prevê-se, venham a ser plurianuais. Reflexo disso e nos casos em que foi aplicável, os valores das dotações não definidas foram devidamente ajustados.

De igual modo, se propõe a criação de novos projetos, designados “Remodelação\Beneficiação do Reservatório do Ourão”, “Corredor Ribeirinho do Rio Arunca” e “Turismo de Portugal - Programa Valorizar” a inscrever nos Objetivos, 2.4.4 – Abastecimento de Água, 2.5.2.- Desporto, recreio e lazer, e 3.4.2 – Turismo.

A revisão às Grandes Opções do Plano, que integra o PPI e o PAM, traduz-se no reforço total de Eur. 3.815.850,00.

6. Nota informativa da DGAL – Integração do Saldo gerência orçamental

Como referido no ponto 2, o Artº 129º da LOE 2020 veio permitir a integração do saldo da gerência antes da aprovação das contas, desde que o pedido de integração seja adequadamente instruído em conformidade com modelo próprio a divulgar pela DGAL. A nota informativa, entretendo divulgada, veio determinar que o pedido de integração do saldo orçamental seja instruído, no mínimo, com a seguinte informação, para além do mapa de Fluxos de Caixa aprovado:

- Informação dos compromissos transitados.
- Informação da execução das GOP, devendo estar individualizada a execução do PPI.
- Informação da execução orçamental (receita e despesa)
- Informação de saldo integrado ao abrigo do n.º 6 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Nestes termos, informa-se de seguidas dos montantes totais correspondentes a cada um dos pontos atrás elencados, á data de 31 de dezembro de 2019, patentes nos mapas de execução, que se anexam com a Nota informativa da DGAL:

- Execução orçamental da receita – Eur. 44.303.093,96, com uma taxa de execução de 96,43%;
- Execução orçamental da despesa – Eur. 37.055.651,71, com uma taxa de execução de 80,66%;
- Valor dos compromissos de 2019, que transitaram, por pagar, para 2020 - Eur. 7.075.881,58, patente no mapa da execução orçamental da despesa;
- Execução orçamental das GOPs - Eur. 22.058.462,28 com uma taxa de execução de 75,91%;
- Execução orçamental do PPI – Eur. 11.148.116,95 com uma taxa de execução de 70,37%;
- Valor do saldo integrado no orçamento da receita, ao abrigo do n.º 6 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação – Eur. 1.578.022,79.

7. Proposta

Para proceder de acordo com o que é exigido nos pontos anteriores impõe-se que proceda-se, em conformidade com a NCP 26 do SNC-AP, conjugado com os pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, à aprovação da:

1. Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento 2020, e
2. Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano 2020-2023.

7.1. A alteração modificativa consubstancia-se:

1. Do lado do Orçamento da Receita para 2020:
 - o Em incorporar no Orçamento, o valor remanescente do SGA no valor de Eur. 5.825.374,31, a inscrever na rubrica 16.01.01 – “Saldo Orçamental \ Na Posse do Serviço”;
 - o Reforçar a dotação da rubrica 090101- Venda de Investimentos\Terrenos, com o valor de Eur. 640.000,00;
 - o Reduzir as dotações das rubricas 07011103-Agua, 07020901 – Saneamento e 07020903 – Resíduos Sólidos, em, respetivamente, Eur. 320.256,00, Eur.135.113,00 e Eur.204.631,00
 - o Ajustar as dotações das transferências do Estado, ao novo mapa XIX anexo a Lei 2/2020 de 31/03 (LOE 2020), que implicou, no global, uma redução de Eur. 187.408,00
2. Do lado do Orçamento da Despesa para 2020:
 - o Incorporar no orçamento, o reforço de despesa corrente não inscrita nas Grandes Opções do Plano, assente nas rubricas identificadas nos mapas em anexo, no valor total de Eur. 1.802.116,31.
3. c) Do lado das Grandes Opções do Plano 2020-2023:
 - o Em reforçar para 2020, as rubricas do PPI e do PAM, no valor de Eur. 3.815.850,00, propostas nos respetivos Relatório das Alterações Orçamentais, em anexo;
 - o Em reforçar o PPI para os anos de 2021 e 2022, totalizando ambos Eur. 10.896.000,00 também proposto nos Relatórios das Alterações Orçamentais, em anexo;
 - o Em inscrever novos projetos no PPI, identificados no ponto 5.2.

7.2. No âmbito do regime excecional, estabelecido pela Lei 6/2020 de 10 de abril, com vista a promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID -19, conjugado com a Lei 1-A/2020 de 19 de março que aprovou medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus, é da competência da Assembleia Municipal:

1. Ratificar a Alteração Orçamental Modificativa (revisão), nos termos do Artº 3º-A da Lei 1-A/2020 de 19 de março, que inclui o reforço de dotações para os anos seguintes, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do Artº 22º da Lei 197/99 de 8 de Junho, e;
2. Ratificar a inscrição do novo projeto “Apoio a Instituições de Saude” no Plano de Atividades Municipal, no Objetivo 2.2.1 -Serviços Individuais de Saúde, nos termos do artº 7º-A da Lei 6/2020 de 10 de abril

7.3. Termos por que se impõe, pondere o Órgão Executivo:

1. Deliberar, nos termos do Artº 3º-A da Lei 1-A/2020 de 19 de março, aprovar e submeter a ratificação do Órgão Deliberativo, a referida alteração modificativa, que inclui o reforço de dotações para os anos seguintes, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do Artº 22º da Lei 197/99 de 8 de Junho, e;

2. Deliberar, ao abrigo do Artº 7º-A da Lei 6/2020 de 10 de abril, submeter a ratificação do Órgão Deliberativo, a criação do projeto “Apoio a Instituições de Saúde”, que foi inscrito no Plano de Atividades Municipal, mediante uma alteração orçamental.”

A Câmara deliberou, por maioria, com sete votos a favor e dois votos contra da Vereadora Dra. Odete Alves do PS e do Dr. Michael António do NMPH:

Primeiro - Aprovar e submeter a ratificação da Assembleia Municipal, a presente alteração modificativa, que inclui o reforço de dotações para os anos seguintes, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do Artº 22º da Lei 197/99 de 8 de Junho;

Segundo - Submeter a ratificação do Órgão Deliberativo, a criação do projeto “Apoio a Instituições de Saúde”, que foi inscrito no Plano de Atividades Municipal, mediante uma alteração orçamental.

Presidente de Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, Sr. Presidente, quer falar primeiro, ou abrimos as inscrições? Quem se inscreve neste ponto?”

Sr. Presidente de Vermoil, Daniel Ferreira, faça favor.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Mais uma vez, boa tarde.

É com alguma alegria que vejo que foi reforçado o passeio ribeirinho, mas com alguma tristeza, tenho quase a certeza de que não chegará a Vermoil. Sendo o antigo Presidente da Freguesia de Vermoil um dos mentores da ideia do passeio ribeirinho, fico um bocadinho triste por ainda não termos lá o passeio ribeirinho. Solicito e peço, e anseio, que se faça esse passeio, e que se chegue à Freguesia de Vermoil, e que se passe para além da Freguesia de Vermoil, que se chegue até à nascente.

Há pouco, esqueci-me de um ponto, e já agora, vou aproveitar: gostaria de saber em que estado é que está o projeto e as obras do IC2.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada. Dou a palavra à Sra. Deputada Elisabete Alves.

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Muito rapidamente, só para dizer que em coerência com o que foi já o meu sentido de voto contra o Orçamento e as Grandes Opções, justificamos aqui o nosso voto contra esta revisão do Orçamento e das Grandes Opções, sentido de voto esse que já foi justificado aquando da apresentação e discussão desses documentos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente, sim.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

De facto, nesta primeira versão, nós, depois de chegarmos a Vermoil, temos de fazer todo o percurso que falta na Freguesia de Pombal. E portanto, esse é o propósito, e de facto, continuar esse projeto, que, infelizmente, por razões mais operacionais do que propriamente políticas, ou até financeiras, não se concretizou com a rapidez com que todos nós gostaríamos que se concretizasse.

O projeto e obra do IC2: depois da reunião que tivemos com os Srs. Presidentes de Junta, foram remetidas as propostas para a Infraestruturas de Portugal; houve, entretanto, já da parte da Infraestruturas de Portugal uma reação a essa proposta, concordando genericamente com aquilo que nós apresentámos, havia algumas correções a serem feitas pelos projetistas, nós já reunimos com eles, já lhes demos essas instruções. E portanto, espero que no prazo de quinze dias, talvez, tenhamos ocasião de ter esse documento desenvolvido e remetê-lo novamente para a Infraestruturas de Portugal, para o poderem

aprovar. Eu gostava que no planeamento financeiro da Infraestruturas de Portugal de 2021, ele já tivesse alguma expressão financeira, porque mesmo que a obra fosse lançada em meados do ano que vem, nunca teria expressão financeira no ano de 2021, mas pelo menos que pudéssemos em 2022 começar os trabalhos de requalificação da via.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada.”

Colocado o assunto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais, Certificação Legal de Contas e do Relatório do Auditor Externo – Ano de 2019.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer usar da palavra neste ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Quero, sim, Sra. Presidente, muito obrigado.

Eu começava por evidenciar aquilo que são as obrigações legais que resultam de um documento com estas características, e que obrigam a que não só na previsão plurianual que fazemos do nosso projeto, mas também naquilo que é a sua execução ao longo do ano, não violemos critérios que a Lei estabelece como obrigatórios e imperativos, desde logo o princípio do equilíbrio orçamental previsto no art.º 40.º da Lei das Finanças Locais, que nos estabelece que deve existir uma igualdade entre a receita cobrada bruta e a despesa corrente, acrescida essa despesa corrente com as amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo. No caso do Município de Pombal, o cumprimento desta obrigação é superado em cerca de um terço, porque com uma despesa corrente paga de cerca de vinte e dois ponto oito milhões de euros (22.800.000€), a receita corrente bruta cobrada, menos o valor das amortizações anuais, é de trinta e três milhões de euros (33.000.000€), o que significa que ainda temos aqui mais de um terço de vantagem sobre aquilo que seria essa possibilidade de aumentarmos a nossa despesa corrente.

Também a taxa de execução orçamental da receita é uma obrigação legal, não deve o Município fazer previsões onde não consiga atingir menos de oitenta e cinco por cento (85%) do valor da receita que estava prevista. E a taxa de execução orçamental de 2019 foi, no que diz respeito às receitas, não oitenta e cinco por cento (85%), mas sim noventa e seis vírgula quatro por cento (96,4%).

Há também referência àquilo que são os valores de encargos com o pessoal. Em 2019, a execução de encargos com o pessoal ascendeu aos oito milhões, setecentos e oitenta mil euros (8.780.000€), sendo que oito milhões e duzentos mil (8.200.000€) dizem respeito a encargos com pessoal, quinhentos e sessenta e quatro mil (564.000€) a encargos com prestações sociais, sendo que aqui é assinalável a circunstância de termos contratado mais vinte e nove trabalhadores, de se ter concedido mobilidade intercarreiras a mais dez, de se ter feito uma atualização da base remuneratória da administração pública, por decisão governamental, incidindo a 1 de janeiro de 2019 – apesar de o Orçamento de Estado só estar em vigor a partir do dia 30 de março de 2019 – de seiscentos e trinta e cinco euros

(635€) como salário mínimo garantido a todas as pessoas, e na mesma circunstância, por imposição legal, a alteração do posicionamento remuneratório que abrangeu duzentos e sete trabalhadores, e teve um impacto nas nossas despesas de um pouco mais de cem mil euros (100.000€), relativamente àquilo que são acréscimos salariais que resultam desta alteração do posicionamento remuneratório.

As Grandes Opções do Plano de 2019, Plano Plurianual de Investimentos, mais Plano de Atividades Municipais, superou os setenta e cinco por cento (75%) – setenta e cinco ponto noventa e um por cento (75,91%). É o terceiro melhor resultado dos últimos oito anos, com o acréscimo de mais quatro vírgula três pontos percentuais (4,3%) do que em 2018, mostra, de facto, o empenho com que se trabalhou e a forma com que se executaram um conjunto grande de atividades. As GOP's foram executadas em vinte e dois milhões de euros (22.000.000€), em vinte e nove (29.000.000€) que estavam previstos.

O prazo médio de pagamentos do Município está entre os dez e os quinze dias, e não há pagamentos em atraso.

O limite da dívida do Município poderia ascender aos quarenta e nove vírgula um milhões de euros (49.100.000€). Com a dívida existente, temos uma margem de dívida superior a quarenta e cinco milhões de euros (45.000.000€), considerando esta possibilidade de podermos chegar aos quarenta e nove (49.000.000€).

A dívida total da Câmara, em 31 de dezembro de 2019, era de seis milhões, cento e noventa e cinco mil euros (6.195.000€), sendo que três ponto três (3.300.000€) eram de empréstimos de médio e longo prazo, dois ponto setenta e nove (2.790.000€) a fornecedores e empreiteiros – o que mostra, de facto, este alinhamento com estes compromissos.

Vale a pena perceber também como é que, ao contrário do que aconteceu no país, se comportou o peso dos impostos diretos na receita total. E no nosso caso, desceu de vinte e sete ponto noventa e nove (27,99%) em 2018, para vinte e sete ponto noventa e dois (27,92%) em 2019 – menos peso no bolso dos cidadãos.

Assinalo também a circunstância de a venda de bens e serviços – que não inclui aqui, nem taxas, nem impostos indiretos, nem rendimentos de propriedades – cobrirem já sessenta e nove por cento (69%) do valor das despesas de pessoal do Município, mostrando e confirmando também este critério de equilíbrio das nossas contas.

A execução da receita de capital teve um desvio de cerca de trinta e seis por cento (36%) – a previsão era de cinco ponto quarenta e oito milhões de euros (5.480.000€), e a execução foram três ponto cinquenta e um (3.510.000€). Este desvio, de um ponto noventa e sete (1.970.000€), tem duas grandes causas: a primeira foi a Casa Varela, porque tivemos uma resolução do contrato com o empreiteiro, e estava prevista a execução de quatrocentos e vinte e oito mil euros (428.000€) de financiamento comunitário que não foi executado porque não houve condições para submeter essa candidatura, e não houve trabalhos nesse sentido, e do Parque Industrial Manuel da Mota, que tinha uma candidatura aprovada de setecentos e sessenta mil euros (760.000€), e que teve uma execução de zero, por força de um processo judicial e a consequente revogação da candidatura por parte do PO Regional, considerando que não havia condições para ser executada em tempo útil.

A execução da receita corrente teve, em 2019, cento e um por cento (101%) – tinha tido em 2018 noventa e sete por cento (97%).

A execução orçamental da nossa despesa atingiu os oitenta e um por cento (81%) – tinham sido setenta e sete (77%) no ano de 2018.

As despesas correntes foram oitenta e seis por cento (86%) pagas; as despesas de capital, setenta e três por cento (73%).

O grau de execução das despesas de capital, baseado nos compromissos, é de noventa e sete por cento (97%), e o índice de pagamento é de setenta e três por cento (73%), isto é, para dezanove vírgula três milhões de euros (19.300.000€) de investimento, o Município de Pombal comprometeu, por contratos ou aquisições a fornecedores, dezoito vírgula oito

milhões de euros (18.800.000€), e pagou catorze vírgula dezoito milhões de euros (14.180.000€).

As dívidas a terceiros, de curto prazo, diminuíram em quinhentos mil euros (500.000€) face a 2018 – eram três milhões, trezentos e vinte e três (3.323.000€), a 31 de dezembro. Se retirarmos as cauções, que são dois ponto cinco milhões de euros (2.500.000€), ficamos com dívidas de empréstimos de quatrocentos e quarenta e um mil (441.000€), de fornecedores conta corrente, de vinte e nove mil euros (29.000€), de faturas em conferência, duzentos e quarenta e quatro mil (244.000€), e ao Estado, noventa e sete mil (97.000€), que nos remete para um valor de oitocentos e onze mil euros (811.000€).

No campo das candidaturas, aquelas que foram apresentadas, que estão em execução e dizem respeito a anos anteriores, que podem estar pendentes por não terem ainda decisão – podem acompanhar na pág. 248 do relatório – o investimento total protagonizado por estas candidaturas ascendia aos vinte e oito milhões de euros (28.000.000€). Temos apresentadas candidaturas a dezanove entidades diferentes: ao POISE, no âmbito nomeadamente do PEPAL, do Programa de Estágios para a Administração Local, ao PO-SEUR, na eficiência dos recursos, nomeadamente nas matérias de cadastro ou de telegestão, ao Plano de Desenvolvimento Regional – por exemplo, no que diz respeito às zonas de regadio, por exemplo, em Vermoil – ao Centro 2020, seja no FEAC, no FEDER, no PEDU, e por aí fora, à Comunidade Intermunicipal, no turismo, na cultura e na educação, à ACF – Caminhos de Fátima, relativamente aos trabalhos de requalificação, entre outros, na Rua José Aguiar, em Flandres, para fazer a ligação desde o açude até à Estrada Nacional 1, dentro da continuidade do compromisso assumido com os outros catorze Municípios que integram a Associação Caminhos de Fátima, ao ICNF, quer com as equipas de sapadores, quer com a equipa do Gabinete Técnico Florestal, ao IFAP, com a fruta escolar, à Agência Portuguesa do Ambiente – por exemplo, com os fogos de 2013 – ao Ministério da Educação, com a participação devida pelas obras feitas na Escola da Guia, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, seja no programa de beneficiação dos equipamentos municipais – onde está a ser feita a obra do polidesportivo de Abiul, por exemplo – ao Fundo de Emergência Municipal, a que socorremos através do Leslie com duzentos e trinta mil euros (230.000€) de prejuízos apresentados, e apenas trinta e nove mil euros (39.000€) de apoio – duzentos e trinta mil (230.000€) de prejuízos, e trinta e nove mil euros (39.000€) de apoio, principalmente porque o Governo entendeu que devia dizer que só a partir da data da publicação do respetivo aviso é que as despesas eram elegíveis, despesas que nós tínhamos feito antes, por serem urgentes, por serem prioritárias, e foi assim a forma com que o Município fez o trabalho – com a DGAL, por exemplo, no novo canil que está feito, para a construção do tal Centro de Recolha Animal, com a Direção Geral de Veterinária, relativamente à esterilização de cães e de gatos, à Infraestruturas de Portugal, por exemplo, nas obras do IC2, Estrada Nacional 1 – como, há pouco, fazia a pergunta o Sr. Presidente da Junta de Vermoil – ao Fundo Ambiental, seja na limpeza dos rios, seja na candidatura de veículos elétricos, ao Turismo de Portugal, no Programa Valorizar, a rede wi-fi ou o Património Acessível, ao Fundo de Eficiência Energética, e ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. São essas as fontes que temos corrido, dentro deste conjunto de possibilidades.

Comparticipações aprovadas e solicitadas, doze ponto três milhões de euros (12.130.000€); participações recebidas, seis ponto vinte e cinco milhões de euros (6.250.000€).

Em 2019, como eu disse, foram lançados setenta e cinco procedimentos, a média é superior a um e meio por semana. Nove foram por ajuste direto simplificado, num valor total – os nove – de quarenta e um mil e oitocentos euros (41.800€). Nove foram ajustes diretos, num valor total de cento e quarenta e nove mil, trezentos e catorze euros (149.314€), todos os ajustes diretos. Dezasseis consultas prévias, com um valor total de um ponto quarenta e quatro milhões de euros (1.440.000€). E quarenta e um concursos públicos, com um valor

global de onze milhões, seiscentos e catorze mil euros (11.614.000€). E mostra-se aqui a evolução que temos tido, quando o quadro comparativo dos anos anteriores nos mostra esta maior organização que nos permite fazer os concursos públicos, e podermos utilizar outras regras para executar a despesa pública.

No saneamento, eu quero assinalar que, em 2019, atingimos os dezoito mil, quinhentos e quarenta e nove ramais – mais seiscentos e quarenta e dois que em 2018, e que esta operação foi feita simultaneamente, com maior eficiência no funcionamento da nossa rede. E tivemos, apesar de que “só” tivemos – como alguns entendem – estes seiscentos e quarenta e dois ramais, mais dez por cento (10%) de caudais faturados, já ultrapassam os mil e seiscentos metros cúbicos, mais dez por cento (10%) do que tínhamos tido em 2018, e portanto, muito alinhado com toda a estratégia de eficiência gestonária que estamos a dar à parte das águas e à parte do saneamento.

Na rede de águas, estamos com trinta e quatro mil e trinta e seis ramais, o nosso sistema tem oito captações ativas, capturámos praticamente quatro milhões de metros cúbicos de água – três ponto novecentos e noventa e nove metros cúbicos. Temos uma estação de tratamento de águas a funcionar vinte e quatro sobre vinte e quatro, trezentos e sessenta e cinco dias, no Carriço, junto às quatro principais captações, temos setenta e três reservatórios, temos quarenta e seis estações elevatórias, temos dez hidropressoras, e os nossos reservatórios têm uma capacidade para trinta e dois mil e setecentos metros cúbicos. Se dividirmos cerca de quatro milhões de metros cúbicos por cada dia do ano, nos trezentos e sessenta e cinco dias, perceberão que a nossa capacidade diária andarà à volta dos onze ou doze mil metros cúbicos por dia, o que significa que a nossa capacidade dá para cerca de três dias de autonomia, se tivermos aqui um outro constrangimento. A rede atual de água tem mil, trezentos e oitenta e cinco quilómetros lineares de condutas de distribuição.

Este, Srs. Deputados, é o trabalho de que não nos envergonhamos, que resulta do planeamento, que resulta de organização, que resulta de decisões tomadas em tempo útil – eu quero recordar-vos que as obras que sejam lançadas a partir deste momento, no Orçamento de 2019, têm uma expressão muito pouco significativa, tirando um ou outro asfalto que possa ter uma execução física mais rápida, todas as outras que forem para concursos públicos, demoraremos cerca de seis meses para começar a ter a primeira faturação. O que significa que estamos com essa ordem bastante regulada, para nos permitir fazer aquilo que são os resultados de crescimento que temos tido, que tem a ver com esta coordenação em todos os serviços, tem a ver com o atingimento destes resultados, e acima de tudo com o cumprimento do plano. Isto é feito com a colaboração de toda a equipa dos Vereadores, com a colaboração dos nossos Diretores, com os nossos técnicos superiores, os projetistas, os assistentes operacionais, os assistentes técnicos, os consultores, os fornecedores, os empreiteiros – no fundo, toda a equipa que garante o trabalho da Câmara, todos os dias, para podermos melhorar a prestação dos anos anteriores, que como sabemos, sempre tem sido elevada, e pugnamos para que seja cada vez maior.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quem é que se inscreve neste ponto? Sr. Deputado João Ferreira, pode usar da palavra.”

João Ferreira (NMPH):

“Boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, boa tarde, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados.

Bem, relativamente às contas da Câmara, naturalmente é bom que sejam contas equilibradas; contudo, denota-se que a evolução de alguma despesa não acompanha a evolução da receita, nomeadamente nesta questão dos custos com pessoal. O que eu vejo é que, não nos identificando tanto com os investimentos feitos pela Câmara, não deixando de salientar que certamente hão de ser importantes, porque entendemos que deve haver uma visão de mais longo prazo, no sentido de ver qual é que é o investimento que tem de ser feito

para que ele provoque uma determinada receita, e que essa receita não passe pelo incremento de impostos, gostaríamos de saber qual é que é o caminho que a Câmara entende, do ponto de vista da receita, para acompanhar o acréscimo de custos, que não seja pela tal capacidade de endividamento da Câmara – e salientando que é muito bom que a Câmara seja uma entidade sólida e que tenha capacidade de endividamento.

Mais nada, só isto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado João Ferreira. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Henrique Falcão.”

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Obrigado.

Relativamente a este ponto, e da análise que pudemos fazer de toda a documentação que nos foi facultada, e atendendo também às limitações que a pandemia trouxe na execução dos projetos, limitámo-nos a ver a legalidade de todos os projetos, e chegámos à conclusão de que foram cumpridas todas as regras, quer contabilistas, quer orçamentais, quer de Lei. E portanto, por esse motivo, vamos votar a favor.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Coucelo, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Este documento, tradicionalmente muito extenso e muito discriminado, mostra, apesar de tudo com alguma clareza, quais foram os principais indicadores da execução orçamental, quer das receitas correntes e de capital, das despesas correntes e de capital, dando a cada um de nós a oportunidade, que também já foi facilitada pelo Sr. Presidente da Câmara, de avaliar como se desenvolveu a atividade camarária ao longo do ano de 2019. Podemos verificar o trabalho desenvolvido nas diferentes rubricas das Grandes Opções do Plano, com a respetiva execução financeira, que cada um com certeza apreciará consoante a sua perspetiva política ou pessoal.

No entanto, não podemos deixar de verificar que, independentemente das opções que cada um eventualmente teria noutra perspetiva político-partidária, aquilo que o Sr. Presidente da Câmara já aqui nos afirmou tem uma extrema importância no que diz respeito ao cumprimento daquilo que estava comprometido para o ano de 2019: uma execução orçamental da receita elevada, de noventa e seis por cento (96%), de acordo com aquilo que está estabelecido, de ter de ser superior a oitenta por cento (80%) em termos legais; uma execução orçamental da despesa com uma taxa de execução de oitenta vírgula seis por cento (80,6%); e nas Grandes Opções do Plano, um valor global de setenta e cinco vírgula noventa e um por cento (75,91%), com, depois, uma discriminação setorial pelas várias áreas, que estão bem exemplificadas num dos gráficos que nos foi facilitado.

Relativamente ao PPI, nós tivemos uma taxa de execução de setenta vírgula dezassete por cento (70,17%), o que me parece globalmente muito bom.

Evidentemente que a Câmara mantém uma estabilidade financeira que é de louvar, mantém a sua capacidade de endividamento. Como podem ver também na pág. 252, a estrutura da dívida da Câmara mantém-se a um nível perfeitamente adequado, há possibilidade de avançar com projetos e de cumprir com os planos que estão estabelecidos.

Evidentemente que o Sr. Presidente da Câmara fez uma análise das áreas que considerou mais importantes, dos múltiplos investimentos, das múltiplas obras, das setenta e cinco grandes obras lançadas, e já nos facilitou a todos a possibilidade de verificar o extenso trabalho que foi feito. Evidentemente que nós queremos sempre que seja mais, e alguns de nós queríamos que fosse diferente, diferente nas áreas de investimento.

Eu entendo que este relatório das contas do ano de 2019 é naturalmente aprovado pela Bancada do PSD, uma vez que ele se situa em níveis muito bons de execução.

E queria responder, aproveitando este facto – o Sr. Presidente é que é a pessoa que terá que responder, mas como é que a Câmara vai fazer obras sem aumentar impostos, os impostos que tem, os diretos, nomeadamente o IMI, o IMT e a Derrama, como fontes de receitas correntes que, felizmente, são transferidas também para despesas de capital, e que nos ajudam a financiar a falta de financiamento do FEDER, dos fundos de coesão, e por aí fora. Portanto, nós conseguimos efetivamente fazer obras, não esquecendo que nós temos a taxa de IMI mais baixa, quando outros Municípios não têm, temos receitas também da água, mas somos os que temos uma água mais barata do Distrito de Leiria, e inclusivamente da maior parte dos Municípios deste país, que não é aumentada há anos – contrariamente àqueles que exploram a água para os Municípios, aqueles grupos que têm administradores muito bem pagos, para facilmente aumentarem os custos da água. E portanto, evidentemente que o que é preciso é uma boa gestão financeira, que é isso que a Câmara tem feito, é gerir bem os dinheiros que consegue captar, e o segredo do sucesso é não gastar mais do que aquilo que se pode, não se endividar para além da sua capacidade de endividar, com razoabilidade, e, naturalmente, é assim que podemos estar confiantes de que o futuro, pese embora toda esta pandemia, e todo o drama que há na atividade económica deste país, que é isso, para além da parte sanitária, a maior fonte de preocupação, naturalmente – é evidente que nós não somos a TAP; se a TAP tem prejuízo, e se a TAP está aflita, o Estado vai lá e mete lá dinheiro, não faz o mesmo nas Câmaras, pode ajudar, mas tem as regras estabelecidas para financiamento das autarquias.

Portanto, eu entendo que a resposta do Sr. Presidente, com certeza será mais importante, mas olhando para aquilo que se passa na Autarquia de Pombal, e nesta questão pertinente que foi colocada, mas ela tem uma resposta que, no fundo, é aquilo que, não sendo eu economista, penso que um economista sensato teria que fazer exatamente aquilo que eu lhe dei como explicação. Se não quisermos aumentar impostos para sobrecarregar as famílias, que é aquilo que eu não sei se nós não iremos ter, fruto do que está a acontecer neste país – neste e nos outros países, e nós não somos um país rico – e portanto, eu não sei se nós não viremos a sofrer, para o próximo ano, de algum aumento de impostos, o que associado à taxa de desemprego que está a acontecer, infelizmente – esse aumento de impostos, como todos nós sabemos, recai sempre, o seu maior volume, sobre a classe média deste país, que é aquela que está habituada a pagar as crises económicas e financeiras de Portugal. Portanto, isso preocupa-nos a todos nós, que vivemos do nosso salário, ou das nossas reformas e do nosso trabalho, e, naturalmente, eu fico pelo menos tranquilo, para já, com aquilo que está expresso neste relatório da Câmara. E por isso, naturalmente, aprovamos este relatório de contas de 2019.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Elisabete Alves, faça favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Vou falar aqui um bocadinho sobre a análise deste extenso e bem feito documento. Analisados os documentos de suporte do relatório de gestão e contas de 2019, e considerando que era um ano em que até a própria conjuntura nacional estava favorável – isso era falado em todo o país, e também lá fora, nomeadamente na Europa – analisada esta documentação, concluímos o seguinte: verificámos um aumento de receitas de capital de oito vírgula setenta e cinco (8,75%) face ao ano de 2018, verificou-se ainda um aumento significativo do valor de transferências de capital da Administração Central, que, no entanto, não se refletiu na execução dos projetos financiados pelo Quadro Comunitário, que tiveram quebras significativas. Verifica-se uma reduzida execução da receita de capital, de apenas sessenta e quatro por cento (64%), em parte também justificada pela ausência da receita para os projetos da Casa Varela e do Parque Manuel da Mota, na não execução da ampliação. As receitas de bens de investimento, venda de lotes, reduziu cinquenta e cinco

vírgula setenta e oito (55,78%) face ao ano de 2018, correspondendo a apenas cinquenta mil, duzentos e oitenta euros (50.280€), um grau de execução orçamental de apenas catorze por cento (14%). O aumento de receitas correntes líquidas, de dois vírgula zero oito (2,08%) face ao ano de 2018.

Nos impostos indiretos, a receita líquida cobrada foi de dez milhões, trezentos e dezassete mil, cento e oitenta e três (10.317.183€), sendo esses impostos indiretos o IMI, IUC, IMT e Derrama, sendo o IMI a maior receita, representando um peso, essa receita líquida, de trinta por cento (30%) da receita corrente global, e trinta e um por cento (31%) da receita líquida, e apresentou uma execução superior ao previsto. Os impostos indiretos aumentaram a receita face ao previsto, o que demonstra que havia condições orçamentais para devolver parte da receita aos contribuintes na participação variável do IRS. O aumento das receitas totais, de sete vírgula noventa e cinco por cento (7,95%) face a 2018. Verificou-se também um aumento das despesas de capital; no entanto, a execução da despesa de capital mostra-se inferior ao previsto, correspondendo a cerca de trinta e oito vírgula vinte e nove (38,29%) da despesa liquidada no ano. O aumento das despesas correntes, de seis vírgula setenta e cinco por cento (6,75%). A maior variação das despesas correntes verificou-se nos subsídios, com um aumento de trinta e cinco vírgula sessenta por cento (35,60%). O aumento de seis vírgula oitenta e seis (6,86%) das despesas com pessoal; o aumento de quatro vírgula zero oito (4,08%) na aquisição de bens e serviços; as Grandes Opções do Plano tiveram uma execução de vinte e dois milhões, cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois euros (22.058.462€), representando um peso de cinquenta e nove vírgula cinquenta e três (59,53%) no Orçamento global do Município. O saldo de gerência, de sete milhões, quatrocentos e três mil, trezentos e noventa e sete (7.403.397€), revela a ineficácia da execução do Orçamento, mau planeamento e mau desempenho no investimento.

Dívidas de terceiros a curto prazo, dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro (2.557.844€), isto de provisões para dívidas superiores a seis meses, no valor de setecentos e sete mil, setecentos e vinte euros (707.720€) – estamos a falar aqui de receitas de dívidas de água, saneamento, RSU, no montante de um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, quinhentos e seis (1.689.506€), que revela pouca eficácia de cobrança.

O aumento de novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois (948.642€) de provisão para processos judiciais com risco elevado de o Município ser condenado. O resultado líquido do exercício de 2019 é de três milhões, duzentos e trinta e três mil, cento e noventa e três, e cinquenta cêntimos (3.233.193,50€), representando uma redução de trinta e cinco vírgula setenta e dois por cento (35,72%). O grau de execução das Grandes Opções do Plano é de setenta e cinco vírgula noventa e um (75,91%), incorporando o saldo de gerência. O grau de execução do Plano Plurianual de Investimento é de setenta vírgula trinta e sete (70,37%), representando um valor de onze milhões, cento e quarenta e oito mil, cento e dezasseis (11.148.116€) de investimento. O grau de execução do Plano de Atividades Municipais é de oitenta e dois vírgula cinquenta e quatro por cento (82,54%), representando dez milhões, novecentos e dez mil, trezentos e quarenta e cinco (10.910.345€) de despesa paga.

O maior desvio entre o previsto e o realizado nas Grandes Opções do Plano é nas funções económicas, que representam uma percentagem de execução de cinquenta e oito vírgula noventa e seis (58,96%), desvio negativo de quarenta e um vírgula zero quatro por cento (41,04%). Estes dados revelam que face à receita disponível, a Câmara podia ter feito um melhor planeamento das obras. Apesar do aumento das transferências de capital, isso depois não se reflete na execução de projetos, e mais uma vez não foi visível uma estratégia concertada de promoção das condições do concelho para a fixação de investimento, pessoas, e para a dinamização do comércio e do turismo – basta atentar nos valores investidos nessas áreas.

E como tal, o nosso voto não pode deixar de ser contra.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou a palavra, pela segunda vez, ao Sr. Deputado João Ferreira.”

João Ferreira (NMPH):

“Saliento que eu não questioneei a solidez financeira da Câmara Municipal, a qual eu entendo que é positiva. No entanto, na hora de nos compararmos, devemos sempre comparar-nos aos melhores. Um mau aluno na escola compara-se aos piores; o bom aluno compara-se aos melhores. Se a solução, do ponto de vista de acompanhar a receita em relação à despesa, passa por aumentar impostos, a primeira coisa que eu tenho a dizer é que, então, somos como a esquerda; a esquerda é que, habitualmente, a solução passa por aumentar impostos. A minha questão foi no sentido de o que é que a Câmara Municipal tem previsto, do ponto de vista do longo prazo – eu não questioneei a questão da despesa, se ela é necessária, ou não, imagino que seja necessária e que seja premente; contudo, do ponto de vista do longo prazo, e do ponto de vista de um economista, é necessário pensar qual é o investimento que a Câmara Municipal tem de fazer, mesmo que seja acompanhado de um acréscimo de endividamento, não pondo em causa a solidez financeira da mesma, para que as receitas da Câmara Municipal se incrementem, sem que para isso seja necessário um aumento, que é a coisa mais fácil de fazer, que é o aumento dos impostos, como seja a questão da água, a questão da recolha dos lixos, do que seja. Aquilo que eu disse, essa é que é a questão, como é que estamos a ver isto do ponto de vista do longo prazo. Por essa questão, e como o nosso Movimento não se identifica com esta forma, por isso iremos votar contra.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor de usar da palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Bem, eu não sei se o deputado João Ferreira me ouviu responder às perguntas que fez; não me ouviu por uma razão simples, porque eu não respondi. E portanto, não podia ter ouvido. Confirma-se que, efetivamente, estas discussões servem para pouco, porque já vimos todos aqui com a nossa ideia perfeitamente definida, independentemente das justificações que possamos ouvir.

Mas, talvez começando pela sua primeira intervenção, deixe-me suscitar esta reflexão: não me parece, olhando para o quadro de despesa de recursos humanos pelo conjunto de Municípios portugueses, que uma taxa de despesa inferior a vinte por cento (20%) do Orçamento em recursos humanos seja um exagero. Deixe-me dizer-lhe que o Município, até há bem pouco tempo, estava nos dez Municípios portugueses que tinham peso inferior das despesas de pessoal, do conjunto global do seu Orçamento. E isto é mais assinalável se tivermos em linha de conta que o Município de Pombal não tem SMAS, que o Município de Pombal não tem empresas a gerir património municipal, que não tem serviços municipalizados de transportes, que não tem nenhuma entidades externas a substituírem-se àquilo que é o tradicional modelo de negócio municipal; é tudo feito em casa, na água, nos resíduos, tirando a valorização e tratamento que fomos obrigados a entregar a terceiros, no saneamento em alta e em baixa, fazemos esse conjunto de investimentos. E portanto, não me parece que esse valor seja exagerado. Mas, podíamos cruzá-lo com outro valor importante para a nossa prestação, que é qual é o peso que têm as despesas de pessoal nas receitas próprias do Município, na justa medida em que elas são decididas pelo próprio, e ainda são inferiores – as receitas próprias do Município são oito ponto noventa e oito milhões de euros (8.980.000€), e as despesas com pessoal são oito ponto setenta e oito (8.780.000€). Portanto, acho que em qualquer circunstância, os valores são muito equilibrados, e que não podemos também deixar de sublinhar a circunstância, que há um

crescente aumento das exigências legais e operacionais que o Estado tem imposto aos Municípios. Não sei se esta será a melhor altura para nós fazermos uma grande reflexão sobre qual é que será esse modelo de estabilidade financeira, numa fase em que se discutem as transferências das praias, das escolas, da ação social, e de mais doze competências que financeiramente podem ter menos expressão, mas que vão ter alguma. E se já era complicado fazermos a discussão sob o ponto de vista das competências, ainda é mais porque ninguém conhece o valor do envelope financeiro que vai ser transferido para os Municípios para poderem corresponder a estas. Aquilo que nós sabemos, pelas contas que fizemos, é que entrará dinheiro para pagar os vencimentos, e mais nada. E mais nada. E nós sabemos, e ainda hoje ouvimos os Srs. Presidentes de Junta, que em alguns casos, os vencimentos que são pagos, em função de carências de recursos humanos, que têm, por exemplo, no campo da saúde, não serão transferidos para o Município porque o Estado hoje não os gasta, mas a necessidade está lá. E nós não vamos querer que, depois, quando tivermos essa competência, continuem estas diferenças assinaláveis porque, justamente, os Srs. Presidentes de Junta e os Srs. Deputados chamarão à atenção para o desequilíbrio de critérios.

Portanto, não é fácil fazer essa previsão, mas deixe-me dizer-lhe que não considero em nenhuma circunstância que haja aqui algum desequilíbrio sob o ponto de vista do peso das despesas de pessoal relativamente às despesas próprias. Primeiro, a maior parte dos funcionários da Câmara recebe pessimamente – podemos estar a falar dos impactos que teve a alteração do salário mínimo, mas na Europa, pagar seiscentos e trinta e cinco euros (635€) a uma pessoa, por mês, não é escravatura? Então, é o quê? Se isto não é escravatura, é o quê? Portanto, percebemos a circunstância.

Mas, também é verdade que há um conjunto reforçado de obrigações que impendem sobre o Município – nós não estamos aqui preocupados a falar por que é que o Município, entretanto, continua a suportar vinte e três por cento (23%) de IVA na iluminação pública. Para quem paga quase dois milhões de euros (2.000.000€) por ano de iluminação pública, pagar seis (6%) ou vinte e três por cento (23%), são mais de trezentos mil euros (300.000€) por ano, que o Estado parece que dá, mas não dá. E é importante nós olharmos para isto.

Em função da ambição que os autarcas tenham, e em função daquilo que possa ser também uma justa manutenção do imobilizado que temos que manter – e os senhores olham para o quadro dos ativos municipais e veem que estão lá cerca de duzentos e trinta e cinco milhões de euros (235.000.000€), temos que fazer as contas de qual é que deve ser o esforço municipal para fazermos a manutenção desse património, em função daquele que tem prazos de vida útil mais ou menos longos, mais ou menos curtos, porque um carro é uma coisa, e esta sala é outra – esta sala foi toda intervencionada. Quem olha para a sala dirá que está tudo na mesma; pois, está tudo na mesma, mas gastaram-se duzentos (200.000€) ou trezentos mil euros (300.000€), e isso passa a não ter uma evidência tão impactante na vida dos cidadãos, porque isto já existia, não é uma coisa nova. Pois, mas aí é que o problema vai começar a surgir. E por isso é que nós, quando percebemos as opções nacionais de transferir os edifícios da saúde quando são do Estado, os edifícios das escolas públicas, quando são do Estado, é isto que o Estado está a fazer: entrega património em mau estado, não garante financiamento para executar as obras, não tem os recursos humanos necessários, e ninguém nos livra de hoje ou amanhã dizer: bem, onde se entendia que era um recurso humano para um rácio de X pessoas, agora é muito mais do que isso, e os Municípios que arranjem forma de resolver o assunto. E vai ser sempre assim, vai ser sempre assim, porque o problema que nós aqui temos não é um problema da gestão das autarquias; o problema que nós aqui temos é um problema da gestão do Estado, que é quanto é que cada um de nós está disposto a pagar para o Estado prestar os serviços que nos presta. E isso, nós já percebemos que há muito tempo que passámos aquela curva – por isso é que são os impostos indiretos, as taxas e as “taxinhas”, é por isso, porque se fossem diretos, os

Adelino Guedes

cidadãos já tinham colapsado. Como está indexado ao seu consumo, vão sendo esvaziados os bolsos em suaves prestações diárias – nos combustíveis, na eletricidade, e por aí fora. Sim, porque um país que teve um superávit orgulhoso no princípio do ano, não reduziu, e veio com aquela conversa da redução do IVA da eletricidade, mas tinha que ir a Bruxelas, tinha que ser progressivo. Até ao final do Covid, vamos continuar a pagar os vinte e três por cento (23%), e depois havemos de continuar a pagar, porque tivemos o Covid. Portanto, não tenho grande expectativa relativamente a isto.

O Dr. João falou numa matéria importante, que tem a ver com a eficiência dos recursos. Eu acho que este é o desafio; o desafio que o Município deve ter em todas as circunstâncias é, na gestão do nosso património, nas obras, nas prioridades, na afetação dos recursos, estamos a fazer o que sabemos para maximizar a nossa operação, reduzirmos os nossos encargos, e traduzirmos essa vantagem para a vida dos cidadãos? Temos que pensar, por exemplo, por que é que a água não é aumentada em Pombal há dez anos, por que é que a água, não sendo aumentada, e estando sujeita a uma avaliação da Entidade Reguladora do Setor das Águas e dos Resíduos, todos os anos tem o plano tarifário aprovado. Mas, há uma fiabilidade reduzida porque o sistema é mais precário? Não. A qualidade da água é abaixo da média nacional? Não, às vezes até é acima. O nível de cobertura dos cidadãos é curto, porque se fizeram os investimentos apenas para os sítios mais populosos, e temos os outros fora de abastecimento? Não, é integral. Então, os senhores têm uma rede completa, da alta à baixa, aduzem, armazenam, transformam, antes disso trataram, entregam, vendem, faturam, cobram, recebem, fazem isso tudo dentro de casa, com estes recursos que têm, e a água não sobe? Como é que isto se faz? Faz-se com eficiência – faz-se com eficiência administrativa e financeira, e faz-se com eficiência operacional. Por isso é que há pouco eu referenciava os dez por cento (10%) de aumento do volume de águas faturadas, relativamente às águas residuais; se a proporção de novas famílias não acompanha essa dimensão de clientes, ou de novos clientes, como é que se fez isto? Eficiência. E esse é o trabalho que nós temos de fazer, para traduzirmos para os nossos clientes, que para mim são os nossos acionistas, que são os donos disto tudo, as vantagens da boa gestão municipal, não é tirar essas receitas no final do ano, chamar-lhes dividendos, e levá-los daqui para fora, é deixá-las cá. E nós, o que temos feito nos últimos anos é traduzir esse esforço interno – que não é apenas controlado por nós; é visto pelas entidades reguladoras, dizendo que essa mais valia, essa capacidade de gestão fica no Município, e o Município tem optado pelo não aumento dos preços. E isto tem acontecido em várias áreas. Vamos chegar a uma altura em que a nossa capacidade está no limite? Admito que sim. Há muitos anos que disse aos nossos colaboradores mais diretos que tratam destas matérias: enquanto não esmagarmos todas as operações que nos possam ainda ter gorduras suficientes para serem esmagadas, não me falem em aumentar preços, porque essa é uma obrigação de quem está na operação e de quem está no controlo. E é isso que nós temos conseguido fazer. Isto não é por acaso; estamos a fazê-lo com esta intenção, sem diminuir a qualidade do serviço, sem diminuir a fiabilidade, e sem diminuir os investimentos que temos de fazer – ainda hoje, a reunião de Câmara aprovou uma intervenção importante para um reservatório do Arão que, aliás, estava na alteração que, há pouco, aqui foi ratificada pela Assembleia Municipal relativamente a esse conjunto de investimentos. E portanto, isso tem que continuar a existir, e eu quero, de facto, que o consigamos fazer.

E depois, temos a política de investimentos. Se houver financiamento comunitário, conseguimos fazer a bacia de retenção? Conseguimos. Mas, se não houver financiamento comunitário, ela continua a ser uma prioridade, continua a ser uma preocupação, mas nós, se calhar, temos de arranjar aqui uma solução financeira, ou não fazemos tudo ao mesmo tempo, ou temos que ir à banca, ou temos que arranjar receitas de outra forma. E esta é que é a questão preocupante. Por quê? Porque percebemos que à medida que a Administração Central vai asfixiando de competências operacionais os Municípios, retirando-lhes

capacidade de decisão, infelizmente, na Associação Nacional de Municípios, a maior parte dos autarcas entendeu que isso era um reforço de autonomia. Eu tenho ideia completamente diferente, isso é uma amputação da autonomia, porque a verdadeira capacidade da Câmara, da Assembleia Municipal, de decidir o seu destino deixa de existir. Por quê? Porque estamos asfixiados nas obrigações legais que o Estado para cá transferiu, que nós aplaudimos muito satisfeitos, e que nos consomem os recursos, e que fazem de nós “governantas” dos Centros de Saúde e empregados nas escolas para limpar o chão. É isto que passam a ser os Presidentes de Câmara, enquanto representantes das entidades com estas obrigações. Eu acho que isso está tudo mal – está mal no conceito, está mal no fim, está mal no propósito, está tudo mal. Não quero saber se o meu Partido tem uma grande opinião sobre o assunto; eu, enquanto autarca há vinte e cinco anos, acho uma má solução, porque nos tira a autonomia.

E portanto, o processo autárquico tem todo o aspeto de se tornar altamente desinteressantes nos próximos anos, porque se não houver meios para fazer as coisas, dedicamo-nos a quê? A pintar paredes, a pagar vencimentos, a limpar ruas, a recolher lixo, a vender água? Então e os projetos de inovação tecnológica, de eficiência, de ação social, de potenciação do sucesso escolar, de reforço das infraestruturas, de investimento nas freguesias, de ampliação das redes – como há pouco falava o Sr. Presidente da Junta de Vermoil, acerca da rede de saneamento, e com razão, temos de lá chegar; e não falou a Sra. Presidente da Junta de Abiul, que tem zero, com cento e picos lugares, zero por cento (0%) de cobertura. Estes é que são os grandes desafios. E portanto, eu espero que nós consigamos ter a estrutura equilibrada.

O que é que quero dizer com isto? Nas questões operacionais, a Câmara tem, nas chefias e nos técnicos superiores, equipas que têm muita noção e conseguem cumprir esta missão bem. Poderá haver áreas onde precisamos de investir mais? Não tenho dúvidas nenhuma. Há pouco, o Sr. Deputado Vítor Gomes falava de uma área essencial, falava dos jardins, a pôr o dedo na ferida, que eu tenho que reconhecer que é justíssimo. Da mesma maneira que não era muito compreensível que o Município de Pombal não tivesse um técnico superior – um técnico superior – a acompanhar as matérias da educação, até 2013, também é razoável pensar se as estruturas que temos tido a coordenar os espaços verdes e os jardins são adequadas, desde que saiu de lá o último técnico superior. Não são; mea culpa. Nos últimos seis anos, mea culpa, com consequências para essa perceção pública que os senhores aqui testemunham, e que eu também testemunho. Já nem vou falar das podas e das catedrais góticas que fizemos nos últimos quarenta anos – porque estas catedrais não foram feitas em um ano; foram feitas nos últimos quarenta. Eu lembro-me das histórias de antigos Presidentes de Câmara – não era o caso do Eng.º Narciso Mota, mas outros antes dele – virem para a rua dar instruções de como é que se havia de podar. Está tudo dito.

Bem, Sra. Deputada Elisabete Alves, fez aqui algumas observações, eu vou apenas fazer uma pequena observação sobre o seguinte: as transferências de capital, no caso do Município de Pombal, só se conseguem executar na justa medida em que as obras forem feitas. Portanto, o que nós inscrevemos na receita de capital é o valor dos contratos, quando fazemos o documento previsional das receitas; aquilo que se inscreve na prestação de contas são as receitas transferidas, o que significa que a obra pode estar feita, pode estar paga, e não ter tido um único tostão devolvido do financiamento comunitário para essa obra – porque há dúvidas, porque há atrasos no processamento, porque ainda não foi feita a apreciação dos pedidos de pagamento, por qualquer circunstância. Mas, isso não significa que os trabalhos não estejam concluídos. E aqui, reitero aquilo que digo sempre: nós temos uma prestação de contas que assenta exclusivamente na ótica do pagamento e do recebimento. E não é verdade que tudo o que tenha sido feito esteja por pagar, ou que esteja tudo pago. Por quê? Porque há muitas coisas que podem estar feitas, e ainda nem faturadas foram, e em alguns casos podem estar com faturas em conferência – há pouco eu falei, eram

duzentos e oitenta mil euros (280.000€) de faturas em conferência a 31 de dezembro. Se multiplicarmos isto por dez ou doze meses de faturação, percebemos que temos ali três (3.000.000€) ou quatro milhões de euros (4.000.000€) que estão sempre a rodar, que têm a ver com estas circunstâncias.

E era só. Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Passamos, então, à votação deste ponto.”

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 11 votos contra, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais, Certificação Legal de Contas e do Relatório do Auditor Externo – Ano de 2019.

Mais foi deliberado aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo do Artigo 76º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sobre as Contas Individuais do Município de Pombal - Ano de 2019 - Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer usar aqui da palavra? Alguém se inscreve para intervenções? Este ponto é apenas para conhecimento.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.5. Apresentação e discussão do Balanço Social referente ao ano de 2019 - Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer falar? Ninguém se inscreve neste ponto?”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2019.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer usar da palavra aqui, ou abrimos as inscrições? Quem é que se inscreve neste Ponto n.º 2.6? Sra. Deputada Elisabete Alves, pode usar da palavra, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Muito rapidamente, só dizer que mantendo o nosso sentido de voto, também do voto que tivemos no Ponto n.º 2.3, vamos votar contra, pelas mesmas razões.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente, não quer usar da palavra?”

Vamos passar à votação.”

Colocado o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2019 a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 10 votos contra.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo do Artigo 76º e 77.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, sobre as Contas Consolidadas do Município de Pombal – Ano de 2019 - Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer usar da palavra aqui neste ponto? Não há inscrições?”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.8. Apresentação e discussão do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana, E.E.M. e respetivo Relatório do Fiscal Único – 4.º Trimestre de 2019 – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer usar da palavra neste ponto? Alguém se inscreve?”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.9 Apresentação e discussão do Relatório de Gestão e Prestação de Contas - Exercício de 2019 - da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana, E.E.M. – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se inscreve neste ponto? Sra. Deputada Fernanda Domingues, se faz favor.”

Maria Fernanda Domingues (NMPH):

“Muito boa tarde. Os meus cumprimentos a todos os presentes.

Neste ponto onde se discute o relatório de gestão e prestação de contas da PMUGest, refiro que esta empresa, desde que foi criada, como é do conhecimento geral, não deu prejuízo. Lamentamos que pela primeira vez apresente prejuízo no exercício do ano de 2019.

Por diversas vezes, quer no Executivo, quer na Assembleia Municipal, alertámos para problemas detetados na PMUGest, porque se esqueceram de proceder à revisão da tabela de preços, de acordo com o aumento dos custos, quer nos combustíveis, quer nas prestações sociais. A PMUGest não rentabilizou a atividade, nem conquistou novos clientes.

A questão que se coloca é a seguinte: saber se o Sr. Presidente foi, ou não, acompanhando a gestão da PMUGest, e o que pensa fazer para inverter estes resultados.

Agora que vivemos num período de pandemia e de profunda depressão económica e social, podemos esperar nos resultados de 2020 uma grande preocupação. Considerando o que poderá ser o segundo ano de prejuízos, continuaremos na linha vermelha, cujo limite são

três anos de prejuízo consecutivos, pondo em causa a viabilidade legal e económica da empresa municipal.

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente, quer responder? Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Quero, sim, muito obrigado.

Sra. Deputada, não sei qual terá sido a sua fonte para chegar à conclusão de que não havia mais clientes, porque o quadro que avalia o peso do Município nas vendas e prestação de serviços – que, no fundo, é aquilo que nos dá a oscilação do número de clientes, e o peso que essa faturação tem no conjunto global da empresa – está em decréscimo desde o ano de 2013, ano em que atingiu o seu pico, em cinquenta e sete por cento (57%). Em 2013, o Município tinha um peso de cinquenta e sete por cento (57%) nas vendas e prestação de serviços. Nesta altura, é cerca de quarenta e sete por cento (47%), o que significa que isso, porque não houve uma redução dos valores de faturação, se traduziu em novos clientes. E portanto, não sei qual será a sua fonte para concluir matéria diferente.

Mas, se terá feito bem a leitura do relatório de 2019, já se distraiu na leitura do relatório de 2020, porque se tivesse lido o relatório de 2020, o primeiro trimestre – e portanto, antes do Covid, é verdade – já ficava bastante mais tranquila relativamente àquilo que foram os efeitos de algumas alterações, e aquilo que se traduz neste relatório que está no ponto seguinte, e onde percebemos, efetivamente, que os valores positivos voltaram a existir. Mesmo que não tivesse existido uma substancial alteração de comportamento ou a atualização dos preços, só o simples facto de termos duas das unidades, que foram sempre deficitárias na sua exploração, o Café Concerto e o Teatro Cine, o facto de estarem fechados significa que é sempre bom na perspetiva financeira, o que significa que pelo menos não contam para negativos, e isso aconteceu, infelizmente, nestes primeiros três meses.

Mas, quero dizer-lhe que nós quisemos diversificar as atividades desenvolvidas, e há pouco, quando se falava das questões das florestas, o desenvolvimento de um setor ligado à agrofloresta, não apenas dedicado ao Município, mas a todos os cidadãos, foi uma aposta que se fez com esta administração, precisamente porque era um serviço que era útil, era procurado, e a própria Lei determinava-o de forma bastante vigorosa. E nós não ficamos satisfeitos em apenas fazer essa exigência, em muitos casos, como o caso do Concelho de Pombal, pese embora ser o concelho com maior área florestal do seu centro litoral, não tínhamos soluções nas empresas, às vezes nos privados, de forma muito insipiente, pouca organização. E aquilo que se organizou foi, de facto, um serviço agroflorestal, que tem um conjunto de missões a fazer. Alguns dos Srs. Presidentes de Junta que aqui estão, nas treze frentes de trabalho que desenvolvemos precisamente para corresponder, por exemplo, à execução das faixas de gestão secundária das nossas florestas, pedem orçamentos à PMU. Mas, se a PMU não tiver orçamento adequado, os Srs. Presidentes de Junta fazem o que eu faria: não lhes entregam. E por isso é que é importante haver uma eficiência neste trabalho. Eu percebo que seja bastante mais fácil fazer as coisas ao contrário, que é identificar quais são as carências, fazer contratos à medida das carências, fazer as transferências por conta desse contrato, mesmo que esses serviços possam não ser precisos, ou não possam ser feitos. E eu discordo disso; discordo disso, não acho razoável que o contrato que existe entre o Município e a PMU, por exemplo, para a limpeza de dez mil metros cúbicos de saneamento por ano, fique apenas naquele valor, em função do preço que nós praticamos. Por quê? Porque a empresa tem que ser eficiente e tem que ter iniciativas para ganhar mais clientes, para ser mais autónoma, para faturar mais, e modificar as suas formas de trabalho para poder rentabilizar os recursos que lá tem. Isso é que eu acho que é importante. E a empresa, que começou por ter esta virtude no campo social, sob o ponto de vista da preparação dos cidadãos, sob o ponto de vista da sua integração em cenários laborais e do

acompanhamento social que simultaneamente eles precisavam, e formativo, hoje tem que olhar para o mercado de forma distinta, porque cumpre missões que nós apreciamos, porque tem metas a cumprir, e tem a Lei também para o fazer. E essa deve ser uma exigência, que a responsabilidade de quem gere não pode ficar esquecida, independentemente do apoio e do controlo que possa fazer o Presidente da Câmara – o Presidente da Câmara não tem nenhuma varinha de condão; agora, chama à atenção e respeita as liberdades gestonárias de cada uma das áreas onde nós temos a respetiva participação social. Neste caso, temos uma posição integral, de cem por cento (100%) do capital, mas, mesmo assim, eu respeito bastante a administração. Não dou instruções diretas à administração em matéria nenhuma; posso fazer uma sugestão, aqui ou ali, e chamar à atenção, por que é que, às vezes, há distração – ou como lhe chamei há bem pouco tempo, relativamente ao tempo de resposta, que me pareceu inadequado, para não fazer cobrança de estacionamento de duração limitada, quando ela já estava parada em muitos sítios. Ai, senti-me na obrigação de o fazer. Ou quando chamo à atenção – há pouco, o deputado Henrique Falcão não falou disto, objetivamente, mas eu senti que essa observação tinha a ver – quando, por exemplo, nas Festas do Bodo, inexplicavelmente, os parques subterrâneos estão fechados. Isso são coisas que eu não consigo perceber, porque não há nenhuma instrução para que isso aconteça; isso é falta de cuidado, é falta de atenção, é uma falta de vivência do território que é lamentável. A Câmara não precisa de estar a dizer: “Não se esqueça que vamos para o Bodo, não se esqueça que tem que abrir estacionamento”, não se esqueça que tem que abrir, não se esqueça que tem que fechar, não se esqueça que tem que vigiar. Isso é uma obrigação de quem lá está, eu não vou perder tempo com isso; as pessoas que lá estão, têm que saber o que é que têm que fazer, e têm que cumprir, temos de respeitar. E acreditem que elas são capazes, eu acho que são.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.10. Apresentação e discussão do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana, E.E.M. e respetivo Relatório do Fiscal Único – 1.º Trimestre de 2020 – Para conhecimento.


Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Intervenções neste ponto? Não havendo, Presidente, quer falar deste ponto?”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contratação de Empréstimo Bancário para Investimento até ao montante de € 5.804.635,03.

A Presidente da Assembleia Municipal, colocou a discussão a proposta da Câmara sobre Contratação de Empréstimo Bancário para Investimento até ao montante de € 5.804.635,03, conforme proposta da Câmara constante da deliberação que se transcreve:


Schlunz

“Ponto 2.14.1. Contratação de Empréstimo Bancário para Investimento, até ao montante de € 5 804 635,03

Foi presente à reunião a informação n.º 26/EMPEACI/20, da Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico, Auditoria, Controlo e Investimento, datada de 08.06.2020, que a seguir se transcreve:

“Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA INVESTIMENTO, ATÉ AO MONTANTE DE € 5 804 635,03 €

Sr. Presidente,

Tendo em conta a deliberação da Câmara Municipal de 08 de Maio último, relativamente ao assunto acima referido, informo o seguinte:

- 1. Decorrido o prazo necessário à audiência prévia dos interessados, não foi recebida qualquer reclamação relativamente à análise e ordenação das propostas apresentadas.*
- 2. Nesta conformidade, sugere-se que a Câmara Municipal contrate o referido empréstimo bancário junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, nas condições propostas.*
- 3. Mais se sugere que, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, na sua actual redação, conjugada com o n.º 4 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013 de 15 de Setembro, na sua actual redação, seja submetido à Assembleia Municipal o pedido de autorização da referida contratação, cujo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, consta em anexo, bem assim, cópia da consulta efectuada e respectivas propostas recebidas.*

À Consideração de V. Ex.ª,”

Junto encontra-se o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, o qual se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado nos respetivos serviços.

A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter o pedido de autorização da contratação à Assembleia Municipal, nos termos propostos na informação supratranscrita.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se inscreve neste ponto? Começo pelo Sr. Deputado João Coucelo, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“A minha intervenção é muito breve, é porque naturalmente que ficamos satisfeitos. Este ponto foi aprovado por unanimidade na Câmara, porque a contratação deste empréstimo é para investimentos em redes de saneamento, que é uma das áreas em que o concelho mais carente está. E portanto, é de louvar que tenha sido feita esta opção.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Henrique Falcão, se faz favor.”

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Também vou ser muito breve. É só para dizer que na primeira comunicação e na receção da documentação inicial, estar a votar este ponto seria um bocadinho como votar em branco. Após o segundo e-mail, em que nos enviaram o quadro com as explicações e os critérios, aí sim, compreendemos, analisámos e validamos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Também para dizer, muito rapidamente, que o nosso voto obviamente é favorável, porque é manifesta a necessidade. Para além disso, a melhor proposta que surgiu foi, realmente, da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, segundo analisámos pelos documentos que nos foram fornecidos.

Não podemos é deixar de lamentar termos chegado a este ponto de necessidade de contratar empréstimo até cinco milhões, oitocentos e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco (5.804.635€) para executarmos o saneamento nestas zonas, quando já poderiam ter sido efetuadas há muito tempo. E nisso, o Partido Socialista tem vindo, nos vários Executivos do PSD, a reclamar essa situação. E portanto, por ineficiência desses Executivos, má escolha nas prioridades, não o fizeram anteriormente, não aproveitando a ajuda que veio dos fundos europeus outrora disponíveis.

Deixando este aparte e este lamento, pergunto ao Sr. Presidente, e que nos diga, então, qual a taxa de saneamento atual do concelho, ou que nos lembre essa taxa de saneamento atual do concelho, e qual é a que vai ficar efetuada com a concretização destes projetos a que respeita este empréstimo.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente da Junta de Almagreira, Humberto Lopes, se faz favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Eu tinha que falar neste ponto, porque são mais três anos depois, eu vejo aqui uma boa notícia para a Freguesia de Almagreira, porque não respondendo diretamente, daquilo que eu tenho conhecimento, aqueles lugares – os Barros da Paz, Assenha da Paz, Reguengo, Gregórios, S. João da Ribeira, Barbas Novas – serão pela primeira vez contemplados com uma rede de saneamento básico que todos deveríamos ter nas nossas casas, quer vivamos em aldeias, quer na cidade. E por isso é que eu tinha que dizer aqui publicamente, e agradecer à Câmara Municipal, foi esta a ferramenta que foi encontrada, e bem, percebi que é unânime.

Tinha aqui uma nota, mas o Sr. Presidente da Câmara já fez questão de me explicar há bocadinho, tinha aqui uma notícia da APIN, uma associação que foi criada aqui ao lado, com os Municípios, por exemplo, de Ansião, a tal associação intermunicipal para promover, teoricamente mais rapidamente, estas questões de saneamento e águas. Mas, pelo que eu percebi nos últimos dias, com o aumento da água – ou seja, alguém tem de pagar a fatura das redes – a população tem-se manifestado, as Câmaras, pelo que eu tenho lido, de Ansião, Penela, por aí fora, têm voltado para trás, e não sei agora qual é que vai ser o futuro daquela associação. E a pergunta é se o Município de Pombal irá por aquele caminho – e eu peço já, e está aí o Eng.º Narciso Mota, que sempre defendeu, noutras iniciativas, que a água nunca devia ser entregue a estes sistemas um bocadinho duvidosos, públicos, privados e companhia, e é esse o apelo que eu faço também ao Município neste momento.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Deputado, faça favor.”

Aires da Ponte (NMPH):

“Muito boa tarde. Cumprimento a Sra. Presidente, e na pessoa dela, a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara e todos os vereadores aqui presentes, assim como todos os deputados municipais, incluindo os Srs. Presidentes de Junta.

Tendo em atenção a capacidade de endividamento da Câmara para poder fazer este tipo de créditos, e sendo a obra em causa uma obra urgente e necessária, entendemos dar o nosso parecer favorável a este empréstimo, dado que analisadas as propostas bancárias, foi escolhida aquela que ofereceu as melhores condições. E portanto, há que avançar num trabalho, que já é tarde, como dizia o Sr. Presidente da Junta de Almagreira, para uma freguesia mais beneficiada nisto.

É só.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Aires da Ponte. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta da Guia, Ilha e Mata Mourisca, Gonçalo Ramos, se faz favor.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“À semelhança do meu colega, eu também não poderia deixar passar em branco a oportunidade de agradecer à Câmara pelo investimento e pela ação de intervir em duas zonas importantes da freguesia, ao nível do saneamento – de facto, um pedido reiterado aqui neste órgão. E portanto, deixar este agradecimento.

E ao mesmo tempo, pedir para que este trabalho não pare. Como disse há pouco, e bem, há muito ainda por fazer, inclusivamente na União de Freguesias, onde temos zonas da freguesia com aglomerados populacionais significativos que não têm ainda projeto, e eu queria deixar aqui o pedido para que se avançasse com o projeto para essas zonas, porque é, no fundo, uma ação que não invalida a outra.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou ainda a palavra ao Sr. Presidente do Louriçal, José Manuel Marques.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente, da Câmara, eu agradeço, enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal, é um passo importante também, até porque está em causa o saneamento no Casal da Rola, que é tão importante, a segunda maior aldeia da freguesia. É uma ambição que aquelas populações já tinham há largo tempo. E penso que este empréstimo, sem dúvida, todos nós estamos conscientes de que é uma mais valia no desenvolvimento económico.

É claro que não conseguimos fazer tudo, e tão rápido quanto gostaríamos, mas fica ainda uma boa parte da freguesia, e temos aqui ainda uma negociação bastante difícil entre a Câmara Municipal de Pombal e a Câmara Municipal da Figueira da Foz, que são as Matas do Louriçal, Cipreste, Torneira, e possivelmente chegaríamos às Cavadas. Depois, temos ali também aquela situação, tendo o emissário de Carnide, que vai até à estação elevatória, e depois a estação de tratamento do Louriçal, situada nos Casais do Porto, que tem a capacidade, e que nós nunca nos manifestámos contra, porque sabemos que as infraestruturas ali criadas têm qualidade. E hoje, se isso não acontecer – deixo aqui este alerta – se um dia a estação de tratamento deixar de estar a trabalhar a cem por cento (100%), irá refletir-se logo na cultura do arroz, porque onde aquela água está a ser utilizada é precisamente no regadio da parte mais alta da bacia do Pranto, onde eu, por conhecimento próprio, sei que se o arroz tiver azoto a mais, ele não dará qualquer tipo de produção. Portanto, é preciso perceber que todos estes esgotos que vão ser enviados para a estação de tratamento do Louriçal vão ter que ter em conta uma atenção redobrada, porque um dia estão em causa todos os campos do Mondego, ali a bacia do Pranto, que vai até Alqueidão, e que pelo menos a parte do Porto Ferro e toda a parte nascente, que também apanha o Concelho de Soure, é para aquele regadio, vem do Rio Pranto, e agora, com esta estação de tratamento, toda a água que vai saindo dali, de tratamento de esgotos, é aproveitada no regadio.

A atenção que eu aqui deixo é que a vigilância desta estação de tratamento e, se calhar, quem sabe, o aumento e o investimento em novos equipamentos, com todo este saneamento ligado, que vem desde Carnide, é uma atenção que vamos ter, com certeza, mas tenho a certeza absoluta que se continuar como está, ninguém até hoje se queixou que está a fazer um efeito negativo na produção do arroz.

De qualquer forma, aqui a minha palavra é mesmo no agradecimento, e chamo, então, à atenção, tendo aquele emissário que passa junto a S. João da Ribeira, e do lado de cá é Vale da Cabra e Casal do Queijo, fará sentido, num próximo investimento, fazermos aquele

saneamento, até porque ficará a um custo muito mais económico, não tem qualquer estação elevatória, nem nada desse género.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente Diogo Mateus, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Bem, vale a pena talvez começar por fazer a referência de que se os financiamentos comunitários previstos no Plano Operacional da Eficiência dos Recursos e Energia não tivessem sido canalizados apenas para alguns Municípios e empresas criadas para esse efeito, nós porventura não estaríamos, nesta fase, a ter que contrair este empréstimo. E portanto, a primeira nota, isto resulta de políticas nacionais, na afetação dos recursos públicos que estão disponíveis para os trabalhos de saneamento; o Município, no primeiro mandato, executou integralmente os valores a que tinha direito, que eram apenas três milhões de euros (3.000.000€), e só nesse mandato lançou-se o emissário de Carnide até ao Louriçal, que são três milhões e meio de euros (3.500.000€) de investimento, são dezassete quilómetros com coletor que tem quatrocentos milímetros nas zonas mais extensas, e que anda a profundidades de dois, três, quatro ou cinco metros. E esta foi a opção política que nós tomámos. E portanto, aqueles que, às vezes, gostam de fazer observações sobre que é tudo de curto prazo, e para as eleições, eu não sei se na história deste concelho alguma vez se lançou, com recursos próprios do concelho, projetos de saneamento com esta dimensão. E portanto, eu não subscrevo as palavras, há pouco, da Sra. Deputada Elisabete Alves sobre a ineficiência dos Executivos relativamente às questões de saneamento. Só, de facto, quem não conheça o esforço que foi feito na execução do documento estratégico de enquadramento para a gestão das águas e saneamento, a política de expansão da rede de águas e sua reformulação, e no saneamento em concreto, toda a candidatura feita, desde a ETAR de Almagreira, a ETAR do Louriçal e a ETAR de Pombal, com a reformulação de múltiplos sistemas, e com a remoção de estações elevatórias, e com ganho de eficiência na gestão de todo o sistema, é que pode dizer uma coisa dessas. O que não nos podemos esquecer é que nós estamos num concelho com uma grande dimensão, e portanto, não fazemos isto com meia dúzia de tostões; são anos e anos de investimento, a alterar projetos, a eliminar ETAR's – Albergaria dos Doze já não tem ETAR; quando foi construída a ETAR de Albergaria dos Doze, o pressuposto é que era impossível fazer a emissão das águas residuais de Albergaria até Pombal, e hoje é isso que acontece. Hoje, é isso que acontece. Queremos fazê-lo também na Redinha, para que o Anços não seja mais destino final de águas residuais tratadas, por muito eficientes que possam ser; queremos o Rio Anços com essa naturalidade, e temos que encontrar soluções para isso, e estamos a trabalhar com os Municípios aqui ao lado. Temos que encontrar soluções partilhadas, porque se for útil fazer o trabalho, como dizia o Sr. Presidente da Junta, de Torneira e Serreão, Matas e Ciprestes, com a Figueira da Foz, que se faça. Se for útil fazer o tratamento das águas residuais de Água Formosa para os SMAS de Leiria, que se faça, como foi útil fazer o abastecimento de água à Lagoa de Santa Catarina ou aos Cardais, lá em baixo, no sul da Freguesia de Abiul, com Ourém, e hoje a água até é fornecida pela Veolia, pela Be Water, por uma empresa concessionada, a quem nós pagamos. Mas, não fizemos as obras.

Portanto, essas soluções devem existir; esse conceito material de divisão administrativa, que não entra aqui e não vai ali, não tem muito significado. Não significa – e respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Almagreira – que me passe pela cabeça que o Município não seja dono e senhor de todo esse sistema. Mas, Srs. Deputados, como os senhores já perceberam, os Srs. Vereadores mudam de opinião muito rapidamente, condicionam-se por múltiplos fatores. E eu posso responder por mim. Mas, como sei que o Eng.º Narciso Mota

está comigo, tenho a certeza absoluta de que nós nunca vamos mudar isto, pelo menos enquanto eu cá estiver. Esta matéria, julgo que é pacífica.

Sobre a pergunta concreta da Dra. Elisabete, relativamente à cobertura: eu calculo que queira saber qual é o número de contadores, de ramais de saneamento, sobre o número de contadores de água. Por quê? Eu vou fazer-lhe esta pergunta: porque eu posso ter uma empresa que, ao ser tratada a sua água residual, é muito mais impactante do que um domicílio. E portanto, as contas não são tão fáceis de fazer nessa perspetiva, que é dizer: se o Município vende quatro milhões de metros cúbicos de água, devia tratar quatro milhões de metros cúbicos de água. Errado, tem infiltrações, tem zonas em que fornece a água, mas em que não a consegue tratar, e tem água que é rejeitada, que não vendeu. Isto faz parte do sistema em todo o mundo. Se quisermos fazer as contas, é dizer assim: quantos contadores temos? Trinta e quatro mil e trinta e seis. Quantos ramais de esgotos fizemos? Dezoito mil, quinhentos e quarenta e nove. O quociente de dezoito mil, quinhentos e quarenta e nove sobre trinta e quatro mil e trinta e seis e perspetiva. Se associar aqui os caudais, vai ter um valor (...) e tivemos mais dez por cento (10%) de tratamento de água, que não resulta apenas desses novos ramais; pode resultar de um aumento das águas que são remetidas para dentro do sistema, e que nós estamos a controlar – não se esqueça que nós só podemos fazer essas contas em função da água que faturamos, que essa é a que nós sabemos que pomos dentro do sistema. Portanto, os números andarão por aqui.

Fazendo estas contas, significa que cerca de três mil e duzentas novas famílias serão beneficiadas, que junto aos dezoito mil, ficamos com cerca de sessenta e picos por cento da nossa população servida, e portanto, temos aqui um crescimento que variará entre os quinze (15%) e os dezassete por cento (17%), relativamente àquilo que temos hoje. Isto em números muito redondos.

Muito obrigado.”

seis daria cinquenta e cinco por cento (55%), nesta

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.”

Colocado o assunto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara respeitante à Contratação de Empréstimo Bancário para Investimento até ao montante de € 5.804.635,03.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contratação do Fornecimento de Gás Natural para os Edifícios Municipais - Assunção de Compromissos Plurianuais.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer falar primeiro, ou ouvir os Srs. Deputados? Quem se inscreve neste ponto? Não havendo inscrições, vamos passar à votação imediata.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta da Câmara sobre Contratação do Fornecimento de Gás Natural para os Edifícios Municipais - Assunção de Compromissos Plurianuais.

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Minuta da 3.ª Modificação de Contratos Interadministrativos – Gestão de Combustível.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer usar da palavra aqui? Inscrições? Temos as inscrições do Sr. Deputado Vítor Gomes e do Sr. Presidente da Junta do Louriçal.”

Vítor Gomes (PS):

“Nós estamos em plena época de incêndios, e nós gostávamos de saber, efetivamente, o que é que já está feito. Eu sei que a tarefa não é fácil, sabemos que a tarefa vai ser hercúlea, há muita faixa por limpar, mas gostávamos de saber quais foram já as áreas limpas no âmbito desta faixa de gestão de combustíveis, gostávamos de saber se houve proprietários notificados ou sensibilizados para limparem a sua floresta nestas faixas de gestão de combustível, e se a Câmara teve alguma ação junto às freguesias, com a colocação de editais e avisos à população para esta problemática.

Nós sabemos que é impossível evitar os incêndios, mas se os pudermos minimizar, seria muito bom.

Gostávamos de saber também do Sr. Presidente se nos pode garantir, para evitar situações que já aconteceram no passado, se todas as bocas de incêndio foram inspecionadas, verificadas na sua operacionalidade, e se nos pode garantir que isso, efetivamente, vai funcionar em caso de necessidade.

Em relação a isto, é o que nos apraz saber.

Em relação ainda à minha intervenção anterior, eu não pedi na altura a palavra para defesa da honra, mas vou fazê-lo agora. O Sr. Presidente, quando não gosta das críticas, normalmente responde de modo agressivo, e muitas vezes a raiar a má educação. Eu não fiz isso consigo, e espero que não volte a fazer comigo. O senhor chamou-me ignorante, que não sei ler, chamou-me mentiroso, coisa que eu abomino. Eu sei que na sua doura e suprema sabedoria, considera-se, com certeza, um ser superior em relação aos outros; não é o meu caso, e digo-lhe sinceramente, não sou espelho de ninguém.

Em relação a estas obras, o senhor falou, e falou bem, que, evidentemente, o senhor não pode ter uma equipa de bons jardineiros a ganhar seiscentos e trinta e cinco euros (635€) por mês – que não é ganhar, não recebem sequer. Isso é um facto, e é realmente preocupante. Mas, quem faz este serviço é a PMU, em regime de prestação de serviços, e a Câmara paga-lhe – suponho eu que seja assim. O senhor tem também autonomia para poder fazer, em relação a outras empresas de prestação de serviços que percebam de jardinagem, o senhor tem toda a autoridade para o fazer. Se esta não presta um bom serviço, então contrate-se uma empresa que o preste. O senhor tem essa autoridade.

Em relação à requalificação do Largo da Estação, o senhor respondeu à pergunta que eu lhe fiz, disse quem eram os proprietários. Aquela requalificação é, de facto, urgente, aquele espaço precisa de ser deveras bem arranjado, e aquilo que lá está é degradante, de facto. Eu, sinceramente, não lhe avizinho facilidades nas negociações daquele espaço, para aquisição daqueles terrenos. Espero sinceramente que o senhor tenha sucesso – sinceramente lhe digo, espero que tenha sucesso nas negociações, e que leve a bom porto a execução daquela obra. Espero sinceramente, e digo-o sinceramente.

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente da Junta do Louriçal, se faz favor.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria – e aqui, vou demorar um bocadinho mais, porque há aqui questões que são extremamente importantes, e para toda a Assembleia perceber, porque também sabemos que estamos no terreno todos os dias, e vamos verificando aquilo que vai melhorando, e aquilo que ainda falta fazer.

Aqui cabe-me, enquanto Presidente de Junta, também agradecer ao Sr. Presidente e à Câmara Municipal o facto aqui de os setecentos e cinquenta euros (750€) por hectare, nas faixas de combustível, passar para oitocentos (800€) – não é muito, são cinquenta euros (50€), mas em vinte hectares, como é o caso da Freguesia do Louriçal, são mil euros (1.000€), e mil euros (1.000€) fazem muita diferença, pelos centimos que são por metro.

Aqui, nós verificamos, e desde o ano de 2014, em que começámos a fazer este trabalho extraordinário – porque, por muito que haja pessoas que possam não perceber, ou não querer perceber, ninguém melhor para conhecer as freguesias do que o Executivo, o Presidente da Junta, e se não fosse para isso, também não vale a pena se candidatar a Presidente de Junta. Eu costumo dizer, já houve Presidentes da minha freguesia que se candidataram, mas nunca estavam lá, saíam às sete da manhã, vinham às nove da noite, mas as coisas eram assim, e depois não funcionava. Na verdade, nós estamos muitas vezes no terreno, a toda a hora, quando somos chamados. Mas, aqui, a questão que eu quero destacar são, realmente, os hectares e hectares que fizemos ao longo destes anos. E isso é notório; é notório porque passamos pelas vias rodoviárias, e há um conjunto de trabalhos que se vai fazendo, e que é visível, porque, depois, o mato que é cortado, mesmo que ele volte daqui a três anos, é muito menor do que matos que estavam ali há dez, e quinze, e vinte anos. E muitos proprietários, coitados, já não conseguem fazer as limpezas, e somos nós que os substituímos.

E aqui, neste conjunto de trabalhos que está proposto este ano pela Câmara Municipal, que passa à volta dos duzentos e setenta e oito hectares, em cento e oitenta quilómetros – estamos a falar de uma faixa de dez metros para cada lado – é um trabalho que é notório, e que contribui, e muito, para o desenvolvimento económico do concelho, da forma como ele é abrangido pela floresta. E se nós, neste tempo de pandemia, que sabemos todos que vai ser difícil para todos nós, o futuro não é risonho porque a economia, a nível industrial, no turismo, e em tantas outras coisas, as coisas vão ser bastante difíceis, vale a pena perceber que é de preservar, não só a nível da agricultura, como da floresta.

Mas, ainda há muito para fazer. Aqui, quero aproveitar também para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores o facto de aquele trabalho que se vinha desenvolvendo, da abertura de caminhos e manutenção dos mesmos, esteve parado aqui uns dois anos, não foi por falta de vontade dos Presidentes de Junta, que alertaram – eu sei, eu e os meus colegas – para esta manutenção ser frequente. Este ano, felizmente, está a acontecer; há relativamente poucos dias, na Freguesia do Louriçal, tinha passado pela Freguesia de Almagreira, e depois vai para o Carriço, e os meus colegas, com certeza, com outros empreiteiros, vão ter no resto do concelho. Dar os parabéns, porque o empreiteiro escolhido – ou que ganhou o concurso – que esteve a fazer o seu trabalho em Almagreira, e que está a fazer no Louriçal, e vai fazer no Carriço, eu não me lembro de alguém, primeiro com a máquina que tem, a niveladora, e segundo, com as mãos daquele homem que anda ali, e que faz um trabalho excepcional. É pena que não consigamos chegar a todo o lado, e não vamos conseguir, com certeza.

Mas, quero dizer-vos, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que é um trabalho de visibilidade, e que toda a população já nos tem alertado para o facto da grande qualidade – ou seja, ele limpa os caminhos, limpa com a própria máquina, e não deixa a terra nos pinhais, nem nos eucaliptais; ele vai levando a terra para junto dos acessos, numa limpeza extraordinária, de valetas, e tudo isso.

O que é que acontece? Temos aqui um problema, isto é um grande trabalho. Depois, o que é que nos entristece? É de aí a oito dias vemos – e não estou aqui, de forma nenhuma, a

condenar os madeireiros, mas é um processo que, algum dia, temos de fazer algo por ele – vemos madeiras, resíduos daquilo que é para a biomassa, todas as sobras dos eucaliptais e dos pinhais, às vezes a ocuparem o próprio caminho florestal. São caminhos de sete metros, e de oito, mas metem ali os camiões, e o que é que acontece? Já o fiz várias vezes: eu vou ao monte dos sobrantes, durante meses ninguém lhe mexe, telefono ao senhor dos Alhais, disse-lhe: “Meu amigo, o senhor faça o favor de ir àquele local triturar tudo, e leve.” E já chegaram lá pessoas ao pé dele a dizer: “O senhor está aqui a fazer isto com ordem de quem?” E ele: “Do Presidente da Junta”, e vem ter comigo. E digo-lhe, tem muita sorte de não ter uma coima. Os senhores puseram, por exemplo, toneladas disto debaixo de uma média tensão; se houver um incêndio, ficamos todos sem energia. A EDP já nos contactou. O que é que quer que faça? Aquele espaço por acaso é seu. “Desculpe lá”, e tal. E é aqui que o Presidente de Junta tem que estar no terreno a fiscalizar, mas que este trabalho, como fala aqui, e muito bem, e que é extremamente importante, era bom se nós conseguíssemos fazer, com mais quatrocentos euros (400€) por hectare, o tal corte de árvores. E por quê? É impressionante que quando falamos do cadastro dos terrenos a nível concelhio, era bom que o tivéssemos. Por quê? Imaginem que há um agricultor que tem dois ou três hectares de eucalipto. É impressionante, quando ele faz a plantação, só não chega acima da estrada porque não pode. Devia ser obrigatório: muito bem, tem dois ou três hectares de eucalipto, deixa dez metros, que é para, depois, colocar a madeira que corta e os sobrantes. E nós tínhamos aqui duas vantagens: primeira, a proteção aos incêndios, às tempestades, e depois, quando temos qualquer coisa a fazer, não vamos colocar o nosso material no terreno dos outros, mas isto é o que os madeireiros fazem, e dizem que pagam impostos. E depois, tem outra coisa: não é rentável para os madeireiros, que às vezes eles andam com tratores, a caminhar um quilómetro, com grandes carradas de madeiras – e depois, estamos a falar de tratores enormes, não são aqueles tratores antigos, e se for no inverno, destroem tudo o que fizemos.

Ora bem, eu aqui queria dizer que o trabalho tem sido extraordinário, devemos continuar a fazer mais e melhor, como em toda a economia e em todo o desenvolvimento económico do concelho, noutras áreas, mas aqui... Por exemplo, eu já deixei quatro terrenos da Junta de Freguesia, que eram pinhais, limpámos – não eram bem pinhais completos, mas um pouco – ao serviço dos madeireiros, para evitar também este conflito. Mas, mesmo assim, não chega. Por quê? Há um madeireiro que se lembra que aquilo é dele, e coloca lá toneladas de madeira durante o mês. Qualquer dia, vamos começar a carregar madeira, e ficamos com ela. Vamos fazer isso, temos autonomia para isso, mandamos lá um madeireiro, carrega, e agora leva para o nosso estaleiro, e depois tem que nos vir perguntar por contas. Eu sou favorável, e os madeireiros hoje são importantes na nossa economia, precisamos de conversar muito, e dizendo que respeitem o trabalho que a autarquia e a Junta de Freguesia está a fazer. E com certeza que iremos caminhar para ter sucesso no rendimento da floresta.

Mas, também aqui dizer que podemos também utilizar os recursos privados a nível dos pontos de água. E já estive com o Sr. Eng.º Nuno Mota, há bem pouco tempo, junto ao ponto de água da Cova Redonda, aquele ponto de água é o fundamental para a salvação, não só da floresta do Lourical, nesta região, porque estamos a falar de um ponto de água que quase dá para mergulhar um Canadair, e isso está simplesmente com a necessidade de limpeza, porque depois é preciso fazer o trabalho de enchimento, do ribeiro que vem do Furadouro, que tem nascente contínua todo o ano, mesmo de verão, e tem, depois, os rosais todos até à bacia do Pranto. Portanto, ele foi avaliado, e aqui deixo um apelo, que aquela limpeza, que já temos ordem do proprietário, foi cortada a floresta em volta, não há qualquer árvore à volta, e com a limpeza daquela lagoa, vamos conseguir não só apoiar na questão dos incêndios aquela região, como também praticamente até à Freguesia de Almagreira, Freguesia do Carriço, e tudo aquilo.

Depois, também dizer que, quanto a mim, é importante que a fiscalização atue, especialmente onde há incêndios, que não se volte a deixar plantar eucalipto, mesmo que não seja junto às casas, porque sabemos que neste tempo de pandemia – e eu digo muito honestamente, tenho esse conhecimento – houve muito eucalipto plantado com ilegalidade. Não é fácil lá chegar, e depois a malta aproveitou. Mas, especialmente onde houve um incêndio – e aconteceu na minha freguesia – é claro que eu tive que ir ter mesmo com a fiscalização e ir lá ao local, porque havia lá plantações de eucaliptos descoordenados. Portanto, queria aqui chamar à atenção também da fiscalização, que pudéssemos intervir nisto, para podermos colocar uma floresta mais ordenada, e começarmos a continuar este trabalho, que eu penso que se continuarmos assim, um dia todos vão dar os parabéns, porque vai ser rentável para todos, até mesmo para os madeireiros. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Humberto, tinha-se inscrito? Faça favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“É muito rápido. No fundo, só dar esta nota, ou seja, esta parceria que tem havido com o Município e com as freguesias, também nesta área. E parece que foi combinado com o José Manuel, mas não, aquelas duas propostas que eu tinha aqui escrito, as tais áreas dos dez metros, as tais faixas de gestão de combustível que ficarão sem as árvores – e quais são as árvores? Os eucaliptos e os pinheiros bravos – e a proposta é, à semelhança do que a EDP tem, aquele projeto-piloto de Almagreira e Louriçal, em que plantou medronheiros, e a REN também está a plantar medronheiros nesses dez metros, a proposta é muito simples, ou seja, para o Município, penso que é um valor que também não vai por aí além, fornecer-nos essas árvores, e nós, na época oportuna, a partir de outubro, em terrenos privados, como é óbvio, essa mais valia ficará para os particulares daqueles dez metros, plantarmos carvalhos, medronheiros, ou seja, espécies autóctones que, no fundo, têm uma vantagem: evitam que esses dez metros sejam ocupados por acácias, por eucaliptos, e por outras espécies infestantes, e é muito mais fácil, no ano a seguir, a limpeza, e muito mais barata.

Portanto, era essa nota que eu tinha aqui. E outra nota dos madeireiros, que eu também fui um dos que chamei já várias vezes a fiscalização e a GNR, porque aí está, dói-me a alma quando depois de todo este trabalho a limpar os caminhos, temos ali caminhos espetaculares, e temos alguns madeireiros – porque não podemos generalizar – que não têm respeito, nem pelo trabalho da pessoa que está a fazer, nem por nós próprios, que pagamos todos aqueles trabalhos. E a proposta é muito simples: a nível de regulamento, criar uma espécie de uma caução, de uma garantia, que aquele madeireiro, quando entra no Município, entregue ao serviço, à fiscalização, e depois chame a fiscalização, depois de acabar aquele trabalho florestal, chame a fiscalização, está aqui, está tudo limpinho, está tudo tratado, e a caução é levantada. Penso que assim como nas obras particulares é feito, é uma das formas que o Município tem – não estou a ver assim outra, porque também não vai haver fiscais para toda esta área, mas é uma forma também de responsabilizar os madeireiros, que, como é óbvio, também já me disseram a mim que pagam os seus impostos. Mas, todos pagamos, e não andamos aí a estragar o bem público. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Mais alguma inscrição sem que nos tenhamos apercebido? Sr. Presidente, faça favor, agora sim.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Deputado Vítor Gomes, nós estamos a falar da alteração à minuta da gestão das faixas de combustível. Não se trata de uma iniciativa direcionada para os particulares; é uma iniciativa, que com as freguesias já estamos no quinto ano, em que as freguesias, ao longo

de vias rodoviárias antecipadamente identificadas, procedem à limpeza de dez metros para cada lado dessa via, numa articulação entre aquilo que são as intervenções de manutenção feitas pelos concessionários dos serviços de transportes, energia, gás, média e muito alta tensão e rodoviárias, também a ferrovia e os concessionários de autoestradas. Nós cruzamos esta informação com as áreas que já foram limpas em anos anteriores, e numa articulação entre o Gabinete Municipal de Proteção Civil e Florestas e as Juntas de Freguesia, identificam-se as áreas que precisam de ser limpas. Portanto, não tem a ver com aquilo que me pareceu que estava a perguntar, relativamente às exigências dos particulares.

Pode acontecer serem colocados alguns editais quando – e isso, este ano, começou a ser feito já – se pede o abate de árvores. Nós, até hoje, não temos feito abate de árvores em lado nenhum, mas percebemos que é importante começar a fazê-lo, porque o Legislador quis, de facto, ter aqui uma posição um bocadinho diferente depois dos fogos de Pedrógão Grande, mas o Legislador não acautelou que caso alguém reclame do Presidente da Junta, ou do Presidente da Câmara, de ter mandado abaixo uma árvore, a responsabilidade civil e criminal do Presidente da Câmara e do Presidente da Junta continua lá. E eu, como calcula, não vou mandar abater nenhuma árvore quando o Legislador não quis salvaguardar o interesse público, e não vou ficar nas mãos do Ministério Público para dizer assim: “Bem, neste caso, sim, naquele caso, não”, e portanto, levar o Presidente da Câmara a tribunal para justificar por que é que cortou aquela árvore. Não, se o Estado quer fazer esse trabalho como deve ser, decida-o como deve ser, não tenha medo, e confie nas pessoas para o fazerem. E portanto, normalmente o que os Srs. Presidentes de Junta fazem é ter uma articulação com os proprietários, mas será sempre muito difícil quando isso não acontece.

Esta proposta, Sr. Presidente da Junta de Almagreira, sobre a substituição das árvores abatidas, pinheiro bravo e eucaliptos, parece-me uma situação muito razoável, mas tem a ver com esta situação em concreto.

Quanto à sua sugestão da prestação de serviços no campo dos jardins: pois, evidentemente, esse é o caminho, e nós já o fizemos. Este ano, já se identificaram quatro grandes lotes na cidade, alguns já foram adjudicados a entidades privadas, para fazerem precisamente essas manutenções, na impossibilidade de outras entidades o fazerem, e portanto, temos de nos substituir. Deixe-me dizer-lhe que é bastante mais caro, e houve até alguns daqueles lotes que ficaram desertos, que vão ter que ser lançados novamente.

Também é oportuno dizê-lo aqui, que ficou concluído este ano o levantamento de todos os espaços verdes do Município, em todo o território do concelho – o que veio em operações de loteamento, cedências, aquisições, que tem a afetação para esta função de espaço verde. E vou-vos dar um número: os valores identificados de espaços verdes da responsabilidade do Município – não estamos a falar de pinhais da Câmara, não estou aqui a falar do Pinhal da Rola, e de outras coisas; estamos a falar de espaços verdes com estas características – são quinhentos mil metros quadrados. Quinhentos mil metros quadrados. E já esta semana tivemos essa reunião com as freguesias – aliás, no final da semana passada – em articulação com todas elas, identificando, freguesia a freguesia, quais são estes espaços, cartografados, bem identificados, com um plano de manutenção que vai ser negociado caso a caso com cada um dos Srs. Presidentes de Junta – que, aliás, já conhecem esta proposta – precisamente para podermos, no âmbito das competências transferidas com a promulgação da Lei n.º 57, existirem condições para transferirmos essa competência, com o pacote financeiro necessário para que as Juntas o possam fazer. Esse é o trabalho que está a ser feito, e que espero que, entretanto, possa ser concluído.

Relativamente à sua observação, Sr. Presidente da Junta do Louriçal, eu pedirei aos serviços de proteção civil para entrar em contato com o Sr. Presidente, por causa da questão da limpeza deste ponto de água, porque é um ponto de água com uma grande dimensão, precisaremos provavelmente de uma giratória de grande dimensão, como tínhamos no

Arnal, que tinha um braço de dezanove metros. E portanto, são coisas sofisticadas, têm de ser bem apuradas.

E muito obrigado pelas vossas sugestões.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara relativa à alteração de Júris de Concursos.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer falar neste ponto? Inscrições para este ponto? Não havendo inscrições, vamos passar à votação.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar proposta da Câmara relativa à alteração de Júris de Concursos.

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Reabertura Procedimento Concursal para provimento do Cargo de Direção Intermédia de 3.º grau – Chefe da Unidade de Cultura.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer usar da palavra neste ponto? Inscrições, quem é que quer usar da palavra neste Ponto n.º 2.15? Não havendo, vamos à votação.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar proposta da Câmara sobre Reabertura Procedimento Concursal para provimento do Cargo de Direção Intermédia de 3.º grau – Chefe da Unidade de Cultura.

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Alienação de Prédios Rústicos para Afetar a Construção Industrial – Minuta de Contrato de Compra e Venda.

A Presidente da Assembleia Municipal, colocou a discussão a proposta da Câmara sobre Alienação de Prédios Rústicos para Afetar a Construção Industrial – Minuta de Contrato de Compra e Venda, conforme proposta da Câmara constante da deliberação que se transcreve:

“Ponto 2.9.1. Alienação de Prédios Rústicos para Afetar a Construção Industrial – Minuta de Contrato de Compra e Venda

Foi presente à reunião a informação n.º 58/UJ/20, da Unidade Jurídica, datada de 16.06.2020, que a seguir se transcreve:

“Assunto: Alienação de Prédios Rústicos para Afetar a Construção Industrial – Minuta de Contrato de Compra e Venda

Exmº Senhor Presidente,

Na sequência do despacho exarado por V. Ex.^a, cumpre informar que, nos termos e para os efeitos do preceituado no Programa de Procedimento de Hasta Pública — Alienação de Prédios Rústicos a Afetar a Construção Industrial (cf. Cláusula 15^a), foi a sociedade LUSIAVES – Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., notificada da deliberação de adjudicação definitiva da alienação dos prédios rústicos a afetar a construção industrial, que integram o polígono definido no Anexo II do citado Programa de Procedimento, perfazendo, de acordo com levantamento cadastral, uma área total de 121 850 m² (cento e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados), inscritos na matriz predial rústica da União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca e descritos na Conservatória do Registo Predial de Pombal, nos termos constantes do Anexo I do Programa de Procedimento, pelo valor global de € 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil euros), deliberação aquela tomada em sessão ordinária do órgão Câmara Municipal, no passado dia 08 de maio de 2020.

Naquele contexto foi, concomitantemente, remetida minuta do contrato de compra e venda a celebrar (cf. minuta em anexo), que, de resto, consubstancia os termos e condições da alienação definidos no Programa de Procedimento, aprovado em sessão ordinária do órgão Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2020, concedendo à sociedade LUSIAVES – Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. o prazo máximo de dez (10) dias úteis para que se pronunciasse sobre a mesma e, bem assim, para proceder ao pagamento de 35 % (trinta e cinco por cento) do valor total da arrematação, correspondente ao valor de € 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil euros), tendo em vista a instrução do processo conducente à celebração da competente escritura pública.

Sucedendo que a sociedade LUSIAVES – Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., confrontada com o teor da referida minuta de contrato, e sem prejuízo de ter procedido ao envio de cheque, emitido à ordem do município de Pombal, no valor de € 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil euros), correspondente a 35 % (trinta e cinco por cento) do valor total da arrematação, vem solicitar a prorrogação dos prazos definidos nos pontos 3 e 12 das condições constantes da minuta do contrato (cf. ofício da adjudicatária ora requerente), fundamentando a sua pretensão no facto de se encontrar gravemente comprometido o rápido desenvolvimento e concretização dos projetos e obras, designadamente, ante a pandemia da doença COVID -19.

Em face de tudo quanto se acaba de valorar, sugere-se a V. Ex.^a que, caso assim o entenda, remeta a presente informação ao órgão Câmara Municipal, bem como os respetivos anexos, para que, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com o disposto nas alíneas g) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e, ainda, com o estatuído nos artigos 86.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, delibere no sentido de remeter ao órgão Assembleia Municipal o pedido formulado pela adjudicatária LUSIAVES – Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., para apreciação e eventual aprovação da alteração dos prazos inicialmente fixados no Programa de Procedimento pelo mesmo órgão (cf. deliberação tomada em sessão ordinária do órgão Assembleia Municipal, no passado dia 28 de fevereiro de 2020), nos termos e condições propostos.

À consideração superior, "

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o pedido apresentado pela adjudicatária à Assembleia Municipal, para apreciação e eventual aprovação da alteração dos prazos inicialmente fixados, nos termos e condições propostos na informação supratranscrita."

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

"Como eleito desta Assembleia, tenho a responsabilidade de apoiar os interesses das pessoas e do concelho. Mas, mais responsabilidade tenho quando os interesses vêm da freguesia da qual sou proveniente. Na última Assembleia defendi, e continuo a defender o

crescimento da zona industrial da Guia, porque quem tem um parque industrial, claro que quer ver o seu crescimento, mas de forma organizada.

O ponto que vamos votar é a alteração dos prazos inicialmente fixados. Eu vou já dizer, vou votar favoravelmente, porque espero que com esta extensão de tempo, o Executivo possa preparar um conjunto de respostas para dar aos Guienses.

Sr. Presidente, o investimento é bem-vindo; a questão é a localização, qual a atividade, e a possível futura expansão.

Sr. Presidente, neste momento, a preocupação dos Guienses, atendendo à atividade do investidor, têm manifestado muitas preocupações, e pedia-lhe para que tenha a maior atenção para as questões que lhe quero colocar: por que não foi pensado a norte da zona industrial existente, que também é terreno industrial? E o senhor já disse hoje aqui, quando temos escolha, podemos pensar na escolha. O que vai ser construído naquele local? Qual o estudo de impacto ambiental futuro? Qual o estudo socioeconómico para que não venhamos a ter uma comunidade com baixos rendimentos e mais carências sociais, como temos aqui bem perto de nós? Depois, será o concelho a ter que dar estas respostas sociais. Quais as mais valias para a economia local pelo facto de ser naquela localização, e não a norte? Se vier a ter impacto ambiental, podemos estar a condicionar o futuro da zona industrial e da Guia. As vantagens económicas, receita e impostos do Município, será que aqui este grupo não tem sede fora de Pombal? Quantos postos de trabalho nacionais diretos?

Neste momento, estou à vontade para dizer isto, o tecido empresarial está apreensivo, aguarda por todas estas respostas, assim como uma boa solução por parte deste Município. Por vezes, temos que tomar posições, colocar questões e tomar decisões. Não tomar uma decisão é mais simpático, mas tomar uma decisão, será sempre boa ou má, mas é uma decisão. Os fregueses da União de Freguesias sabem bem, neste momento, na freguesia, aqueles que não têm coragem de tomar decisões. E por isso, espero que esta Assembleia também tenha oportunidade de discutir melhor aquele assunto.

E, Sr. Presidente, sou totalmente a favor do investimento, e estarei disponível para apoiar, se for o caso, mas sem prejuízo para o futuro da zona industrial da Guia e da população. Tenho dito. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Pode começar, Sr. Deputado Manuel da Mariana.”

Manuel Lopes da Mariana (PS):

“Boa noite. Boa noite, Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, colaboradores.

A minha intervenção é sobre a questão do alargamento do prazo, claramente nós somos favoráveis a esta situação, porque, de facto, os momentos que vivemos permitem, e devem permitir, que se façam as coisas com mais rigor.

Sabendo da importância da atração destes investimentos para o nosso concelho, e da necessidade contínua dessa captação, pois como sempre fomos defendendo, e citando também o Sr. Presidente, só com os melhores empregos poderemos continuar a promover a coesão social no nosso concelho e a fixar pessoas e famílias, mas nestas coisas não pode valer tudo, e é fundamental manter os cidadãos esclarecidos, para que não se criem dúvidas sobre estes processos.

As minhas questões têm a ver simplesmente com isto, questões muito simples: houve, ou não houve, mais alguma proposta além da Lusiaves? Precisando esta nova unidade transformadora de um espaço na ordem de um hectare, se há alguma previsão daquilo que eles poderão fazer nos outros onze. E por último, já agora, mais uma informação que o Sr. Presidente nos pode dar, se a tal empresa estrangeira, que se falou que foi uma das grandes motivadoras destas ações, ainda está, ou não, interessada no nosso concelho. É tudo, Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado Manuel da Mariana. Sr. Deputado Manuel António, faça favor.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, num período como foi esta fase do Covid, a hasta pública da entrega das escolas e também das habitações sociais foi adiada; esta hasta pública não foi adiada. Acho que foi claro para todos os presentes a minha manifestação de preocupação em relação a este assunto, que tem a ver com a ampliação da zona industrial para nascente da Linha do Oeste, que esta entrega à Lusiaves implica, e também o facto de haver localizações alternativas que para um tipo de indústria, que será precisamente de carnes, que será de produção alimentar de carne, naturalmente vai trazer cheiros, e terá impacto, nomeadamente em termos ambientais, para a população, deve ser acautelado.

Por isso, obviamente, se não houver outra forma de prorrogação desta situação, eu votarei favoravelmente, mas seria importante que o Presidente, tal e qual como o Eng.º Narciso Mota fez com a primeira empresa que se localizou na zona industrial, quando foi alertado para a necessidade de alterar o negócio que tinha feito com a Bioeste, na altura, alterou o lote, aceitou a sugestão, a empresa mudou a sua localização, e não houve stress absolutamente nenhum.

Por isso, eu acho que a Assembleia Municipal foi alertada por mim, eu lembro que eu não estive presente em fevereiro, por razões profissionais não estive presente na decisão em que houve uma votação por causa do contrato que a Assembleia Municipal votou favoravelmente, no sentido de haver a hasta pública, senão, na altura, teria levantado esta questão. Mas, eu recorro que a Assembleia Municipal de fevereiro foi no dia 28, e no dia 29, o Sr. Presidente assinou um edital que coloca uma empresa de cadastro a fazer o levantamento cadastral de vinte hectares para a zona nascente do parque industrial – ou seja, admitindo a possibilidade – e vocês têm isso na tal moção, que decidiram não ver discutida hoje, mas são dois instrumentos bons para que a Assembleia Municipal ajude a Câmara a tomar uma decisão correta, sem perder o negócio e, obviamente, as questões que o Manuel da Mariana colocou são pertinentes, eu próprio já tive a oportunidade de colocar estas questões, não vim aqui sem antes colocar outras questões, num fórum próprio.

E por isso, a minha grande preocupação com esta situação mantém-se, e espero sinceramente que não haja aqui decisões que tenham conflitos de interesse – espero bem que não – mas, pronto, vamos pelo menos admitir a possibilidade de, não perdendo o investimento industrial, empresarial, para o Concelho de Pombal, nem para a Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca, na zona industrial da Guia, ou na sua proximidade, haja aqui a possibilidade de a Câmara repensar o seu investimento, ao contrário de outras situações que ainda há pouco critiquei, e que já são irreversíveis, esta é reversível.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Henrique Falcão, faça favor.”

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Muito obrigado.

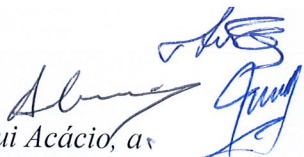
Na última reunião da Assembleia Municipal, sobre a questão da autorização para o aumento das infraestruturas industriais na Guia, nós votámos a favor dessa situação. Hoje, depois desta troca de informações que foram dadas sobre as moções para apresentação, houve uma série de contrainformações que nos levantou uma série de dúvidas. E por isso, nós, para votarmos conscientemente este ponto, eu gostava de ouvir o Sr. Presidente da Câmara sobre esta situação, se é apenas uma alteração, o que é que pensa sobre o que foi dito até agora, da questão da utilização da zona norte, gostava de ouvir a opinião do Executivo, para, depois, votar em consciência.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Coucelo, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):



“Relativamente a esta questão, eu subscrevo claramente as preocupações do Rui Acácio, a forma como ele as apresentou, e em parte também as do Manuel António. Eu gostava de regressar há talvez uns trinta e tal anos atrás, 1984, 1985, e eu tenho a certeza que se, nessa altura, o que estivesse previsto ali para uma zona um pouco mais afastada na Guia, que era a Central do Pego, que teve uma enorme contestação do Município, e que pôs o Eng.º Guilherme Santos, enfim, numa situação extremamente delicada, a central saiu dali e foi para perto de Abrantes, para uma povoação que não era mais distante do que era a Central do Pego da Guia – porque poluía, porque assim, porque assado. É evidente que hoje, as preocupações ambientais estão muito mais agudas, logicamente, estão muito mais acertadas, as pessoas estão mais informadas, mas nesta matéria, realmente, há duas questões que estão praticamente em cima da mesa, que são: por um lado, o por quê da ampliação para nascente, por um lado, e não para norte, ou para poente; e as características do empreendimento. Naturalmente que nós, qualquer um de nós ficaria preocupado se uma indústria potencialmente poluente – e eu não sei se é, é uma indústria de transformação, não é um aviário, é uma indústria de transformação; mas, também não sei o que é, nem que área é que vai ocupar exatamente, quantos postos de trabalho. Evidentemente, nós gostaríamos, como cidadãos, de conhecer isso tudo, porque mesmo que a ampliação fosse para nascente, como eu já ouvi argumentos que é potencialmente uma zona de ampliação da zona urbana da Guia para futuro – é um argumento que é invocado – para além da questão do tipo de indústria que se vai instalar, eu não tenho dúvidas nenhuma – e desculpem eu falar nestes termos, que é para nós de alguma maneira pensarmos, e temos de pensar bem nestes assuntos, e, realmente, temos que acautelar o interesse das populações também, para além do interesse do investimento, da criação de emprego no concelho, mas eu tenho a certeza que esta questão não se colocaria, nem para nascente da Linha do Oeste, se o que lá fosse instalado fosse uma fábrica de bolachas. Não tenho dúvida nenhuma de que ninguém ia contestar a instalação da fábrica de bolachas. Portanto, neste momento, a questão que eu coloco é quem é que vai responder a um conjunto de questões que foram levantadas aqui.

Era só isto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Gomes Fernandes.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Muito boa tarde a todos, mais uma vez.

Compreendo todas as preocupações a nível ambiental, mas eu lembro que aqui não estamos a discutir uma opção; estamos apenas a adiar um prazo, nada mais. Estamos a confundir – penso, propositadamente, ou não – estão alguns a tentar confundir, ou então estão a aproveitar para discutir uma outra questão, que é a da legitimidade de construir ali, ou não. Isso é outra questão, em meu entender, e nessa outra questão, também, então, vou dar opinião. Compreendo perfeitamente a preocupação de quem lá reside quanto às questões ambientais – se eu lá residisse, provavelmente também me preocupava com isso; mas, também compreendo que temos que ver as coisas – e já aqui tive, numa Assembleia ou outra, uma votação, por questões pretensamente ambientais sobre prospeção, em que fui dos poucos que votei num determinado sentido, e atrevo-me a isso, porque tenho liberdade para isso, e porque penso pela minha cabeça. E também tenho mau feitio; o meu mau feitio, também o tenho, e não me submeto à opinião dos outros, nem quero saber da opinião dos outros, quando eles tentam impor a opinião deles à minha. Quando eles discutem comigo, então sim, quero saber da opinião dos outros, porque se discutem comigo, se conversam comigo, então vamos tentar entender-nos. E é nessa perspetiva que eu digo: a opinião dos outros só é válida para mim quando não se tenta impor à minha, porque mesmo que sejam de dez contra um, a minha opinião, se for só um, não significa que não tenha razão, embora em democracia seja a maioria sempre que vence. E portanto, eu estou a dizer a minha

própria opinião. E repito, é absolutamente legítimo que as pessoas tenham preocupações sobre se existem efluentes gasosos, sólidos ou líquidos, não sei. Eu não sei, porque eu também não sei – e era isso que eu gostava de saber – se existe algum plano de viabilidade inicial para essa empresa – eu não sei, estou a dizer – se existe projeto de viabilidade, se já foi submetido à Câmara, se já disseram, se já sabem o que é que vai ser produzido, e se existe também estudo de impacto ambiental, para percebermos, então, e para sermos racionais – porque eu entendo que cada um defende os seus interesses de forma emotiva, de forma emocional, e não no aspeto racional – e nós temos que ser racionais, repito isso.

Mas, deixe-me dizer-lhe uma coisa: quanto à fábrica das bolachas, quero deixar aqui uma opinião diferente do que já ouvi: incomoda-me, de certa forma, o cheiro da fábrica da Cuétara, quero dizer aqui. Se fosse uma fábrica de bolachas, não iria incomodar? Pois, a mim às vezes incomoda-me, mas suporto. Estou em minoria, mas é verdade, incomoda-me ali, na Rua Luís Torres, chega lá, em determinadas épocas, um cheiro bastante forte, adocicado, e eu não gosto do cheiro adocicado. Eu também, como disse, tenho mau feitio, até gosto das pessoas de mau feitio; aquelas pessoas meladas, de características meladas, essas a mim deixam-me sempre um bocadinho de pé atrás. Gosto das pessoas de mau feitio, como tinha o Narciso Mota, que tivemos os problemas que tivemos, ele tinha mau feitio, eu também tinha, como o Diogo Mateus tem mau feitio, eu também tenho. Mas, às vezes, quando se governa, é preciso ter-se mau feitio para se poder tomar decisões; é preciso dizer “não”, e quando se diz “não”, logicamente está-se a ir contra os interesses particulares – porque ouvi dizer que aquelas moções eram para tratar de interesses públicos, logicamente eu estou aqui a tratar de interesses públicos, não estou a tratar de interesses particulares, estamos todos aqui a tratar de interesses públicos. E portanto, estou a dar esta opinião, que é necessário, de facto.

Mas, há também uma outra questão que eu gostaria de colocar: talvez fosse indicado, e dada a sensibilidade de quem está na Guia, que já ouvi, talvez até fosse aconselhável estudar a hipótese de, de facto, verificar a viabilidade da transferência da tal indústria. Sim, talvez fosse para outro local, mas também, a questão que se tem que colocar é a propriedade dos terrenos, se é uma decisão a médio prazo ou curto prazo, ou se é a longo prazo, e a longo prazo, nada funciona – aliás, os tribunais, às vezes, deixam as questões para o longo prazo, e depois nada funciona. Se é a curto prazo, bem, que se estude essa hipótese, com o acordo, obviamente, da empresa candidata à indústria, mas é preciso saber também se os terrenos são da Câmara Municipal, se são de terceiros, porque nós também não vamos mandar nos terrenos de terceiros, nem vamos, com esta medida, potenciar a especulação do preço dos terrenos no local, obviamente. Agora, quem quer vender, vens para aqui, então agora vais pagar o que quiseres.

E coloco outra questão: se existirem ónus ou encargos, como por exemplo hipotecas, direitos de servidão, são direitos reais, limitados, ou penhoras? Obviamente que nesta situação não se fica à espera.

Eu só quero dar uma nota sobre o cadastro, porque há muita gente que confunde cadastro com propriedade dos terrenos. Cadastro, segundo diz o Decreto-lei n.º 172/95, de 18 de julho, diz a alínea a) do art.º 1.º, n.º 1: “Cadastro predial, adiante designado abreviadamente por cadastro, é o conjunto dos dados que caracterizam ou identificam os prédios existentes em território nacional.” E depois vai descrevendo. O cadastro serve exatamente para conhecer a característica dos prédios, rústico ou urbano – parece que existem dezassete milhões de prédios, ou existiam já nesta data, cerca de dezassete milhões de prédios, e nós temos o cadastro, se são rústicos ou urbanos, características, os limites, a configuração que aparece no mapa, os limites, para perceber com quais confinam, os proprietários, a área – isto é o cadastro, que deve ser feito de todo o país, ou era conveniente que fosse, porque há partes do país que já têm o cadastro feito, mas há outras que ainda não

têm. E portanto, o cadastro, ou realizar o cadastro, não tem nada a ver com propriedade, e há aí uma grande confusão sobre isso, quero dizer também nessa parte.

De resto, quis apenas dar esta minha opinião, e dizer também que todos nós – e eu já aqui vi – todos nós gostamos do progresso, todos nós gostamos de criar riquezas, mas todos nós gostamos de colocar os fatores incómodos no quintal do outro, e o benefício e o lucro na nossa casa. Na nossa casa, não queremos lá nada, ao pé da nossa casa não queremos nada; ao pé da casa dos outros, já queremos tudo. E portanto, temos que tentar também perceber o nosso egoísmo, se estamos, ou não, a comprometer o futuro.

E portanto, tudo isto ponderado, esta é a minha ponderação, e tento fazer uma ponderação racional, com fatores favoráveis e fatores desfavoráveis à tal instalação da indústria. Mas, também acho que os estudos que aí deverão vir, o projeto de viabilidade, repito, e o projeto de impacto ambiental, deverão dar a solução. E também digo, nada impede que o Executivo faça um esforço, e também aconselho, um esforço para tentar, conjuntamente com o investidor e com os donos dos prédios, que se faça um esforço no sentido de conseguir a deslocalização, porque apesar de serem poucos, ou uma minoria, talvez, na Guia, a ficar desagradada com a instalação naquele local, não é por ser minoria que não deixa de ter razão – digo eu, tal como eu também disse que a Cuétara, a bolacha, de facto, me incomoda, mas sou eu que não gosto de sabores melados, digo eu.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Coucelo, vai usar da palavra pela segunda vez.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Aqui um bocadinho em resposta também ao José Gomes Fernandes, porque é assim: é evidente que o que está aqui em votação é uma proposta de alteração, e que vai ser votada favoravelmente, não é isso que está em causa. Eu também não estive na reunião de fevereiro, não estava cá; de qualquer das maneiras, isso não me isenta de qualquer culpa nas coisas que eu vou fazer, ou dizer, ou votar, ou aprovar, ou condenar. Não é nada disso. A questão aqui é: eu gosto do cheiro a bolacha, tu não gostas, paciência. O que é que se há de fazer? Isto é só para adocicar um bocado o ambiente. Tu gostas de pessoas que sejam mais agressivas, eu também não percebi se aquilo era uma crítica, ser mais meloso. Há pessoas que têm uma maneira de ser diferente, e que conseguem convencer sem ser pela agressividade, pela discussão franca, aberta, diplomática, porque a diplomacia deve prevalecer sobre os berros, entendo eu, é assim que as coisas se conseguem, diplomaticamente, e ter bom senso – tanto quanto possível, ter bom senso nas decisões. E tu, José Gomes Fernandes, tenho a sensação, conheço-te bem, e tu conheces-me bem há muitos anos, também já me viste irritado, mas no local próprio, não é numa Assembleia Municipal, onde eu respeito claramente todos os meus companheiros de Assembleia. Era só isto que eu tinha para dizer.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado, só um momento.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Só como resposta, dizer o seguinte: eu não sei se, quando falava em berros, se alguém aqui esteve aos berros, se queria insinuar que alguém aqui esteve aos berros, porque se dirigiu a mim. É o direito de resposta, Sra. Presidente. Quer tirar-me o direito de resposta? Era só isto que eu lhe queria dizer.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente da Junta da Guia, Ilha e Mata Mourisca, Gonçalo Ramos, se faz favor.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Obrigado, Presidente.

Eu quero, como é óbvio, aqui, porque sou o Presidente dessa União de Freguesias, e quero aqui abordar o tema, como é compreensível, porque dá-me a ideia de que, em determinados momentos, por algumas coisas que vamos ouvindo – embora eu perceba o teor e o objetivo que, em alguns casos, está acoplado – dá ideia de que, de certa forma, a Junta de Freguesia tem assumido aqui um papel de defensor da empresa Lusiaves, o que não é, em rigor, verdade. E eu quero deixar aqui bem claro que todas as preocupações que aqui foram levantadas, também a Junta de Freguesia as tem. Desde o primeiro momento, o Presidente da Câmara, que está aqui, não me vai deixar mentir, nós já falámos sobre isto. Aliás, em rigor, eu já disse ao Presidente da Câmara diretamente que quando se souber efetivamente do que é que se trata, e havendo aqui um impacto, ainda que mínimo que seja, para a população que ali reside, em torno da zona que foi agora adquirida, se há entidade que se vai manifestar veementemente contra é a Junta de Freguesia, e que fique claro.

Agora, eu quero recordar aqui que nós já andamos há anos a defender a ampliação da zona industrial, aquela zona em concreto está classificada como zona para expansão há pelo menos quinze anos, foi a primeira discussão do Plano de Urbanização da Guia, penso eu. Agora é que estamos a questionar esta ampliação a nascente? Este é um aspeto, é verdade, está prevista a ampliação para aquele lado, e na altura não fui eu que tive esta discussão, não era eu que cá estava.

Agora, isto também não é para fugir ao tema central. E o tema central, qual é que é? O tema central é, efetivamente, qual é que é a atividade de que estamos a falar. E eu até consigo compreender que a marca Lusiaves não seja uma marca muito simpática, precisamente porque está relacionada com a instalação de alguns aviários, cuja ampliação tem causado alguns transtornos, em termos de odores. E será que estamos a falar deste tipo de atividade? Pronto, é isso que é preciso saber primeiro. É evidente que em função dos elementos que se conseguirem apurar, deverão ser tomadas posições, e conseqüentemente decisões; ou alguém acha que a Junta de Freguesia vai defender a instalação de uma atividade que vai trazer prejuízos, por mais que o investimento industrial seja importante para a nossa zona, por mais que a nossa zona industrial seja, efetivamente, uma catapulta do nosso crescimento enquanto freguesia? Nenhum investimento deve ser aceite de barato, nem de qualquer forma. E nós defendemos precisamente isso, tanto é que é o que estamos a fazer. Eu não conhecia o Sr. Avelino, eu não tenho interesses rigorosamente nenhuns, eu não conhecia o Sr. Avelino. Promovi, efetivamente, uma reunião em Leiria, onde o conheci, onde fui muito bem recebido, coloquei todas estas questões e todas estas dúvidas, depois disso já houve mais uma reunião na Guia, onde juntamente com algumas pessoas da minha confiança, que eu senti que seriam uma ajuda decisiva e importantes testemunhas naquele momento, onde voltámos a falar, efetivamente, sobre o tipo de atividade a instalar, e a informação que tenho é de que não há odores, não há ETAR's, não há matadouros, não há impactos. Será que, face à importância da captação de investimento, é uma postura responsável estarmos a vetar uma coisa à nascença, sem a conhecermos? E se não tiver impacto, de facto? Eu também sou defensor de que a ampliação para junto da casa das pessoas, a ampliação da atividade industrial, não seja promovida, eu também já o disse, eu também sou defensor disso, também acho que deve ser para longe das casas. Agora, parece-me prematuro, sem sabermos, efetivamente, de que é que se trata – e nós estamos a fazer isso, eu tenho, esta semana, uma visita agendada a uma unidade exatamente igual, para ir lá ver, exatamente, o que é, uma unidade congénere, para perceber o que é. E realmente, enquanto eu não tiver em minha posse dados, eu não tomarei uma posição. Mas, reitero: no momento em que eu sentir, ou em que a Junta de Freguesia sentir que haverá impactos para a população, será a primeira entidade a opor-se, e vai opor-se veementemente, podem todos contar com isto, como é normal. Não acredito que haja um qualquer Presidente de Junta que tivesse uma postura diferente.

E portanto, era deixar aqui este esclarecimento, porque, de facto, eu soube que a empresa se chamava Lusiaves no dia da reunião de Câmara, quando foi lançada a notícia, porque, por acaso, estava a acompanhar a reunião de Câmara. Eu já tinha questionado algumas vezes, em respeito à hasta pública, como é evidente, não se sabendo, não me havia sido dito. No passado, estive, efetivamente, com o responsável de uma empresa francesa, por uma convocatória do Sr. Presidente, a acompanhar uma reunião no espaço da zona industrial, a tal empresa francesa, eu estive lá, de facto, o senhor é francês, eu estive lá. E portanto, eu acabo por saber da Lusiaves no momento da reunião de Câmara. Vetar à nascença, sem saber, não me parece responsável, face à importância do investimento; avaliar outras alternativas, caso seja possível, também achamos que quanto mais afastado das casas, melhor, como é evidente. É perceber se estamos em condições disso. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Sr. Deputado Manuel António.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, só uma correção. O Gonçalo pode não saber, mas o Plano de Urbanização que viabilizou o Parque Industrial da Guia, são cinquenta hectares, está aprovado há muito tempo. A zona industrial não tinha problemas nenhuns de ampliação. É importante que vejam a documentação que eu vos facultei com a minha moção, se tiverem dúvidas, analisem, porque o Plano de Urbanização é claro, havia cinquenta hectares. Quem conhece o local, é só irem lá, percebem logo.

Aquilo que eu questiono é por que é que foram postos à cara – que o termo foi mesmo esse que eu coloquei – sete hectares, que eram os sete hectares que estão do lado nascente da linha, e não os vinte e oito hectares que estão a norte, em frente da zona industrial que já está construída. Por quê? Gonçalo, isto é assim, a pílula do dia seguinte é para o dia seguinte; nós estamos aqui a dar oportunidade, e estamos a falar já de acordos, e de negócios, há um cheque já passado, há aqui já coisas feitas. Tem que haver aqui uma oportunidade de a Câmara arrear caminho, e não é depois. Eu quero acreditar, porque eu conheço o que está na Marinha das Ondas, eu conheço o que está na Figueira da Foz, espero que não seja nada daquilo, mas vocês têm uma planta aérea do Google Earth – que foi isso que eu facultei – que é para vocês perceberem o que é que há naquela rua, são duas explorações de areia. A Lusiaves tem na freguesia a que o Gonçalo preside quarenta hectares de pavilhões. Nós não recebemos nunca mal a Lusiaves, tem quarenta hectares de área fechada, onde tem pavilhões de produção avícola. Ou seja, eles nunca tiveram esta questão. E é bom que te lembres que houve um conflito no mandato do Manuel Serra com a Lusiaves, porque eles queriam implantar – as mesmas pessoas com quem tu reuniste – queriam implantar pavilhões de produção avícola junto ao Hotel Lagoa do Linho. E nós conseguimos conversar, na altura, o Executivo de então, convencer a Lusiaves a não fazê-lo, e o Sr. Avelino, pessoa de bom senso, na altura, teve essa situação.

Por isso, o que é que eu acho? O empresário não tem qualquer interesse em ir para um sítio onde haja problemas. Nós não temos necessidade nenhuma de lhe arranjar problemas. Esta opção da Câmara é uma má opção; atribuir um terreno que tem sete hectares aprovados de licenciamento, para depois vender doze, as contas são muito simples: doze vezes sessenta por cento (60%) dá sete hectares de área de construção – Eng.º Narciso Mota, sete hectares são sete campos de futebol; fazer pavilhões em sete campos de futebol em espaço urbano não faz sentido. Sabem onde é que nós estamos? Estamos junto do Loteamento das Cegonhas. O Loteamento das Cegonhas tem praticamente sete hectares. A fábrica da resina saiu daqui, não foi sequer para perto do Parque Manuel da Mota; foi do lado oposto, por uma questão de segurança, e até provavelmente, presumo eu, terá sido por uma questão ambiental – de segurança e ambiental, presumo eu. Ou seja, eu não quero ver uma fábrica com esta volumetria, e com este impacto ambiental – eu disse ao Presidente – no Casarelo,

que é um espaço que ele tem estimado, e que tem um projeto para lá. Eu não gostava que a Câmara trouxesse um investimento daqueles para aqui.

Na Guia, e ao contrário daquilo que possa vir a ser dito, e se vierem argumentos de que os empresários estão a defender isto, e não sei quê, há uma coisa que há que compreender: os empresários nunca se querem pôr contra a Câmara. Não é intenção da Câmara, não permite outros dizerem que não concordam; dificilmente, só se tiverem uma posição de força muito grande.

Por isso, o que está qui hoje em questão, obviamente que o que nós vamos votar é a alteração de prazos para apresentação do projeto. Reparem, se vier a haver uma discussão sobre este tema numa situação futura, numa Assembleia Extraordinária, como estavam a sugerir, ou outra coisa qualquer, o que importa aqui é, como disseram ali há pouco, ter algum cuidado com o tipo de mão de obra que vamos criar. Nós conhecemos a realidade daquele corredor da 109, e conhecemos a Lusiaves, e também conhecemos qual é a atividade. Nós, com os quarenta hectares – a zona industrial tem cinquenta, só tem quinze ocupados – esses quarenta pavilhões, eu não sei se têm quatro postos de trabalho. A Lusiaves, se vocês virem, umas das localizações sugeridas é entre os dois pavilhões deles. Por exemplo, até saíam de fora da zona industrial, os seis predominantes, pelo menos iam pela área florestal. E é um bocadinho isto que nós, quase aqui em desespero, como é óbvio, obviamente que eu olho para isto de outra forma, e acho... O Gonçalo esqueceu-se de um pormenor: é Presidente de Junta, e a Assembleia de Freguesia dele aprovou uma moção que o obriga a defender exatamente o que a Assembleia de Freguesia manditou, e é exatamente a mudança da zona, o cuidado com a ampliação, manditava isso, e também aprovou a mudança da localização. E é importante que isso aconteça, porque se nós aprovássemos aqui uma moção, se a Assembleia Municipal aprovasse aqui uma moção, isso obrigava o Sr. Presidente da Câmara a cumprir o que nós dizemos, e a tua Assembleia de Freguesia manditou-te três coisas, mas duas têm a ver com isto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal

“Bem, muito obrigado.

Deixe-me talvez começar aqui pelo fim. Há uma diferença entre uma moção, Sr. Deputado, e uma decisão da competência do órgão Assembleia Municipal. E eu e a Sra. Presidente da Assembleia Municipal temos a obrigação de não só conhecer essas regras, como de não deixar que haja aqui nenhum tipo de equívocos. O senhor pode aprovar a moção que o senhor quiser, até pode ter uma moção que me mande para a lua, mas eu não sou obrigado a cumpri-la, digo-lhe já.

Bem, eu acho que olhando com distância higiénica este processo, eu diria, como o Asterix, “os romanos devem estar loucos”. Numa altura destas, num projeto com uma empresa que, por muito desgosto que alguns possam ter, tem uma reputação e um nome a defender, que escolhe o nosso concelho, que se sujeita a um conjunto de regras que esta Assembleia aprovou, um pedido de informação prévia, e a seguir um licenciamento, foram os senhores que aprovaram isto, depois de a Câmara o propor por unanimidade. Hoje, o que estamos a discutir é que os noventa dias para a informação prévia passem a cento e oitenta, e que os dezoito meses para execução do projeto, para a sua montagem, passem a vinte e quatro. É o que estamos a discutir.

De onde é que choveu esta súbita preocupação, infundamentada, preconceituosa, que condiciona uma coisa mais importante? Mas, nós não temos um Plano Diretor Municipal aprovado por unanimidade? Nós não temos um histórico de mais de trinta anos na fixação de projetos industriais que não têm impacto ambiental? Não o temos respeitado? Nós não temos um regime de licenciamento industrial apertadíssimo, que a maior parte dos empresários se queixa, que passam anos para poderem concluir as suas obrigações, com a

dificuldade que têm? Nós não temos em investimentos de grande dimensão o impacto ambiental, para perceber se aquilo que se vai fazer pode ou não pode ser feito nos locais onde estão a ser feitos? Nós não temos um histórico? Nós não temos bom senso? Nós não queremos um equilíbrio social? Quem é que não quer?

O espaço que foi vendido é espaço de atividades económicas, ponto final. Não é nenhuma área de ampliação, não é nenhuma área urbana; o espaço que foi vendido é espaço de utilização industrial. Já era no PU da Guia, está aqui, já era no PU da Guia – não, no PU da Guia até se fez outra coisa: o PU da Guia, a Junta de Freguesia propôs ao Município que o PDM de 1995 reduzisse em vinte e três hectares e meio a zona industrial à volta da Guia, e ficaram apenas estes sete hectares. Hoje, no PDM aprovado em 2014, este é o polígono industrial que foi vendido, exatamente o mesmo, não há aqui mudança rigorosamente nenhuma. O espaço que nós vendemos é um espaço de atividades industriais, que o Município fez as aquisições de todas aquelas parcelas. E por que é que fez daquelas parcelas? Isto é o cadastro feito em 2007 – cadastro feito em 2007 – havia PDM em 1995, e o PU da Guia deve ser desta altura. Estas são as parcelas da zona a norte e da zona que foi comprada, onde já existia a ETAR da Guia, onde já existem infraestruturas. Esta foi a zona que foi comprada por nós, e esta foi a zona que foi posta em venda em hasta pública. 2007, com previsão de instrumentos de gestão territorial, que quer no PU da Guia, quer, depois, na transposição para o Plano Diretor Municipal, foram aprovados.

Portanto, eu percebo que se queira fazer a discussão sobre para onde é que a zona industrial pode ir – já lá vamos. Hoje, o espaço que foi proposto, o espaço que foi aprovado, já do tempo do Sr. Presidente da Junta, na altura, Manuel António, para ser área empresarial a nascente da linha do caminho de ferro, já existia no PU da Guia, e foi exatamente transposto para o Plano Diretor Municipal de 2014, que foi aprovado pelo Presidente Manuel Serra. Isto são as evidências factuais, e os Srs. Deputados têm aqui a síntese, feita pelos serviços de urbanismo da Câmara, para cada um poder ler, comparar os artigos, e apreciar se, efetivamente, assim é ou assim não é. Esta é a primeira questão. Não foram vendidos terrenos que não tinham aptidão industrial, não foram vendidos terrenos que eram urbanos para habitações, nada disso; o espaço tinha uma função exclusivamente de atividades económicas. E que o problema fique, no que diz respeito ao que foi vendido, com esta clarividência.

Devemos ter os cuidados? Com certeza que sim, Srs. Deputados. Então, mas nós, antes de termos a informação prévia, estamos a precipitar-nos por que razão? Será que os empresários atentos às grandes potencialidades que nós apresentamos, como é que eles olharão para isto? Que repercussões é que isto terá? Como é que o Presidente da Câmara será recebido quando, ao adquirirmos as parcelas que estão a norte – algumas das quais, já iniciámos negociações, aliás – se começarmos a perceber que isto depende de uma série de circunstâncias? Bem, não me parece que isto dê bom resultado; não me parece que isto dê bom resultado. Nós estamos no séc. XXI; são assim tão frequentes, quanto apresentam alguns, episódios de tecnologia nova, feita por empresas que têm marcas que são conhecidas, que têm prestígio reputacional, em que se mistura a própria indústria com a marca, que queiram fazer as coisas tão mal feitas, que a população ali ao lado se sinta mal, e que isto seja mais um problema do que uma solução? Alguém acreditará que quem invista dez (10.000.000€), ou vinte (20.000.000€), ou trinta (30.000.000€), ou quarenta milhões de euros (40.000.000€), o queira fazer? Custa-me muito ver pessoas maduras, experientes, a serem tão precipitadas e não esperarem pelas alturas certas para se poderem pronunciar sobre os temas com propriedade, com fundamento, com a razão – com razão.

E por isso, perguntas: Sr. Deputado Rui Acácio, por que não foi para norte? Porque a nascente, não só a aptidão aedificandi era igual, como tinha as infraestruturas todas feitas, e foi um espaço muito mais cobiçado pelos empresários que nós lá levámos, seja pela AICEP, quando o conheceu, seja pela Metalon, quando lá foi, seja por aqueles que conheciam o

espaço. Esta é uma razão evidente. Portanto, tanto pode crescer para norte, como pode crescer para nascente. Aliás, algum dos senhores escolheria ir para norte, se pudesse ficar ali a nascente? Provavelmente não.

O que vai ser construído? É o que a informação prévia, quando for entregue, nos vai claramente identificar.

Estudo de impacto ambiental? Será feito se se justificar, nos termos da Lei. Impactos sociais? Em função do projeto que seja apresentado. Postos de trabalho diretos? Em função da tecnologia, do tipo de projeto, das fases que possa ter, e por aí fora.

Portanto, eu acho que essa discussão fará todo o sentido no sítio certo, com a informação certa, com a ponderação certa, e não com a precipitação – e não com a precipitação. O que é que nós ganhamos com esta precipitação? Algum de nós ganha subitamente mais consciência, porque há uma petição, porque se insultam as pessoas no Facebook e nas redes sociais, porque isso é que dá legitimidade à nossa razão? Porque quem grita mais alto é que tem razão? Porque quem fala precipitadamente é que tem razão? Eu não sei por que é que isto há de ser racional, e por que é que nós devemos achar que este é um bom critério. Desconfiamos, como já vi coisas insinuadas aqui dentro, sobre transparência no negócio? Os senhores querem recordar-se das razões por que a Câmara aumentou o preço e quis trazer à Assembleia Municipal este negócio? Sabem quais foram as razões? A Câmara, pelo valor que tinha de avaliação, podia ficar no limiar dos mil salários mínimos nacionais, que é aquilo por que pode fazer a venda. E eu digo aqui o que disse na Câmara: o valor foi aumentado para vir à Assembleia Municipal, porque nós queríamos que a Assembleia Municipal se envolvesse neste processo, primeiro porque não era um lote, e porque não era um lote, entendi que não devia fazer uma negociação direta, e aquilo que tenho de algumas pessoas é a suspeita, que eu nem vou qualificar, de que porque foi feita uma hasta pública, há marosca, cheira mal, há suspeitas. Meus amigos, cada um vê com os seus olhos; cada um vê com os seus olhos, e eu vejo com os meus. E quem trouxe este processo aqui para ser apreciado, os termos da hasta pública, fui eu, sem medo, sem esconder nada a ninguém. Se os Srs. Deputados não vieram cá, não significava que não conhecessem as propostas, que não se pronunciassem. Se têm dúvida se o espaço é urbano, perguntem à Câmara; se têm dúvidas de qual é o histórico, perguntem à Câmara; se querem certidões, peçam-nas à Câmara, é a vossa obrigação. Ora, o processo que aqui está é um processo inequívoco, e portanto, estamos a fazer aquilo que o PDM estabeleceu, aquilo que os senhores tantas vezes dizem que nós fazemos mal, que não captamos investimento – e no próximo ponto já vamos falar disso – o desenvolvimento económico não anda para a frente. Bem, eu vou dizer-vos: a possibilidade de esta posição, de que já me apercebi, ser das mais nocivas, das mais prejudiciais, para a reputação da atração de investimento no Concelho de Pombal, eu julgo que é praticamente impossível fazer pior do que aquilo que alguns dos senhores estão a fazer; é praticamente impossível fazer pior. E os senhores dirão: “Mas, eu quero o melhor para a minha terra”, mas o senhor não faz a mínima ideia daquilo que está a ser preparado, e daquilo que está a ser feito. E antes de isso ser conhecido, há muita gente que ainda vai ter que se debruçar sobre o assunto, e vai ter que decidir sobre este assunto.

Agora, isto não é uma aldeia gaulesa, meus amigos; isto é um Município, que tem regras. Não há aqui uns que estão empoderados de valores superiores, que dizem “na minha terra mando eu”. Na nossa terra, mandamos nós, e os senhores devem, muitos de vós, deixar de olhar só para o vosso umbigo caprichoso, mal intencionado, porque perverte aquilo que os senhores propuseram e aprovaram, e legitimaram para ser feito. E não há o direito que se faça a nenhum cidadão e a nenhuma empresa o linchamento, sob o ponto de vista empresarial, como os senhores estão a fazer. Não há o direito, e eu sou absolutamente contra um movimento com essas características. Por quê? Porque os senhores, nesta fase, têm aquilo que eu tenho: não sabem em detalhe os pormenores da operação. Mas têm, provavelmente, para estarem tão aborrecidos, ou informações especiais que não partilham

Alcides
João

– disse mais o Sr. Presidente da Junta agora sobre as características do projeto do que eu sabia antes. Alguém da Assembleia Municipal, ou da própria Câmara, pôs em causa que esta operação, fosse para quem fosse, não respeitasse as regras que o nosso país tem, os critérios que a Câmara também tem, que a Assembleia Municipal impõe, que o licenciamento industrial exige? Mas, onde é que nós estamos? O que é que nós queremos? Mas que raio de democracia é esta? Mas que licenciamentos são estes, licenciamentos com este tipo de critérios? Eu nunca vi, eu nunca vi fazer-se isto em lado nenhum, nunca vi. Se queremos fazer a discussão séria, esperemos pelas informações, aguardemos por esclarecimentos, peçamos mais esclarecimentos. Não é antes. Histeria? Alarde público fundamentado em suspeitas congeminadas, porque se acha que isto é a mesma coisa que um aviário? Bem, então deixem-me pôr o assunto ao contrário: se tivermos que olhar para aquilo que alguns consideraram ter sido um bom senso do investidor quando conheceu as razões para a localização de aviários numa zona urbana, olharemos para o investidor dizendo que foi um homem de bom senso, entendeu as razões, não quis desenvolver o projeto – que podia – porque atendeu a essas boas razões. E nós, na prática, o que é que devolvemos? Mais suspeita, mais dúvida, mais criação de mau nome, afetação reputacional, que fica colada às nossas costas e à nossa cara, e não me parece que isto seja sequer inteligente para território nenhum. Para território nenhum.

Fizemos as aquisições às claras. Eu fui fazer as reuniões para comprar estes cento e vinte mil metros quadrados no Salão José Maria Duarte, as pessoas foram convocadas, fiz reuniões com elas, as escrituras foram públicas, os que tinham acima de vinte e cinco mil euros (25.000€) foram à reunião de Câmara para serem aprovados, o valor foi igual para todos, a Câmara conheceu a operação, aprovou-se um caderno de encargos, o programa de concurso de hasta pública, veio à Assembleia Municipal. Os terrenos têm aptidão, não se conhece o projeto final, e já se fez este alarido todo? Valha-me Deus. Estamos perante o quê, perante quem, a decidir o quê? Que sinal é que nós estamos a dar às pessoas? Que caminho é que queremos seguir no futuro? De repente, há aqui um problema gigantesco. Basta olhar, aqui falou-se do Pego, o Dr. João falou do Pego; por que é que não falámos das celulosas, que temos os prejuízos e não temos as receitas, não temos a Derrama, não temos as exportações, não temos a tecnologia, não temos o know how? Mas, temos os eucaliptais. Muito inteligente, muito inteligente. E este é o modelo, é o modelo dos pobres, dos tristes, dos enganados, em vez de fazermos as coisas como deve ser. Se o projeto não nos agrada, o que é que nós faremos? Não aprovamos. Já o conhecemos? Não. Mas, por que é que havia de ser de forma diferente? E por que é que nós haveríamos de pensar que a entidade promotora queria fazer um ataque à população, queria perturbar a paz social, queria criar um país de pé rapado? Andamos a discutir a demografia? Ainda hoje falámos disto, precisamos de gente para vir trabalhar para o nosso concelho, para fomentar a habitação, o consumo, as escolas, para se reproduzirem, fazerem aqui a sua vida, para terem aqui um projeto de vida. E nós, que temos que equilibrar sempre a questão ambiental, a questão social e a questão económica, não fazemos ideia da consequência ambiental, não fazemos ideia da questão social, não fazemos ideia da questão económica, e já estamos a dizer “nem pensar”. O projeto é muito bom, mas deve ser noutra sítio. Mas por quê? Por que é que ele será bom encostado à estrada do Grou, a setenta metros do sítio onde está, e não é bom no sítio onde ele está? Qual é a diferença? Quem é que entendeu que as regras deviam ser exatamente as mesmas, quem é que as aprovou? Quem retirou vinte e três hectares e meio do primeiro Plano Diretor Municipal na zona industrial da Guia, foi a Junta de Freguesia que propôs à Câmara. E sabem onde é que estava a maior parte desses metros quadrados? A sul da zona industrial. Não estavam todos a nascente, estavam a sul. Vejam os mapas que eu vos distribuí; quem quiser ir ver o PDM, e ver a história do PDM, pode ir. Estejam à vontade, a Dra. Sílvia Ferreira, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Regeneração Urbana, facultava-vos os dados todos, para que isto possa acontecer.

Eu acho que nós devemos ter um bocadinho de ponderação. O facto de podermos ficar um bocadinho mais impulsivos com a discussão não nos deve tirar o bom senso, não nos deve levar imediatamente para a radicalidade que eu já vi escrita, para as observações mais inqualificáveis, de suspeitas, de favores, de fretes, de subserviência, e por aí fora. É preciso, de facto, respeitar as pessoas, e respeitar as pessoas é respeitá-las todas. Eu tenho muita pena que nós nos vejamos a fazer uma discussão destas quando nenhum dos senhores tem um papel assinado por uma pessoa que represente aquela instituição, a suscitar a mais pequena dúvida sobre o critério, que cada um de nós terá o seu, que deve presidir para uma instituição destas. Damos um mau exemplo, entrámos com o pé esquerdo, afastámos potenciais investidores, e se calhar temos que pensar se, efetivamente, estamos a fazer o melhor para o nosso território, o melhor para a Guia, o melhor para o nosso ambiente, o melhor para a nossa economia, o melhor para os nossos cidadãos. E como eu não tenho nenhuma evidência de nada daquilo que se tem de forma alarmista dito, e escrito, e comentado, e insinuado, não tenho o direito de desconfiar, nem do promotor, e tenho o direito de saber quais são as suspeitas, que alguns aqui já disseram, que alimentam toda essa febril oposição, que eu acho, de facto, que por ser febril, tem toldado um bocadinho o discernimento e o bom senso, e que dificulta ver a evidência. Tenhamos calma, tenhamos ponderação, recebamos as propostas, apreciemo-las, se quiserem fazer uma comissão, façamos a comissão, se querem fazer uma Assembleia Extraordinária, façamos a Assembleia Extraordinária, se for preciso reunir com os empresários, façamos isso, mas não tiremos conclusões precipitadas. Não faremos julgamentos precipitados, não faremos linchamentos, não faremos achincalhamentos, não levantaremos suspeitas; isso não honra o Município de Pombal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada. Sr. Deputado Manuel António, já interveio duas vezes. Quer intervir para quê? Diga, para quê? Desculpe, não vi onde é que ofendeu a honra.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, vamos ser concretos, porque nas duas propostas de moção não há uma palavra ofensiva em lado nenhum. Está a colocar um ónus, que facilmente me fica imputado, ao qual, Sr. Presidente, e ainda há bocadinho lhe chamaram à atenção, é bom que nos respeitemos uns aos outros, e o senhor também me deve esse respeito, que eu respeito-o a si. O Sr. Presidente tem que ser concreto, porque é assim, nunca ninguém disse que a Lusiaves não é bem-vinda; é bem-vinda, é bom que fique claro. A localização – o senhor comprou e vendeu doze hectares, só tem sete hectares de espaço industrial, os outros cinco foram para quê? Não estavam lá, não faziam parte do zonamento. Agora, o senhor vai dizer-me assim, eu não estou enganado, é bom. E quando faz a insinuação da perda dos vinte e três hectares, o Sr. Presidente está perdido no tempo. Por quê? Não tem nada a ver com o meu mandato, enquanto Presidente de Junta, é da década de noventa. No meu mandato, enquanto Presidente de Junta, e da minha equipa, com o Eng.º Narciso Mota e contigo, enquanto vereador, foram cinquenta hectares logo à cabeça, e o Michael sabe isso, nós sabemos todos isso. E eram sete hectares só na zona nascente.

Aqui o que levanta a questão, e o Sr. Presidente sabe bem, é o tal edital do dia 29 de fevereiro, em que o senhor manda fazer um trabalho com o propósito de ampliar a zona industrial em vinte hectares para a zona da lagoa e para a estação, coisa a que nós nos opomos. A questão da localização da Lusiaves, é bom que não haja dúvidas – Gonçalo, que não haja dúvidas: a Lusiaves, há três localizações. Não há stress nenhum, Sr. Presidente. E eu dei o exemplo do Eng.º Narciso Mota, com a Bioeste. Houve algum stress? A empresa não entendeu? Obviamente que é um constrangimento e é uma chatice. Agora, não ficou lá a empresa? E nós tínhamos expectativas elevadas, e ela também tem alguns problemas que, às vezes, coloca, de carácter ambiental, e nós não estávamos tanto à espera disso.

Por isso, Sr. Presidente, eu não vou interromper mais, aquilo que era importante era que não ficasse aqui a ideia errada – porque, às vezes, há essa intenção, de nos expor, como se nós, só por termos uma opinião crítica, ou por no momento nos opormos a uma posição, somos logo destratados. E eu, muito honestamente, nem mereço isso, nem estou nesse jogo. Por quê? Porque se lerem o que eu escrevi, não faz qualquer referência lesiva, insinuosas, absolutamente nada. O resto, o diz que disse, é pouco importante para este assunto. E a história dos gauleses, Sr. Presidente, a história dos gauleses, obviamente que é importante que aqui, no Concelho de Pombal, sejamos a decidir, mas que as decisões não tragam prejuízo, porque é possível criar soluções, e melhores soluções.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada. Sr. Deputado Rui Acácio, um minuto, então.”

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente, eu venho a esta Assembleia, como disse – e acho que li português, e até trazia escrito para não me enganar – eu venho aqui cordialmente apresentar as preocupações dos Guienses ao dia de hoje, porque ao dia de hoje, as preocupações dos Guienses são aquelas que eu aqui referi, não fui eu que as inventei. E não aceito, e mais longe, nem sequer admito a forma como me tratou e como falou. Ou seja, é uma forma como eu nunca tratei o Município, e por isso, também não me revejo nessas acusações. E como o senhor sabe, essas acusações não são minhas, nem são para mim. E por isso, defender aqui também a honra, porque há aqui algumas coisas que têm que ser ditas.

Depois, não se sabe ainda o que é que vai ser construído naquele sítio, os Guienses também têm essa situação, aviários, e por aí fora, ou seja, também são pessoas que estão ali com alguma fragilidade. Mas, se não se sabe o que é, e se se sabe que vai haver uma empresa, e para se conhecer a empresa, é porque há uma intenção, e essa intenção é boa. E é bom também que o Sr. Presidente e o Município digam o que se disse agora, nesta Assembleia, porque assim os Guienses vão ficar a saber que o Sr. Presidente está connosco em tudo o que seja o melhor para aquela zona, e isso é bom.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado”

Colocado o assunto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara, alterando o prazo da cláusula 3 para 180 dias e da cláusula 12 para os 24 meses, conforme proposto.

Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação de uma Moção de Censura emanada pela Bancada do Partido Socialista.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se inscreve neste ponto? Sr. Deputado Carlos Lopes, se faz favor.”

Carlos Lopes (PS):

“Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, digníssimos membros desta Assembleia, caras e caros Pombalenses:

O PSD de Pombal apresentou-se ao eleitorado nas últimas eleições autárquicas com um programa intitulado “Pombal – Mais Futuro”, e com uma equipa. E foi com esse programa e com essa equipa que ganhou as eleições autárquicas. Conseguiu eleger democraticamente cinco membros para o Executivo Municipal, tendo total legitimidade para governar, e bem assim para poder aplicar e implementar o seu programa eleitoral.

Passados que estão praticamente três anos sobre as últimas eleições, podemos constatar que o Executivo Camarário tem sido praticamente inconsequente e estéril na aplicação das suas propostas. O Executivo do PSD na Câmara está a passar por sérias dificuldades – dificuldades em implementar o seu programa, e também no desacerto da sua equipa. Quer uma, quer outra, são graves.

Quanto ao programa, existe muita coisa por fazer. No âmbito do desenvolvimento económico, podemos constatar que o Município de Pombal tem apresentado um enorme despovoamento, devido, exatamente, à ausência de políticas vocacionadas para a fixação da população e para contrariar a saída dos jovens casais que vão à procura de melhores condições de vida. Igualmente neste âmbito, está em falta o Conselho Empresarial e de Desenvolvimento Económico, a requalificação da zona industrial da Formiga, a promoção do regime fiscal de apoio à indústria, o aumento das exposições temáticas na Expo Centro, a localização de novos espaços de acolhimento empresarial, a definir junto de todas as freguesias.

No âmbito do turismo, falta o Plano de Desenvolvimento Turístico de Pombal, a implementação dos percursos pedestres e de BTT no concelho, a instalação da ponte suspensa sobre o Vale do Poio, e a obra do CIMU-Sicó está suspensa há precisamente quatro anos.

No âmbito da floresta, a OPA florestal foi um fracasso, a Feira Nacional da Floresta foi inconsequente.

No âmbito da juventude, o Arrendamento Jovem nunca aconteceu, o Observatório da Juventude nunca foi criado.

No âmbito da cultura, a promoção da Casa Varela não passou de uma miragem, o Arquivo Sonoro Digital do concelho também não passou do papel, a recuperação de memórias e costumes do território não existe, a Casa Mota Pinto continua sem qualquer destino há vários anos.

Enfim, muito mais haveria a dizer. Os Pombalenses sentem-se defraudados nas suas expectativas, o Município não tem conseguido definir uma estratégia de desenvolvimento para o futuro. Esta Câmara Municipal está esgotada, não consegue resolver os problemas, não quer saber dos seus munícipes, não tem tido a capacidade de dialogar, não tem ouvido os Pombalenses em matérias importantes, e o exemplo acabado disto mesmo foi o que se passou com o projeto de requalificação do Jardim da Várzea.

Nas várias intervenções em espaços urbanos, a Câmara Municipal, liderada pelo PSD, tem recorrido sistematicamente ao betão, em detrimento de outras soluções mais apelativas, num total desrespeito pela memória coletiva dos Pombalenses.

Quanto ao desacerto na equipa, a equipa foi escolhida e sufragada pelo PSD, tendo como equipa fracassado. Já nem se pode falar em equipa, atendendo ao estado de degradação a que chegou. Existem desentendimentos entre os eleitos pelo PSD, sendo certo que a situação assume contornos nunca antes vistos. A situação é grave porque significa que não existe uma liderança, um rumo, criando mau estar entre pares. O Executivo PSD na Câmara está à deriva, sem saber que caminho trilhar. A situação de desentendimento gera desconforto e falta de autoridade do líder do Executivo, leva a que membros eleitos pelo mesmo Partido se confrontem ferozmente, usando até expressões em nada recomendáveis – basta atentarmos nas últimas reuniões.

A Câmara Municipal, liderada pelo PSD, esqueceu-se dos Pombalenses e pôs à frente do desenvolvimento do concelho e do compromisso que tinha assumido com eles as guerras político-partidárias. A remodelação de vereadores não é uma decisão para melhorar a gestão, mas operação que revela o desnorde e desgoverno deste Executivo.

Se, porém, o desacerto na equipa se fica a dever a questões pessoais, o PS entende que esta matéria deve ficar restrita ao foro pessoal, sendo certo que em nenhum momento as questões

personais devem prejudicar ou beliscar o desenvolvimento do concelho, devendo ficar à porta dos Paços do Concelho, para bem de todos.

Esta moção de censura quer dar voz à indignação dos Pombalenses, que são gente séria, honesta e trabalhadora, e que perderam a sua confiança no Executivo Camarário liderado pelo PSD, primeiro responsável pela gestão autárquica desde 1993. Não nos revemos na postura deste Executivo, e não podemos fechar os olhos para a situação que foi criada, e que definitivamente compromete o desenvolvimento do concelho. Fecharmos os olhos e não atuarmos neste momento significaria, por um lado, sermos coniventes com uma situação que de todo censuramos, e por outro, faltarmos ao dever de lealdade para com todos aqueles que em nós confiaram o seu voto.

A Câmara falhou aos Pombalenses, a Câmara está esgotada, e o Sr. Presidente está perdido. A Câmara vive noutra realidade.

Assim, o Grupo Municipal do PS, ao abrigo da Legislação em vigor, pretende que esta Assembleia Municipal censure politicamente o Executivo do PSD da Câmara Municipal de Pombal, instando a uma mudança política que venha a determinar, por um lado, um modelo de desenvolvimento mais próspero e eficaz, em que a participação dos Pombalenses seja mais ativa e participada, e por outro, que o foco central da atuação seja a resolução dos problemas do concelho, e não as guerras político-partidárias.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Carlos Lopes. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Elisabete Alves. Pode usar da palavra, Sra. Deputada.”

Elisabete Alves (PS):

“Acabada de expor a moção da Bancada do Partido Socialista, apenas acrescento aqui alguns pontos de reflexão. Destaco o desenvolvimento económico, já aqui referido pelo líder da Bancada do Partido Socialista, as peripécias do “entra” e “sai” de vereadores com pelouro, que revela que o Sr. Presidente não sabe dirigir a equipa que apresentou a eleições na sua lista, ou então escolheu-os mal, ou quando os escolheu, já sabia o que é que isto ia dar, que não ia conseguir lidar com eles.

Passando também a nossa reflexão pela forma obscura com que tentou levar a cabo o desajustado projeto de requalificação do Jardim da Várzea, ainda em ajustamento, após a oposição, nomeadamente da Vereadora do Partido Socialista, e bem assim de outros vereadores e de muitos cidadãos.

Mesmo noutras obras deste Executivo, verifica-se má execução, má gestão, desrespeito pela identidade dos espaços, desrespeito inclusive por projetos de autor – e aqui refiro-me ao Jardim da Várzea. Não somos contra as requalificações, de maneira nenhuma, mas somos contra a forma como este Executivo trata com leviandade o património concelhio, e a forma como gere os dinheiros públicos nessas intervenções nesse património.

Sr. Presidente da Câmara, a si me dirijo para lhe pedir que respeite a identidade de Pombal, não administre mal o dinheiro dos nossos impostos nas intervenções que faz no nosso património – e, aliás, em nenhum outro ato de gestão – e reconsidere os projetos que tem em mãos; não cometa erros históricos, e ouça os nossos cidadãos.

A ousadia que quer implementar, e que há pouco dizia, no início desta reunião, use-a para uma estratégia de desenvolvimento do concelho nas mais diversas áreas fundamentais, ao invés de a usar para gastar rios de dinheiro em operações plásticas aos nossos jardins e praças.

Aos Srs. Deputados das várias Bancadas, peço que votem em consciência, sendo que, se votarem contra a moção do PS, claramente estão a manifestar estar de acordo com todas estas peripécias do Executivo, e falta de estratégia.

Dizer ainda que nestas reuniões me apercebo que este órgão, um órgão como este, com a importância que este órgão tem, que deve ser um órgão de fiscalização do Executivo

Camarário, é encarado por muitos deputados, e também até pelo próprio Presidente, como o meio próprio e o local de crítica e fiscalização ao Governo do país – aliás, a maior parte das intervenções que vemos aqui no período de antes da ordem do dia e em muitas outras intervenções, não falam dos problemas do concelho, mas falam e criticam a gestão do Governo PS, do Governo do país. Eu lamento que se desviem as atenções dos assuntos e dos problemas do concelho dessa forma. Nós, isso, não fazemos.

E portanto, eu terminaria só dizendo aqui uma frase que consta da moção de censura, que claramente sentimos, e que sentimos que os Pombalenses, ou que a maior parte dos Pombalenses está connosco, que os Pombalenses sabem, neste momento, que o Município tem sido incapaz de definir uma estratégia de desenvolvimento para o futuro.

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada Elisabete Alves. Sr. Deputado Vítor Gomes, se faz favor.”

Vítor Gomes (PS):

“Sra. Presidente, eu vou intervir agora, mas ressalvo a possibilidade de poder vir a intervir no futuro para qualquer réplica que possa ter que exercer. De qualquer maneira, vou cingir-me a um aspeto simples, que tem a ver com liderança. E sobre isto, tenho a dizer, é mais um apontamento que faço, para além do que está escrito na moção, e falo nisso relativamente ao Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara demonstrou, durante este período, quer em reuniões de Câmara, quer na substituição de vereadores, ou na sua demissão de funções, ter sido, em termos de liderança, um péssimo líder. E digo por quê. Aqui, desculpem a imodéstia, mas falo com alguma autoridade: eu sei alguma coisa de liderança, eu frequentei um curso de comando no Instituto dos Altos Estudos da Força Aérea, e no meu curso tive a melhor nota em liderança. Não quer dizer que tenha saído um bom líder, mas tenho umas noções do que isso é. E o Sr. Presidente da Câmara, ele próprio se pôs nesta situação, porque não soube liderar a equipa que escolheu.

E eu vou dar-lhe aqui um exemplo do que se passou no passado, e que está aqui nesta sala, nesta Vereação, um elemento que no mandato do Eng.º Narciso Mota – ele não se importará, com certeza, que eu o refira, o Vereador Michael António, quando chegou ao Executivo Municipal, era um jovem imaturo – desculpa o termo, na altura era – acabado de chegar à política, deslumbrou-se, cometeu algumas “cretinices” próprias da juventude, que eu também cometi quando jovem, e eu nunca vi, apesar de todas as discordâncias que eu tive durante os mandatos do Eng.º Narciso Mota, nunca vi o Eng.º Narciso Mota recriminá-lo em público. E foi criticado muitas vezes por isso. Foi sempre à praça pública defendê-lo. E um bom líder, uma das coisas fundamentais que tem que ter é repreender em privado e elogiar em público. O Eng.º Narciso Mota, talvez por ter estado muito tempo no serviço militar, deve ter ficado com isso inculcado, e deve ter percebido isso. Pelo menos isso ele percebeu. E o Sr. Presidente da Câmara nunca o fez, não o fez em relação aos seus vereadores – por isso o espetáculo público que foram as reuniões da Vereação – e já o tinha feito anteriormente, quando o senhor não respeitou o Estatuto da Oposição em relação ao seu assessor, também em público o recriminou. Isso são atitudes que qualquer líder que se preze não tem.

Era esta a crítica que eu tinha a fazer, para além do que está aqui escrito nos papéis. E reservo-me para alguma réplica que tenha que ter, em relação àquilo que aqui for dito.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Vítor Gomes. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pimpão, se faz favor.”

Pedro Pimpão (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente, caros colegas, membros da Assembleia Municipal.

A reunião já vai longa, mas eu queria, neste ponto, também partilhar aquilo que é a minha posição, porque ao ler a moção de censura – e o Sr. Deputado Carlos Lopes começou por referir que a moção de censura de dirigia também ao PSD de Pombal, e a referência que é feita ao trabalho desde 1993, o PSD de Pombal é composto por muita gente, que ao longo destas três décadas tem dado o melhor de si para o desenvolvimento do território, na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, em cada uma das Juntas de Freguesia. E ao longo destes trinta anos, os Pombalenses têm-nos dado a confiança renovada, maioritária, porque reconhecem o nosso trabalho e a nossa dedicação.

E queria dizer que, face a este considerando inicial, há três razões que nos levam a não votar favoravelmente esta moção. É natural que não o façamos, e vou dizer por quê. Há uma razão de contexto, há uma razão de forma, e há uma razão de substância.

A razão de contexto: a oportunidade, que é bem elencada na moção de censura, da apresentação desta moção. Todos nós sabemos o ambiente político que se vive em Pombal, o clima que se vive em Pombal, que chega a um nível de críspação em que não nos revemos, e que dizemos que não pode continuar assim, por parte de vários representantes de diferentes Partidos políticos, e é neste clima que aparece o Partido Socialista a apresentar uma moção de censura, aproveitando uma oportunidade, que eu posso dizer que é oportunismo, porque nestes momentos difíceis, exigentes, aquilo a que devemos apelar aos intervenientes públicos é que tenham sentido de responsabilidade, é que contribuam para a normalidade do debate político, para a valorização dos órgãos autárquicos, e não é isso que está aqui a acontecer, porque a apresentação desta moção de censura é, nestes termos em que é explicada, um oportunismo, um aproveitamento partidário, quando nós todos, cada um de nós sente que em cima e à frente dos interesses pessoais ou partidários, devem estar os interesses dos Pombalenses, os interesses das pessoas que estão lá fora, e que esperam de nós atitudes responsáveis, ao nível das funções que nós desempenhamos.

E agora, vamos à questão prática da moção, e à segunda razão, uma razão de forma. A moção de censura que aqui hoje é apresentada, do ponto de vista jurídico, e até político, é ineficaz. Ao contrário das moções de censura que são apresentadas na Assembleia da República, e que nos termos da Constituição implicam a demissão imediata do Governo, esta moção de censura, que por mera hipótese académica, viesse a ser aprovada – algo que não concebemos – sabem qual é que era a consequência imediata que tinha? Nenhuma, nada. A partir do momento em que essa moção de censura fosse aprovada, o Executivo mantinha-se como se mantém, a Assembleia Municipal mantinha-se, como se mantém, não mudava nada.

Portanto, esta é uma moção de censura que, do ponto de vista jurídico, não tem eficácia nenhuma, nem do ponto de vista político, porque não tem consequência nenhuma.

E são estas as três razões – razão de contexto, que é um aproveitamento partidário de uma situação, que é legítimo que o façam, mas que não é isso que os Pombalenses lá fora esperam de nós, e uma razão de forma, porque é ineficaz do ponto de vista jurídico, e agora uma razão de substância, porque o Sr. Deputado Carlos Lopes, na sua intervenção, fez questão de ler a moção de censura, e eu estava a acompanhar a moção de censura toda. E quando olhamos para a moção de censura, para o texto, para a substância, que é aquilo que realmente importa às pessoas que estão lá fora, vemos o arrazoado de motivações, um bocado prolixo, mas que não apresenta nenhuma alternativa de futuro para o Concelho de Pombal. Aquilo que é apresentado é uma identificação de alguns projetos, que nem se identifica o carácter prioritário de alguns desses projetos para o desenvolvimento do nosso concelho, nem sequer isso é identificado, e um olhar para o passado. Mais uma vez, enquanto o PSD, nas suas diversas funções, nos seus diversos órgãos, vai continuar com os olhos postos na estrada, o PS continua com os olhos postos no retrovisor, porque enquanto nós estamos preocupados, naturalmente com alguns erros, que humildemente temos de reconhecer, que temos de melhorar, mas estamos preocupados em resolver os problemas das

peessoas que estão lá fora, e que estão a assistir a esta Assembleia Municipal, e esperam que nós usemos o tempo em que aqui estamos para defender os interesses das pessoas, dos projetos que mudem as vidas das pessoas, e nós estamos aqui com guerrinhas político-partidárias que não têm importância nenhuma na vida e no dia a dia das pessoas.

E é por isso que, mais uma vez, o Partido Socialista, nós até agradecemos a oportunidade de o Partido Socialista nos mostrar que, em Pombal, não é alternativa nenhuma à governação do PSD, e que a verdadeira alternativa à governação é a que o próprio PSD continua a protagonizar, porque vamos ser nós que vamos continuar a protagonizar aquilo que é a mudança e o crescimento económico e social do nosso concelho, e posso assegurar-vos, agora até com mais alguma legitimidade, para dizer que em 2021, vamos continuar fortes, vamos continuar mobilizados, vamos continuar a apresentar projetos inovadores, mobilizadores, em que a comunidade se continue a rever, e vamos continuar preocupados em ter o desenvolvimento social, em ter educação de qualidade para todas as nossas crianças, em qualificar aquilo que é a preservação do meio ambiente, e o trabalho que tem sido feito em matérias relacionadas com a sustentabilidade ambiental, vamos continuar a estar preocupados com a dinamização cultural, vamos continuar a estar preocupados com a promoção turística do nosso concelho, vamos continuar a estar preocupados em melhorar a vida e o dia a dia das pessoas.

E por isso, Sra. Presidente, agradeço a oportunidade de estarmos aqui, a esta hora, a discutir uma moção de censura que não apresenta nenhuma alternativa de futuro, o que, para nós, nos deixa de certa forma até descansados, porque continuamos a perceber que a única alternativa que os Pombalenses continuam a ter, será o PSD a protagonizar.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Henrique Falcão, se faz favor.”

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Meu caro amigo Vítor, fizeste o curso de liderança há algum tempo, na tropa, já passaram alguns anos. Eu, por acaso, tive oportunidade, e frequentei um curso de liderança há cerca de um ano, e uma das coisas que aprendi foi que criticar o mesmo assunto em privado, e elogiar o mesmo assunto em público, chama-se falsidade, não se chama liderança.

Apesar do desenquadramento, e de qualquer falta de efeito desta moção, eu compreendo que o Partido Socialista o tenha feito. Seguiu o exemplo do seu líder, há uns anos atrás, que com recurso a coligações e jogadas de bastidores, conseguiu chegar ao poder sem ganhar eleições. Parece-me que aqui, essa estratégia não resulta. Aliás, fui ler a ata da última reunião da Assembleia Municipal, de fevereiro, onde o Grupo Parlamentar do Partido Socialista disse, relativamente à questão dos colégios de Albergaria dos Doze, que não pactuava com qualquer tipo de aproveitamento político. Ora, o que estamos aqui a ver não é senão uma tentativa de aproveitamento político, face a alguma instabilidade que se verifica atualmente no Executivo.

Nada destas posições, de moções de censura, retirada de competências, etc., traz nada de bom para Pombal. O que vi na última reunião de Câmara, só vi que trouxe faltas de consideração, falta de respeito, e até falta de educação.

E por isso, o CDS vai votar contra esta moção de censura.

Mas, como tudo na vida, há sempre algo a aprender. E aqui, a lição é muito simples e muito direta: todas as organizações político-partidárias têm que ter mais rigor e mais cuidado com as pessoas que metem nas listas.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Henrique Falcão. Sr. Deputado João Coucelo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“A hora já vai adiantada, e acho que é melhor irmos abreviando. Mas, eu, enfim, que falei três ou quatro minutos, no total, gostava de dizer o seguinte: eu não fiz muitos cursos de liderança, mas tive que liderar muita coisa durante muitos anos, e sei o que é ter que assumir responsabilidades, às vezes ter que fazer aquilo que outros criticam, e dizem que isto não devia ser assim, mas usar sempre daquele princípio: dê-me tempo para eu lhe provar que estou certo. Isto também é uma forma de liderar, liderar diplomaticamente as coisas, forçosamente.

E eu discordo de algumas afirmações que foram aqui feitas, isso ia levar a alguma polémica, e não é tempo para estar aqui a polemizar mais. E queria dizer ali ao Vítor que eu também não concordo em absoluto com o projeto da Várzea, mas não tenho nada contra o facto de ter lá a calçada, ter que ter mais árvores e mais área ajardinada, e acho que isso vai ser contemplado. Preocupa-me que não tenha vindo a uma audiência prévia, a uma exposição pública, para as pessoas se pronunciarem – como, aliás, muitos outros projetos já vieram aqui, nesta Câmara Municipal. Não sei por quê o lapso, e lamento que isso não tenha acontecido.

Mas, também queria dizer que os gostos se discutem. Dizer que vão lá pôr calçada, e que não deve ser assim, por isto e por aquilo, eu gostei, gosto daquela calçada. Mas, sou eu que gosto, paciência. As crises identitárias, a única coisa que identifica o Jardim da Várzea, que tem uma frequência nula, é a fonte das três bicas. Pronto, eu estou só a dizer isso. Eu brinquei lá em pequeno, posso falar do Jardim da Várzea por experiência própria, era um sítio muito frequentado quando havia muitas crianças naquela zona da Várzea, e hoje há meia dúzia de pessoas que estão no Jardim da Várzea.

Quem começou por colocar, não betão, mas calçada, foi o PS, em Pombal, no tempo do Dr. Carolino, que calçeteou o Jardim do Cardal, e não fez mais nada. Calçeteou o jardim, deu uma pintura no coreto, e pronto. Aqui, estamos a falar de um projeto que, evidentemente, levará algumas críticas das pessoas, eu concordo, as pessoas não podem fazer um jardim, ou uma praça, ao gosto de cada um, mas devem discutir se, efetivamente, as coisas devem ser com mais árvores, menos árvores, mais ensombramento, mais sítios para as pessoas se sentarem, e por aí fora. E portanto, isto é só para dizer que a minha opinião sobre a Várzea é esta, e eu concordo perfeitamente, e aceito perfeitamente que haja pessoas que tenham uma opinião completamente diferente, e não vou querer-lhes mal por causa disso.

Aquilo que os meus colegas já disseram, eu vou terminar, vou ler o que escrevi, e vou ler o que escrevi logo no dia a seguir a receber a moção do Partido Socialista, a moção de censura – não foi a quente, mas foi aquilo que me apeteceu dizer naquele momento, não alterei nada – nem vale a pena, as pessoas já se pronunciaram aqui, e eu vou dizer o seguinte:

O Partido Socialista tem toda a legitimidade formal para apresentar uma moção de censura ao Executivo Camarário, onde tem uma representação minoritária desde 2017, como corolário de uma desastrosa credibilidade a nível local, sempre a piorar desde 1993.

Os argumentos que invoca para esta moção de censura são críticas ao cumprimento do programa eleitoral do PSD, com várias incorreções de interpretação, e em que não pode falar pelos Pombalenses, mas apenas pelos seus militantes e simpatizantes. Falta-lhe o suporte popular para tal, como é evidente na sua representação autárquica.

Nem tudo está bem no seio do Executivo Municipal, temos que o admitir, e mais do que ninguém, ao PSD e ao seu Executivo caberá resolver internamente estes problemas. O Partido Socialista, que tem estado em regime de confinamento há anos, no que diz respeito à política local, aproveitou o momento para transformar em pandemia política problemas no seio da governação, com o objetivo de conseguir ser ouvido, o que de outra forma não conseguiria. Mas, faz parte do jogo político.

Em fase de desconfinamento da calamidade viral, em que a nível nacional tivemos algumas tréguas político-partidárias, pensando no bem comum, é natural que se comecem a ouvir as

críticas mais acesas a quem está na governação, já pensando em futuros atos eleitorais, como não podia deixar de ser. É aí que será feito o juízo final sobre o cumprimento das promessas eleitorais, pelo escrutínio popular. Compreende-se a necessidade do Partido Socialista de fazer prova de vida, mas não pode tentar convencer quem o vai ouvir que representa a maioria dos Pombalenses, como foi aqui dito, nas suas opiniões e teses catastrofistas que formulou.

Em democracia, todos podem exprimir livremente as suas opiniões, criticar e denunciar o que consideram errado, condenar atos de governação e questionar em sede própria, como é dever e obrigação, neste caso, na Assembleia Municipal. Uma moção de censura, no meu entender, tem cabimento se o Executivo não funcionasse, se o programa eleitoral não estivesse a ser minimamente cumprido, ainda que com alguns escolhos pelo caminho, se a credibilidade externa da Câmara estivesse ameaçada, se houvesse rutura financeira ou acusação por entidade inspetiva de má gestão ou incumprimento grave das suas obrigações legais. Não é isso que se passa. E assim sendo, a moção de censura não tem cabimento, pelo qual será rejeitada por esta Bancada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Gomes Fernandes.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Obrigado.

Eu coloco as seguintes interrogações: qual foi o objetivo da proposta de moção de censura? Testar o PSD? Talvez unir o PSD. Talvez tenham sido estes os objetivos da moção de censura, porque não estou a ver outro objetivo, dada a intervenção do Pedro Pimpão, que explicou detalhadamente os efeitos.

Também vejo a fundamentação muito fraquinha, fundamentação na não construção de uma ponte suspensa, numa divergência sobre o Jardim da Várzea, e por aí além. Quanto à ponte suspensa, parece-me que no programa eleitoral não estava a construção, mas o estudo dessa ponte suspensa, estudo da hipótese de construção. Eu digo já, a quem defendeu aqui a construção da ponte suspensa, parece que o Partido Socialista propõe, eu sou contra. O Partido Socialista quer a construção da ponte suspensa, o PSD apresentou no seu projeto o estudo, e eu, pessoalmente, com o meu voto – sou só um cidadão, a democracia funciona assim, mas o meu voto, para já, sem me convencerem de mais, é que a ponte suspensa não deva ser construída, porque tem um grande impacto ambiental, ou visual, ou o que quer que seja, naquela zona. E estamos agora a construir no país tudo o que são passadiços, pontes suspensas, parecemos quase a China, sem quaisquer preocupações ambientais.

Quanto aos trilhos de BTT que aqui falaram, conheço-os quase todos, ou todos, já fiz milhares de quilómetros aqui, e continuo a fazer – no último sábado fiz setenta e sete – pelas serras, por todos os trilhos, ajudo-os a limpar também, e sei, portanto, do que estamos a falar: por exemplo, existem os trilhos das pontes da Pelariga, que foram recuperadas pelo Presidente da Junta, com o auxílio da Câmara Municipal, muito bonitas, coisas pequeninas, simples, sem grande impacto ambiental ou visual, apenas para permitir o trânsito das pessoas. Poderiam dizer que são passadiços, mas são apenas duas pontes. E portanto, eu conheço, sei do que estou a falar. Quanto à dita suspensa, poupem-me a esse argumento.

Quanto ao Jardim da Várzea, eu não tenho qualquer história, nem memória, quanto ao Jardim da Várzea, lamento. Nada, zero. Mas, eu quero dizer que também as coisas que tive no passado – tive uma motorizada, vendi-a, não sou museu, não estou para conservar aquilo; tive uma bicicleta, vendi-a também, que façam dela o que quiserem, levem-na inclusive para o lixo. Mas, parece-me que há aqui pessoas muito preocupadas apenas com as suas memórias. Ora, eu estou preocupado, sim, porque se nós vamos deixar tudo estático, como está, cristaliza, e os nossos descendentes terão problemas em poder construir o futuro de acordo com o que entendem, porque nós vamos proibir-lhes de mexer nas coisas que nós deixámos. Não se trata de monumentos históricos, de grandes alterações no Mosteiro da

Batalha, de derrubar o Mosteiro da Batalha; não, não estamos a falar disso, ou de chegar a Maфра e deitar os carrilhões abaixo. Não estamos a falar disso, obviamente que não; estamos a falar de pôr mais ou menos pedra. O que eu sei é que já passei naquele jardim, na época de chuva, e era lama que eu pisava. Não era prático, não era utilizável. Também não estou a dizer que devemos alcatroar todos os caminhos, também ponho aqui a minha reserva; atenção, acho que estamos a exagerar nos buracos que abrimos nas pedreiras para colocar tuvenan em tantos caminhos, em demasiados caminhos. Mas, isso é outra questão, que não está aqui em discussão.

E portanto, o que está aqui em discussão é exatamente isto. E eu agora apenas queria dirigir uma palavra ao meu colega e adversário político Carlos Lopes, dizendo-lhe que gostei hoje da intervenção dele, foi veemente, gostei. Com essa veemência, achei bem, Carlos Lopes. Mas, isto apenas como entrada para te dizer o seguinte: eu não te respondi no período de antes da ordem do dia, sobre a questão que me desafiaste, para dizer qual foi o Partido que mais fez pelo interior, aproveitei para agora, para te dizer que não sei qual foi, mas lembro-me que houve um Partido, no tempo do Cavaco Silva, que abriu estradas que eram necessárias para os meios de comunicação, para as populações do interior, foram abertas, de facto, muitas estradas, autoestradas, começou-se essa política, que o Partido Socialista censurou como “política de betão”. Ouvi hoje aqui exatamente a mesma crítica dirigida ao Diogo Mateus, a “política do betão”. Não sei, talvez haja autoestradas a mais que se foram construindo posteriormente – e sabemos como, nas PPP’s, que nesse tempo não estavam ainda as PPP’s, começaram um bocadinho depois, ou ainda começou nesse tempo também, com o Ferreira do Amaral, quanto às pontes. Mas, houve estradas, autoestradas, e as pessoas fizeram uma festa quando, em Condeixa, conseguiram ligar a autoestrada de Lisboa ao Porto, foi uma festa que fizeram, ou como, por exemplo, o IC8, quando fizeram do Avelar até Figueiró dos Vinhos, e até à Sertã. As populações ficaram a gostar, necessitavam. E portanto, não era só a “política do betão”, como as empresas também começaram a inovar – algumas aproveitaram os subsídios apenas para mudar a fachada, eu sei, algumas empresas aproveitaram os subsídios apenas para mudar a fachada. Mas, foi mudança que se fez.

O Partido Socialista, na falta de argumentos, dizia que era a “política do betão”. O Jorge Sampaio dizia que há mais vida para além do défice. Ou seja, e quando se controlou, ou tentou controlar a economia, o Partido Socialista achou mal. Isto também é sobre a moção. Só mais uma questão: quando falou sobre quem queria fazer o desmantelamento da CP, eu não sei quem queria fazer o desmantelamento da CP, não sei se alguém quis; sei é que no tempo do Passos Coelho, o Passos Coelho retirou uma série de administradores, aqueles que são colocados na administração porque são irmãos, são cônjuges, são familiares, etc. – aquela história que nós sabemos, de como é que funciona um determinado Partido, de endogamia – e retirou-os para casa, pagando-lhes o ordenado, e a empresa estava melhor sem eles a trabalhar. Vejam lá como é que isto funciona, porque eles só tinham lá os seus lugares. Claro, voltou o Governo Socialista, eles voltaram ao local, para fazerem os estragos que estão a fazer. E portanto, não se tratava de um desmantelamento; tratava-se provavelmente de uma alteração – de uma alteração da própria CP, passando eventualmente a outra entidade qualquer.

Mas, também ouvi aqui falar que era preciso liderança no serviço militar. Eu também lá estive, também lá estive, e sei como é que é aquilo, como é que aquilo funcionava. Eu discordei de que a pena para um tenente fosse diferente que para um soldado na mesma situação, e a mim colocaram-me três meses sem fazer nada na secção de obras, quando eu estava na secção de justiça do Quartel General da Região Militar Norte. Mas, como já era teimoso e não aceitava determinadas coisas, tive que ficar três meses – o último tempo do serviço militar – na secção de obras, porque na secção de justiça, de onde eu era – e também digo, era aspirante, fui promovido a alferes quando saí, só para dizer, não cheguei a capitão,

obviamente, porque não fiz carreira militar, vim-me embora; se chegasse a fazer carreira militar, tinha que chegar a general, obviamente.

Mas, tudo isto para dizer também que quanto à personalidade do Diogo Mateus, Diogo Mateus, olha, também gosto de ti, deixa-me dizer-te, também gosto de ti. É preciso saber pôr uma porca fora do faval, como costuma dizer o povo. O povo é que diz, “nem serve para pôr uma porca fora do faval”, quando uma pessoa é encolhida, não governa, não toma decisões. É, de facto, necessário ter coragem, e o Diogo Mateus tem coragem, o Narciso Mota também tinha, e também não era fácil. E eu entrei em conflito com ele, como já entrei em conflito com o Diogo Mateus, também entrei em conflito com ele, e estou aqui para dizer que, neste momento, acho que ele é necessário. Neste momento, eu tenho que lhe dizer que ele é necessário. Às vezes é preciso dizer “não”, como aqui só se discutem interesses públicos, na Câmara só se deve tratar de interesses públicos, é preciso dizer “não” a muitos interesses privados, é preciso ter coragem de o dizer, e é preciso, de facto, saber quando é que se segue um rumo na defesa dos interesses públicos, ou dos interesses privados. É para isso que eu mandatei, com o meu voto, este Executivo, e eu disse – porque fui mandatário também da lista – que eu iria fazer o pedido de prestação de contas. E isto é uma prestação de contas.

Ainda bem, repito, que aqui veio esta moção de desconfiança, ou de confiança, porque nos permite a nós, de facto, mostrar aquilo que somos.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Ofélia Moleiro, faça favor, tem a palavra.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Obrigada, Sra. Presidente, mas até já me facilitaram alguns dos argumentos, alguns dos Srs. Deputados anteriores.

Sra. Presidente, eu considero, e é um facto que todos podemos constatar: nós, quando praticamos política a nível local, temos uma certa tendência para a fazer sendo parecida com a política a nível nacional, até nos chamamos de deputados, quando, na realidade, a Legislação nos chama de membros da Assembleia Municipal, pensamos que há uma moção de censura, quando, na realidade, lida e relida a Legislação, quer sobre a Câmara Municipal, quer sobre a Assembleia Municipal, esse instrumento de moção de censura ao Executivo não existe. Só quando nós nos comparamos à Assembleia da República – como já disse o Sr. Membro da Assembleia Municipal Pedro Pimpão – só quando nos comparamos à Assembleia da República é que podemos trazer aqui uma moção de censura, como se estívéssemos a apresentar uma moção de censura ao Governo, e o Governo poderia cair por uma maioria. Aqui, mesmo que isso fosse verdade – aquilo que não é – se apenas em tese aqui vencesse uma moção de censura, iria cair o Executivo? Não, porque a Legislação referente à Câmara Municipal diz que só cai se a maioria dos membros do Executivo se demitirem, só assim é que cai. Portanto, não faz sentido chamar de moção de censura ao Executivo. Poderia até ser uma moção de censura a nós, ou a um dos Grupos – que também chamamos aqui de Bancadas, mas não somos Bancadas, somos Grupos Municipais.

Portanto, há aqui uma série de erros, por simpatia, que vêm desde o início da nossa prática política local, e que nos levam ao estado de hoje – isto é, moção de censura ao Executivo. Não existe.

É certo que nós, Grupo Municipal Narciso Mota – Pombal Humano, muitas das coisas que estão aqui, dos argumentos que vêm aqui explanados na moção de censura, nós temos apresentado desde o início do mandato nas diversas intervenções dos nossos membros, como por exemplo, no âmbito do desenvolvimento económico – ainda hoje, um dos membros do nosso Grupo, a deputada Cláudia falou na perda de população, que reflete problemas no desenvolvimento económico, que vai levar a uma perda de eleitores, que vai levar a uma perda de dois Vereadores no Executivo, que passarão de nove para sete; já nos temos

referido ao problema da floresta, com o processo da OPA florestal, ou do seu insucesso; já nos temos referido a problemas na juventude, na cultura, com a Casa Varela, com o Arquivo Sonoro Digital, a Casa Mota Pinto. Ainda não falámos aqui sobre as zangas dos Vereadores; só em relação a um, dos outros não falamos, e acho que é melhor nem falarmos. Acho que a decência nos manda estarmos calados sobre as questões que se têm passado no Executivo Municipal, em relação aos pelouros.

Podíamos ainda falar da bacia de retenção para evitar cheias, do corredor ribeirinho, da ciclovia a ligar parques – mas, enfim, isso foi objeto das nossas intervenções durante todo este mandato. E portanto, eu, pelo menos, olho para esta chamada moção de censura ao Executivo como uma intervenção do Partido Socialista, através dos seus membros nesta Assembleia, uma intervenção a propósito do atual mandato do Executivo. Não vejo de outra maneira, não vejo como moção de censura ao Executivo.

E portanto, eu, como os meus colegas, que já debatemos isto na nossa reunião de preparação, nós achamos que se fosse uma verdadeira moção de censura, não deixaríamos passar, porque não quereríamos que o Executivo caísse no momento de uma pandemia que vai durar até às próximas eleições, sabe-se lá de que modo, e portanto, nunca deixaríamos passar. Deixaríamos que, como aqui já foi dito, as eleições – estamos a um ano das eleições, aliás, penso que já aqui hoje se provou que se começou a fazer uma certa campanha eleitoral. E não foi só com o PS; foi também dentro do Grupo Municipal do PSD, porque as guerras partidárias de que o deputado Pedro falou, hoje viram-se aqui dentro de um Partido. Portanto, as guerras estão a começar, isso é evidente, isso faz parte da vida política, e temos que as aceitar, viver com elas, como com a pandemia, e dar o nosso melhor, cada um de nós dar o seu melhor e a sua opinião.

E portanto, a um ano que estamos de eleições, e a muito menos da campanha para as eleições autárquicas, nós só podemos esperar que o Executivo, este ano, acabe o que já projetou, que faça o melhor que sabe e que pode, e que nas próximas eleições os eleitores de Pombal façam o seu juízo de valor. E portanto, é lá que a moção de censura se vai concretizar, nos votos dos eleitores e em quem ganhar as eleições, como também já aqui foi referido.

E como esta é a minha última intervenção hoje, e penso que quase de todos – ou de todos mesmo – eu acho que não cumprimentei no início, mas eu aproveito para cumprimentar e para me despedir. Ou seja, para desejar a todos muito boas férias, para desejar sobretudo saúde, protejam-se, voltem em setembro, estaremos aqui todos, sem pandemia, com todas as preocupações, protegendo-nos a nós e aos outros também.

Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada. Sra. Deputada, devo lembrá-la de que ainda faltam dois pontos, este ainda não é o último. E muito obrigada por todos os seus esclarecimentos. É tão bom aprender com quem sabe muito mais do que nós.

Sr. Deputado Rui Acácio, faça favor.”

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

“É só para dizer ali à colega, deputada do PS, que com muita consideração, Sra. Deputada, não posso aceitar também a sua censura, porque no início, fui eu que falei do Partido Socialista e do Governo Central, e aquilo que eu disse, volto a repetir: falo do abandono do Pinhal de Leiria, no território de Pombal.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Rui Acácio. Sr. Deputado Vítor Gomes, se faz favor.”

Vítor Gomes (PS):

“Eu ouvi aqui algumas coisas que tinham de ter resposta. Gostei imenso da intervenção da Dra. Ofélia Moleiro, com quem tive o prazer de estar na Assembleia de Freguesia, e que a

considero muito, que ela foi uma excelente Presidente de Assembleia, soube liderar uma Assembleia, aquilo que eu raramente tenho visto aqui, até inclusivamente neste próprio fórum.

Eu ouvi aqui algumas coisas, e parece que estou a ver um filme ao contrário. Eu ouvi aqui o Dr. José Gomes Fernandes a falar que o Partido Socialista é que propôs a ponte suspensa, e não foi nada disso, o Partido Socialista sempre foi contra, nunca propusemos tamanha aberração – na minha opinião, aberração.

Em relação à liderança, eu nunca disse aqui que fui um bom líder; disse que tenho umas noções de liderança, só disse isso. E gostei de ver o PSD vir a terreiro e a público, finalmente saíram da quarentena, e vê-se que estão de acordo com as práticas deste Executivo, e com todos os filmes, e com toda a opereta que se tem passado em reuniões de Câmara. Ainda bem, reconhecemos isso, e acho que lhes fica muito bem, fazerem esse apoio.

De qualquer maneira, fica o registo.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Lopes, se faz favor.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado.

Vou exercer, então, o meu direito de resposta, e gostaria de começar pela parte final, para dizer à Dra. Ofélia Moleiro, com todo o respeito que ela me merece, que, efetivamente, a figura da moção de censura está contemplada na nossa Legislação Autárquica. Se a Doutora tiver o cuidado de consultar a Lei n.º 169/99, na alínea d) do n.º 1 do art.º 53.º, que não foi revogado pela Lei n.º 75/2013, está lá, exatamente, que compete à Assembleia Municipal votar moções de censura à Câmara Municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma, ou por qualquer dos seus membros. Está lá. Portanto, não estamos aqui a copiar nada da parte nacional; estamos, de facto, a usar uma prerrogativa que a Lei nos dá, relativamente aqui à nossa Assembleia.

Sra. Presidente, eu, de facto, ouvi aqui algumas coisas, e começaria por dizer que, de facto, o Líder do PSD de Pombal fez aqui um discurso retórico político. Foi só isso, foi retórica política, porque, de facto, não há aqui oportunismo político nenhum, nós não percebemos onde é que está o oportunismo, isto são coisas concretas, objetivas. E gostaria de perguntar ao Sr. Membro da Assembleia Municipal, Pedro Pimpão, se, efetivamente, ele se revê naquilo que tem acontecido ultimamente no Município, e se ele se revê naquilo que tem sido o caminho que este Executivo tem prosseguido, em termos de desenvolvimento. Ou seja, colocando a questão de uma outra maneira, se o Sr. Deputado, ou o Sr. Membro da Assembleia, acha que Pombal está a trilhar o caminho certo naquilo que é o desenvolvimento do nosso concelho. É isto. E portanto, esta é a questão principal que nos deve fazer refletir.

E quando eu disse – e, de facto, está escrito – que o Município, o concelho, tem sido gerido desde 1993, de facto, é uma responsabilidade acrescida para o PSD, porque a história há de dizer do bem e do mal que o PSD fez ao Concelho de Pombal, e não há de ser no meu tempo, há de ser no tempo dos meus netos ou dos meus bisnetos. Mas, a história há de ficar escrita, e há de cá ficar alguém para avaliar o bom e o mau que os senhores fizeram.

Sr. Membro da Assembleia, de facto, o senhor diz que nós não somos alternativa; mas, o senhor acha que na moção de censura, cabe nós apresentarmos alternativas? Não cabe. E portanto, as alternativas hão de ser apresentadas no tempo e no espaço que o Partido Socialista entende que é o mais útil e o mais pertinente. Ou o senhor acha que agora uma moção de censura é para estar a apresentar alternativas? Não é. Aliás, se o senhor estivesse com atenção naquilo que é a gestão autárquica, sabe que o Partido Socialista tem apresentado várias propostas, e que, enfim, algumas nem sequer têm sido contempladas. E refiro-me concretamente quando é a elaboração do documento previsional, em que o Sr. Presidente da Câmara convida os Partidos com assento nesta Assembleia, e nem sempre,

para não dizer quase nunca, tem contemplado as propostas que o Partido Socialista tem apresentado.

Para dizer também ao membro Henrique Falcão que, de facto, quando ele faz aqui a comparação com um líder nacional, Sr. Deputado, é a democracia a funcionar. O Primeiro Ministro António Costa não fez golpe de Estado nenhum para ser Primeiro Ministro; foi a conjugação dos Partidos na Assembleia da República que determinou que a esquerda tivesse a maioria, e que pudesse formar Governo. Não houve aqui golpe de Estado nenhum. E também, sinceramente, não percebemos onde é que está, repito, o oportunismo que refere.

Dr. João Coucelo, a moção de censura não diz concretamente quais são os argumentos que devem ser utilizados. E incomoda-me que, efetivamente, aquilo que têm sido os espetáculos – e lamento ter que dizer isto, mas tenho que o dizer – que têm sido as reuniões públicas da Câmara, o senhor acha que quem está a assistir àquilo fica agradado com aquilo que ouve? Fica agradado com aquilo que vê? O senhor acha que é esse tipo de reuniões que trazem credibilidade ao Município? Não é. E eu tenho sérias dúvidas, se um investidor porventura estivesse interessado em investir em Pombal, depois de olhar para aquele espetáculo, se não pensaria duas vezes, no sentido de vir investir, ou não; porventura pensaria: “Onde é que eu me vou pôr? Se eles não se entendem naquele grupo de nove, onde é que eu me vou pôr?” E portanto, eu creio que, de facto, deveria haver alguma contenção naquilo que é a forma como se faz e como se dirigem os trabalhos, para que, de facto, essa credibilidade não possa ser posta em causa.

Relativamente ao meu colega José Gomes Fernandes, agradeço as palavras simpáticas que me dirigiu. Mas, Sr. Membro da Assembleia Municipal, os objetivos desta moção passam mesmo por censurar o Executivo, é manifestar o desagrado por aquilo que tem sido o governo que este Executivo tem imposto e tem levado ao nosso concelho, é mesmo isso. É exatamente por isso que se chama moção de censura, o objetivo é claramente este, é censurar. Caso contrário, teríamos apresentado uma moção de confiança, ou uma moção de louvor; mas, não é, é censurar, e o objetivo foi este.

Sra. Presidente, para dizer também ao membro José Gomes Fernandes, para lhe dizer: Sr. Membro da Assembleia Municipal, de facto, nós percebemos que houve muitas vias de comunicação, mas a atenção ao interior não se queda pelas vias de comunicação; faltou o resto, e esse resto é muito, muito importante.

Tenho dito. Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado da Bancada do Partido Socialista, Carlos Lopes. Vou agora passar a palavra ao Sr. Deputado Manuel da Mariana, também da Bancada do Partido Socialista.”

Manuel Lopes da Mariana (PS):

“Boa noite, mais uma vez.

Era só para dar uma nota, que penso que era importante esta nota aqui, para se desfazer os equívocos que por aqui andam. E é o seguinte: uma moção é um instrumento que está à disposição desta Assembleia, e que deve ser utilizado sempre que se justifique. A moção não é para destituir, ou para promover; a moção é para refletir. E aquilo que nós trazemos à reflexão é o seguinte: que se censure politicamente – politicamente – o rumo que a gestão desta Câmara está a levar. E como? Fundamentando-se nas indicações que trazemos, nas constatações que toda a gente conhece, e agora sim, que todos os elementos desta Assembleia, após esta reflexão, têm a oportunidade, através do seu voto, de indicar se censuram ou se apoiam o rumo desta gestão. É só isto.

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora, para finalizar, a palavra ao Sr. Deputado João Coucelo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Dirigir-me ao Sr. Deputado Carlos Lopes, só para lhe dizer que eu comecei por dizer que o Partido Socialista tinha toda a legitimidade formal. Eu não sou advogado, mas penso que formalmente pode apresentar uma moção deste teor. Eu só rebati, porque entendi que os argumentos que normalmente se utilizam para uma moção de censura têm a ver com situações de enorme gravidade na governação, na governação executiva, naquilo que se faz. É evidente que eu não vim para aqui censurar as reuniões do Executivo Municipal; uma moção de censura tem a ver com o cumprimento das promessas eleitorais, e o desenvolvimento das promessas eleitorais.

Sobre essa questão, eu tenho a minha posição, que fica em privado, não fica aqui em público, porque entendo que, realmente, gostaria que as reuniões do Executivo Municipal fossem como já foram anteriormente, há muitos anos atrás, e há bem poucos anos atrás, na altura em que eu até tinha oportunidade de dar uns pontapés por baixo da mesa ao Eng.º Narciso Mota, quando ele perdia as estribeiras, para evitar alguns confrontos, às vezes mais acesos. E isto tem a ver com uma imagem pública, porque hoje é tudo televisionado. Eu tenho a certeza que se não fosse, a contenção era maior, e esta publicidade, às vezes leva a alguns exageros. Eu penso assim, claramente, é a minha opinião.

Mas, queria dizer ao Carlos Lopes que eu entendo estas coisas da forma como fiz. Em política, nós temos que aceitar as posições dos adversários, e rebatê-las, e tentar apresentar as nossas razões para as rebater. Não é preciso animosidade, nem má educação, às vezes exaltamo-nos um bocadinho mais, mas isso também faz parte do calor destas refregas políticas, e sobretudo quando estamos aqui já há não sei quantas horas.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Afinal, o Sr. Deputado Pedro Pimpão tinha-se inscrito. Faça favor.”

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Vou ser rápido, mas para não dizerem que o Pedro Pimpão não respondeu, o Pedro Pimpão responde. E muito brevemente, dizer que ninguém está aqui a tapar o sol com a peneira. Eu comecei precisamente a minha intervenção para referir o ambiente político que se vive em Pombal e o aproveitamento que o Partido Socialista, legitimamente, faz deste momento, mas dizendo que é um aproveitamento partidário, é um oportunismo, porque não apresenta nenhuma alternativa, e isso foi a minha posição.

O deputado Carlos Lopes falou na retórica, é precisamente o que estamos aqui a fazer, é falar. Retórica? O Sr. Deputado usa os argumentos que quer, eu uso os argumentos que quero, é retórica, é assim. Uns são mais assertivos, outros são menos assertivos, mas cada um tem os seus, e com toda a legitimidade, como eu já disse.

Relativamente à Sra. Membro da Assembleia Municipal, Prof. Ofélia Moleiro, vou dizer-lhe que tenho aprendido muito consigo, mas queria dizer-lhe que não são guerras que existem dentro dos Partidos; existe pluralismo democrático, que também existe dentro dos Partidos políticos. E também existe – e não precisam de estar com esse tipo de reação, porque também existe nos outros Grupos Municipais, e eu não preciso de estar a referir esses momentos. Mas, é bom que isso exista, e que nós tenhamos a capacidade de, nesta sede, divergir quando temos de divergir, e unir-nos quando temos que nos unir. E neste momento difícil para o nosso concelho, é um momento de união, de valorização dos órgãos autárquicos, de estarmos aqui com responsabilidade, a pensar em projetos, em ideias, em soluções para melhorar a vida das pessoas que estão lá fora, e que esperam de nós maior sentido de responsabilidade. E infelizmente, o contributo que o Partido Socialista hoje nos traz, com uma moção de censura que é ineficaz, não vai nesse sentido. E é por isso que a minha posição, e a posição do PSD, é frontalmente contra este expediente que utilizaram nesta Assembleia Municipal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Pedro Pimpão. A Sra. Deputada Elisabete Alves pediu a palavra. Eu pedia-lhe que fosse sintética, porque o Sr. Presidente de Câmara ainda vai ter que usar da palavra também, para responder a todas as vossas questões. Obrigada.”

Elisabete Alves (PS):

“Claro que sim, Sra. Presidente, muito rápido.

Para dizer ao Sr. Membro da Assembleia, Pedro Pimpão, que desvirtuou completamente o sentido da moção, não debateu o conteúdo da mesma, fez claramente, ele próprio, aproveitamento político – ele, sim, é que esteve a fazer aproveitamento político desta apresentação da moção pelo Partido Socialista – virou completamente ao contrário aqui o objetivo desta moção, não discutiu, como eu disse, aquilo que vem vertido na moção, pelo contrário, está claramente a fazer já campanha política.

E digo ainda que quando se põe à discussão um ponto, não é para estar a rebaixar o Partido que o apresenta, nomeadamente como ele fez, que foi claramente estar a rebaixar o Partido Socialista, ou estar a tentar rebaixar o Partido Socialista, mas não conseguiu, claramente não conseguiu. E para além disso, disse situações incorretas. Esta moção, se fosse aprovada, era completamente legal, tem os efeitos que estão previstos na Lei – vá ler a Lei, está previsto na Lei, tem consequências políticas.

Portanto, para dizer que desvirtuou completamente o sentido que se pretendia com a discussão deste ponto, e não contribuiu em nada para o esclarecimento e para, enfim, a discussão e a votação deste ponto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente da Câmara, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Bem, Sra. Presidente, não houve assim propriamente muitas questões dirigidas ao Presidente da Câmara; houve um conjunto de observações.

Numa situação normal, leria as vinte e três páginas que aqui tenho, para desmontar aquilo que o Partido Socialista aqui trouxe. Mas, como algumas têm o recurso de um Power Point, que nós conseguimos ver rapidamente, eu pedia que projetassem aqui atrás de nós, começando por fazer o comentário dos duzentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta e oito metros quadrados (262.168 m²) que licenciámos para fins comerciais e industriais desde o ano de 2013, de acordo com as obras particulares da nossa Câmara. E olhando aqui para esta primeira imagem, onde temos ali a Derrama, vejam como é que tem sido o atrofio do desenvolvimento económico do nosso concelho – baixámos a Derrama de um e meio (1,5%) para um por cento (1%), e vejam a curva que ali está.

A seguir, podemos olhar para alguns dos exemplos das nossas empresas: a Eletrocar, no Parque Industrial da Guia, a Doce Reina – que, entretanto, começa a fazer a sua preparação de máquinas no final deste ano, e, se calhar, em janeiro do ano que vem começa já a trabalhar – a Dikamar – que ainda agora pediu mais um lote para fazer construções – a CEMOPOL, que fez a alteração da nova unidade internamente, no edifício antigo, e começou já a construir a ampliação que estava programada há tantos anos; a Calcitec, que aproveitou as alterações do PDM de Pombal, a possibilidade de potenciar as áreas de implantação, e ampliou a sua capacidade, e diversificou a sua produção, no Parque Industrial Manuel da Mota; a RR – Resinas, que fez uma alteração radical na Cartaria, depois da compra que tinha feito de uma antiga resineira, e este é o investimento que lá está; a Valsteam, que fez ampliação para todo o lote central onde estava, depois de uma negociação difícil, com a massa falida, e que tem esta ampliação, não só aqui, mas no outro lote que também já construiu; temos a Liguél, que resultou de uma alteração do Parque Industrial da Guia, divisão do lote aprovada pela Câmara, licenciamento, e ampliou a sua capacidade de produção; Serralharia de Construção Civil que está na zona industrial da Guia; a Maxiplas, que fez a aquisição de um lote a uma massa falida, desenvolveu o projeto,

está praticamente concluído, já visitei a fábrica há quinze dias, com os administradores; a Ofipom, que alterou as suas instalações e que se localizou também no Parque Industrial Manuel da Mota, em terreno vendido, licenciado e já concluído e a funcionar há muito tempo; a Gosimac, que alterou a sua localização em Flandes, na Rua do Ferreiro, veio para aqui, e tem uma instalação que vocês todos deviam visitar, para perceberem a inovação tecnológica e a capacidade instalada que esta unidade tem; a INDUMAPE, que tem aqui um novo pavilhão que resultou da ampliação feita já para a Quinta da Gramela, depois de haver esta via rodoviária que aqui havia em frente, é a área periférica do Parque Industrial Manuel da Mota, que foi já toda ela arranjada, de maneira a que este pavilhão possa funcionar autonomamente, nos vinte mil metros quadrados (20.000 m²) que foram comprados à Quinta para aptidão industrial, tem a respetiva estação de tratamento de águas residuais, que era uma situação muito antiga para ser resolvida, porque tinha sempre cargas elevadas e carência química de oxigénio na nossa ETAR, e que agora fica resolvida, porque também diversificaram a sua produção; a EPW, que ampliou as suas instalações, também na zona industrial da Guia; a MPL, que está, como sabem, a laborar ativamente para a indústria aeronáutica e militar, para vários pontos da Europa e do mundo; a Gomes & Michel, que é uma empresa portuguesa e francesa, que resultou precisamente dessas negociações com empresas francesas, que aqui vem instalar mais uma unidade de apoio à construção civil.

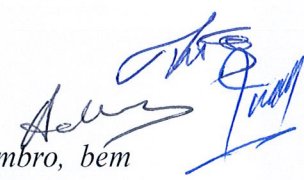
Temos aqui a evolução dos projetos da PME Leader, e percebemos também que temos menos, que as nossas empresas não estão confiantes, e que estão a reduzir – não chegavam a sessenta, estamos a caminho das noventa. Temos as PME Excelência, que começámos com doze, e já vamos a caminho das trinta e cinco.

Temos aqui o volume de negócios das empresas de Pombal, que tem aquele decréscimo na zona da troika, e que percebemos qual é a linha que temos seguido nos últimos anos. Temos aqui o volume das exportações em Pombal, que começaram ali em um bocadinho menos de cem milhões de euros (100.000.000€), e agora já estamos a chegar aos cento e oitenta milhões (180.000.000€). Temos aqui as vendas de lotes feitas desde o mandato de 2009 a 2012, 2013 a 2016, e 2017 a 2020, o gráfico fala por si. Temos aqui a venda dos lotes, em metros quadrados vendidos, e portanto, percebe-se aqui, não só o número de vendas, mas também o número de metros quadrados, e por isso se venderam tão poucos em 2019, porque já não há para vender. E esta é a evolução do número dos empregados. E este número dos empregados não é o número da população que reduziu, porque vamos continuar a observar aquilo que está a acontecer, e perceber aquilo que são os consumos de energia da média tensão – isto são os dados da EDP, não são os meus. Se isto está a ser vendido em média tensão, quem é que está a comprar?

Seguinte, Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal, papel com as empresas, está ali o resultado, 2013, quatrocentos mil (400.000€) negativos; 2019, quatrocentos mil (400.000€) positivos, ou quase. Número de alunos novos, cento e sessenta e dois. Articulação com as empresas, empregabilidade, articulação dos custos com as necessidades das empresas, participação das empresas na administração. Formandos, não os cursos profissionais, prestação de serviços às empresas – é olhar para os números e perceber.

Crescimento das dormidas, no turismo, são resultados práticos. Clientes ligados ao abastecimento público de água. Se há menos gente no concelho, por que é que se vendem mais contadores, quando a rede já está a cem por cento (100%) há tantos anos? Empresas ligadas ao setor público da água – se não há mais empresas, por que é que elas se ligam com contratos de abastecimento industriais às redes municipais? MegaWatts consumidos de consumo total de eletricidade, públicos e privados, empresas e famílias, todos.

Bem, parece que isto tudo fala por si, e ficamos aqui com uma ideia concreta. Eu percebo, e acho que até o Partido Socialista, com esta proposta, fez-nos um favor a todos, porque rebentou o balão, tirou a tensão, distendeu isto tudo, e depois disto, não se passa nada.



Aproveitamos a sugestão da Dra. Ofélia, vamos de férias, voltamos em setembro, bem dispostos, esperamos que a vontade de estrelato televisivo que as reuniões do final do mês sempre trazem seja um bocadinho amenizada pelo calor do verão, ou por as pessoas não terem tanto interesse em acompanhar o respetivo espetáculo. Eu quero aqui sublinhar que quem trouxe essa edição online, quer propondo à Assembleia Municipal, quer propondo à Câmara Municipal, fui eu, precisamente porque sempre tive, nos critérios que o Dr. João Coucelo aqui nos referia, mesmo com reuniões, de vez em quando, um bocadinho mais acaloradas, que esse era o caminho certo, e continuo a achar a mesma coisa, porque não é porque eu tenho um acidente num carro, que um carro é uma coisa má; as coisas continuam a ser boas. E há uma coisa em que não há dúvida nenhuma: demonstra muita coisa – coisas boas, coisas más, precipitações, falta de educação, falta de preparação. Mas, essa é a democracia. Não é isso que nós queremos? É isso que eu quero. E portanto, temos oportunidade de o podermos fazer, e de não pensarmos que fica apenas confinado dentro deste espaço. Portanto, acho muito bem.

E portanto, acho que foi uma boa oportunidade para se fazer as discussões que tinham que ser feitas, eu percebo que o Partido Socialista queira fazer mandatos apenas de três anos, mas nós trabalhamos até ao fim, durante quatro anos, não trabalhamos só por três anos. E quando vi a vossa moção de censura, confesso que comecei a pensar se, de facto, íamos ter oportunidade de, finalmente, perceber que as posições que nos últimos anos temos visto sobre os alinhamentos do Partido Socialista, com matérias que prejudicam o nosso concelho, fosse finalmente censurado, que os cortes nas turmas dos contratos de associação em Albergaria dos Doze e no Louriçal fossem censurados, que o voto contra que o Partido Socialista trouxe relativamente ao ensino secundário em Albergaria dos Doze fosse censurado. Tenho más notícias para os senhores: o Ministério da Educação aprovou o ensino secundário em Albergaria dos Doze, uma coisa boa. Felizmente, não pensam como os senhores. Pensei que os senhores iam censurar os apoios do Leslie em Pombal, onde os Srs. Membros do Governo foram a todos os concelhos, menos a Pombal, e fizeram aquela Legislação bestial, que apenas deu a Pombal trinta e seis mil euros (36.000€), quando as nossas despesas eram nove vezes superiores. Pensei que iam fazer um comentário sobre os investimentos públicos previstos em PIDDAC, no Concelho de Pombal, censurando-os; ainda não foi desta. Pensei que iam censurar os investimentos na saúde, dizendo que é uma vergonha que o Ministério da Saúde precise que a Câmara pague uma cadeira para um dentista, para cumprir o Serviço Nacional de Saúde, e o cumprimento das regras mínimas. Ou que a Área de Desenvolvimento Covid, que tivemos que fazer sozinhos, e que esteve ali à disposição, não fosse resolvida pelo próprio Ministério da Saúde. Ou que o centro de testes que nós fizemos, em conjunto com a CIM, fosse também um projeto do Ministério da Saúde. Já nem vou falar da vergonha dos contentores, que há pouco trocámos aqui impressões.

Mas, falámos do amianto na Gualdim Pais, pensei que havia moção de censura também por isso, estamos há vinte e cinco anos à espera. Pensei que iam fazer uma moção de censura sobre os fogos na Mata do Urso, e sobre o desinvestimento que hoje os vários deputados aqui falaram. Falámos das florestas, tivemos os Srs. Presidentes de Junta aqui, que acompanham diariamente a atividade, a falar das equipas, dos meios, da limpeza, das faixas, da abertura de estradas e caminhos, da valorização de tudo isto. Esta é a prova evidente.

E, de facto, eu creio que o Partido Socialista continua ainda muito preso àquela dimensão de eleitorado que os reduziu a quatro nesta Assembleia, que fez com que o vosso cabeça de lista à Câmara se fosse embora, que fez com que o vosso cabeça de lista à Assembleia Municipal só cá tenha vindo uma vez, e que fez com que os vossos Presidentes de Junta deixassem de ser eleitos. Essa censura já existiu, e os senhores já a sentiram. Pensei que os senhores iam censurar a fraquíssima execução de fundos comunitários que o país tem, e que também nos prejudica a nós. Falamos aqui da execução da receita de capital, mas não fomos

ao fundo da questão, que é perceber se as obras foram feitas, e por que é que esse dinheiro não veio para cá. Eu identifiquei duas, há muito mais – duas que nós não fizemos, mas nas outras, o problema não é esse. Pensei que iam censurar a circunstância de o Governo Português, ao nível dos financiamentos comunitários, não nos dar apoio para o financiamento de obras de saneamento; e os senhores, ao aprovarem por unanimidade a proposta que a Câmara aqui vos trouxe, também por unanimidade, mostram bem que estão a censurar aqueles que nos deviam dar o financiamento, e que não nos dão. Pensei que iam censurar o IVA na eletricidade, a vinte e três por cento (23%). Não é na Câmara, é nas famílias portuguesas. Pensei que iam censurar os critérios de contratação de médicos e de funcionamento. Felizmente que a Sra. Presidente da Junta de Vila Cã já nos trouxe boas notícias, mas o Sr. Presidente da União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria está à espera dessas boas notícias para S. Simão há três anos. O Sr. Presidente da Junta de Carnide, ou o Sr. Presidente da Junta das Meirinhas, anda a fazer o transporte para a assistente operacional, porque não há transportes públicos, e gasta mais por dia a transportar a senhora de Leiria para cá, do que aquilo que ela ganha.

Este é que é o país que estamos a construir. Já nem vou falar daquilo que também merecia uma censura, que foi o Tribunal de Pombal, através da Direção Geral da Justiça, pedir um assistente operacional para garantir as condições mínimas de funcionamento dos tribunais, dos órgãos de soberania. Isto é que é censurável. E pena, meus amigos, é quando vemos circunstâncias como a saída do Ministro das Finanças, nas vésperas de um Orçamento retificativo, no dia em que se lhe aplica uma Lei, que se aplicava a ele, e que ele sai antes disso para não ser vinculado, para ir para o governo do Banco de Portugal, aí é que se percebe quem é que serve Portugal, e quem é que está preocupado. E os senhores nunca se esqueçam de um pormenor: a história não vai fazer esquecer que nos últimos vinte e cinco anos, os senhores governaram Portugal durante dezassete, e o resultado está à vista.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.”

Colocada a Moção de Censura a votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com 26 votos contra, 4 votos a favor e 7 abstenções.

Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

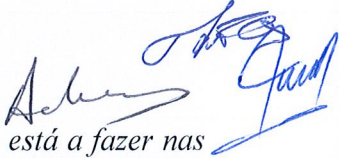
“Neste Ponto n.º 2.18, quem se inscreve? Sra. Presidente da Junta de Abiul, Sandra Barros, o Sr. Presidente da Junta da Pelariga, e o Sr. Presidente da Junta de Carnide, e o Sr. Presidente da Junta de S. Simão de Litém.

Sra. Presidente da Junta, Sandra Barros.”

Sandra Barros (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):

“Muito boa noite, Sra. Presidente. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes.

Eu quero deixar aqui uma palavra de agradecimento ao Sr. Presidente, Dr. Diogo Mateus, e também a todo o Executivo Municipal, pelo apoio concedido para o restauro dos Moinhos de Vento das Corujeiras, que, como sabem, é um projeto que o Executivo da Junta de Freguesia de Abiul pretendia realizar desde há algum tempo, e até à data não tinha sido possível. Mas, finalmente conseguimos levar a cabo este projeto.


Quero aproveitar também para agradecer o investimento que o Município está a fazer nas obras do parque desportivo de Abiul, um projeto também ambicionado desde o meu anterior mandato, e que finalmente as obras estão a decorrer, desde o início deste ano.

Quero ainda lembrar e agradecer à Direção da Fundação Dr. José Lourenço Júnior a cedência do espaço para a implementação desta infraestrutura.

Para terminar, agradecer também ao Município a iniciativa que levou a cabo no Dia Mundial da Criança, com “O balão do João”. No meu entender, é uma medida que eu acho que se deveria manter, e não apenas sinalizar o dia com atividades na sede do concelho, pois as crianças não estavam à espera de nada, e com tão pouco se conseguiu ver muitos sorrisos na cara das crianças.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Nélson Pereira.”

Nélson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):

“Boa noite a todos. Eu começo por cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia, e na sua pessoa, todos os presentes aqui na sala.

Começo por agradecer também ao Executivo Municipal o apoio que nos deu na compra do terreno, que vai ser uma mais valia para a Pelariga em questão de estacionamento. Não tenho dúvida de que a necessidade, neste caso para nós, era muita. Cabe-me agradecer.

E agradecer também ao Executivo o apoio que deu também para a compra dos terrenos para o alargamento do cemitério, que também vai ser uma mais valia, de estarmos já a olhar o futuro – como alguns pensam que não, mas olhar o futuro, infelizmente, na parte que nos custa muito a falar, mas cabe-me agradecer.

E agradecer também ao Executivo, porque graças a Deus começo a ver a luz ao fundo do túnel, e o futuro Polo Escolar da Pelariga tem asas para andar.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou a palavra ao Sr. Presidente Sívio Santos.”

Sívio Santos (Presidente J.F. Carnide, PPD/PSD):

“Boa noite, Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, caros colegas, sintam-se todos cumprimentados.

Também quero agradecer ao Executivo, ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores, todo o apoio que tem dado à Freguesia de Carnide, que este ano, não foi um ano até de pouco. Ainda há mais para dar, mas já foi um ano muito bom. O apoio que deram na reconstrução do nosso polo escolar, o apoio que deram para o nosso Centro de Saúde, para requalificarmos o nosso Centro de Saúde, que foi um grande investimento, tínhamos um Centro de Saúde muito degradado, e que agora os senhores da saúde já têm um espaço arranjado, todo novo, para poderem laborar com boas condições. É mais uma daquelas obras que se tem que fazer para podermos ter médicos, e que não foi tão barata quanto isso – cerca de oitenta mil euros (80.000€).

O apoio que nos deu ao nosso passeio ribeirinho, uma coisa bonita que temos na nossa freguesia, que muita gente já passou lá e vê, e até agora, todas as opiniões foram positivas. O apoio que também nos deu para adquirirmos uns terrenos para ampliarmos o Cemitério de Carnide – tudo isso já foi um grande apoio para este ano.

Portanto, em nome da Junta de Freguesia de Carnide, quero agradecer ao Sr. Presidente e ao seu Executivo o apoio que deram a Carnide.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Virgílio Lopes, das Meirinhas.”

Manuel Virgílio Lopes (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Boa noite. Cumprimento todos os presentes, na pessoa da Sra. Presidente. E quero agradecer ao Executivo pelos apoios concedidos à Junta de Freguesia de Meirinhas, na aquisição da viatura para transporte de crianças e para as obras da requalificação de algumas ruas da Freguesia das Meirinhas. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Manuel Nogueira de Matos.”

Manuel Nogueira de Matos (Presidente J.U.F. Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, PPD/PSD):

“Muito boa noite a todos.

Eu quero aqui só falar sobre este apoio em especial, de vinte e sete mil euros (27.000€), que se destina ao início da construção de uma obra que, em Albergaria, e na União de Freguesias, já vem com muitos anos de atraso.

Mas, também queria falar sobre este apoio, sobre um outro assunto, que é o envolvimento das pessoas que cedem os terrenos gratuitamente para construir uma faixa de rodagem com cerca de catorze metros de largura, e com cerca de três quilómetros de comprimento. Portanto, estamos a falar em muitos hectares de terreno, a título gratuito. Quase que poderia dizer que era aqui uma parceria público-privada, para que esta obra se concretize. Este é o início do apoio, seguramente que as obras estão a decorrer e virão outros pedidos de apoio mais substanciais à Câmara, mas o envolvimento, e o que significa aquela obra para a nossa freguesia, e para resolver alguns problemas que os industriais têm referido, e têm vindo sempre a realçar, é realmente um grande pontapé de saída, numa esperança que começamos a ganhar.

Boa noite.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Informo que tenho mais duas inscrições: o Sr. Presidente da Junta de Almagreira, Humberto Lopes, e a Sra. Deputada Elisabete Alves. Há mais alguém que se tenha inscrito, e eu não tenha tomado nota?

Sr. Presidente, faça favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Dar essa nota, o Presidente já falou há bocadinho, da viatura 4x4 que irá para Almagreira, para dar essa nota, ou seja, aquela viatura, não é pela viatura em si; é por aquele conjunto de voluntários que andam há vários anos a dar do seu tempo, e é mesmo assim, completamente voluntários, como nas outras freguesias, e são aqueles pequenos miminhos, pela sua segurança, porque, no fundo, eles andam a zelar pela segurança de todos nós. E queria também fazer esse agradecimento, porque, no fundo, é por aquelas pessoas que há muitos anos nos ajudam.

E dar aqui uma nota, porque foram aqui atribuídas algumas viaturas de transporte de pessoas e de crianças, principalmente, e fazer esta questão ao Executivo, a questão do Pombus, o alargamento da rede Pombus, que é um pedido que anda aqui também há muitos anos para a nossa freguesia, principalmente para o limite com a Freguesia de Pombal. Fazia essa nota também.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Muito rápido, só uma breve nota, para dizer que relativamente aqui a apoios, nomeadamente aqui à Freguesia de Abiul, e depois também ouvindo a intervenção da Sra. Presidente da

Junta, queria aqui esclarecer que, efetivamente, para nós é muito importante a manutenção do património – ainda há pouco eu falava disso – do património coletivo, do património do nosso concelho. E, efetivamente, essa situação do Moinho das Corujeiras foi uma proposta do Partido Socialista, da Bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia. Agora, aqui, a Sra. Presidente referiu que era uma medida deste Executivo, eu creio que foi uma medida tomada em Assembleia de Freguesia, por proposta do Partido Socialista. Só para esclarecer que, efetivamente, não foi uma ideia deste Executivo do PSD, deste Executivo da Junta de Freguesia.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

Bem, muito obrigado. Em nome do Município, quero agradecer as palavras, mas os senhores não precisavam de se incomodar. Estas vinte e cinco propostas deste Ponto n.º 2.18 e do Ponto n.º 2.19 foram aprovadas por unanimidade na Câmara, e portanto, atestam o critério de todos os Srs. Vereadores e do Presidente da Câmara relativamente a estes assuntos.

Mas, pegando nestas palavras e na pergunta do Sr. Presidente da Junta de Almagreira, eu quero dizer que espero que no arranque do ano letivo deste ano, tenhamos condições para ter o Pombus a funcionar em toda a Freguesia de Pombal, e que, em ato contínuo, vamos procurar alargar a rede para as freguesias mais próximas, até porque já tivemos esta discussão na Câmara, e em Conselho Municipal de Educação: de facto, a atual estrutura de transportes públicos que serve o Concelho de Pombal, pior era impossível, e nós temos que nos lançar, efetivamente, na revisão daquilo que são os termos, e pensar qual é o caminho mais adequado para transportarmos as pessoas no nosso território.

Sobre as observações que há pouco se fizeram, relativamente a apagar as memórias, e limpar a história, basta olhar para estes pequenos exemplos, os Moinhos das Corujeiras – são dois, não é só um, Sra. Deputada, são dois – que foram comprados no outro mandato, já tinham sido feitas candidaturas no outro mandato, já tinham sido feitas avaliações com projetistas no outro mandato. A recuperação do teto da Igreja do Convento do Lourçal, que eu visitei há quinze dias, o Sr. Presidente da Junta acompanhou, com o Sr. Diretor Regional da Cultura, com as propostas, por ocasião dos quatrocentos anos da Ermida de Nossa Senhora da Guia, na Guia, para fazermos a alteração daquele arranjo urbanístico à sua volta, melhorar a iluminação, e assinalar bem esta circunstância. Os trabalhos que fizemos na Senhora das Virtudes, em articulação com a comissão; a recuperação de património nas Igrejas, que é o nosso património, e que muitas vezes o Partido Socialista vota contra – talvez os senhores não saibam isto, mas vota contra. Aqui percebemos, de facto, onde é que está a preservação, e aquilo que é o show-off do património, porque mesmo que os senhores possam não gostar, essa faz parte da nossa história, a não ser que já haja entre nós aqueles que acham que temos que decapitar o Baden-Powell, ou temos que fazer inscrições no Padre António Vieira, ou até tirar a cabeça do Marquês de Pombal, porque apesar de ter sido antiesclavagista e acabar com o escravagismo em Portugal, até tomar essa decisão, era. E portanto, se calhar também tínhamos que o limpar do Largo do Cardal. Vale a pena olhar para estas coisas e perceber o caminho e o mundo que estamos a fazer, e a oportunidade com que, às vezes, dizemos algumas coisas.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.19. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se quer inscrever neste ponto? Não havendo inscrições, devo agradecer a todos a vossa resiliência para estarem aqui oito horas.”

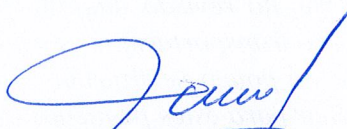
A Assembleia tomou conhecimento.

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por finalizados os trabalhos, eram 23 horas 45 minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Manuel Sobreiro Ferreira (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente:



O 1.º Secretário:



A 2.ª Secretária:

